



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANA LUÍSA PIRES DE SOUZA

**A participação de mulheres na perpetuação de movimentos conservadores: uma leitura
desde a Psicologia Política**

Goiânia
2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Ana Luísa Pires de Souza

3. Título do trabalho

A participação de mulheres na perpetuação de movimentos conservadores: uma leitura desde a Psicologia Política

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luísa Pires De Souza, Discente**, em 12/06/2026, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Lacerda Junior, Professor do Magistério Superior**, em 15/06/2026, às 19:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6260585** e o código CRC **2B3FE38B**.

ANA LUÍSA PIRES DE SOUZA

A participação de mulheres na perpetuação de movimentos conservadores: uma leitura desde a Psicologia Política

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Linha de pesquisa: Psicologia, Marxismo e Sociedade.

Orientador: Professor Doutor Fernando Lacerda Júnior.

Goiânia
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Souza, Ana Luísa Pires de

A participação de mulheres na perpetuação de movimentos conservadores: uma leitura desde a Psicologia Política [Manuscrito] / Ana Luísa Pires de Souza. - 2026.

CCI, 201 f.: 2026

Orientador: Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Goiânia, 2026.

Bibliografia.

Inclui: lista de tabelas.

1. Marxismo. 2. Psicologia Política. 3. Conservadorismo. 4. Mulheres Conservadoras.

I. Lacerda Júnior, Fernando, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 24 da sessão de Defesa de Dissertação de **Ana Luísa Pires de Souza**, que confere o título de Mestra em **Psicologia**, na área de concentração em **Psicologia**.

Aos **doze dias do mês de maio de 2026**, a partir das **14 horas**, na **sala 242 da Faculdade de Educação**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“A participação de mulheres na perpetuação de movimentos conservadores: uma leitura desde a Psicologia Política”**. Os trabalhos foram instalados pela Presidente da banca, Professora Doutora **Alba Cristhiane Santana da Mata (PPGP UFG)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Livia Gomes dos Santos (PPGP UFG)**, membro titular interno; **cuja participação ocorreu através de videoconferência**. Professora Doutora **Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)**, membro titular externo **cuja participação ocorreu através de videoconferência**. Durante a arguição os membros da banca **não** sugeriu alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **[aprovada]** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Alba Cristhiane Santana da Mata**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **doze dias do mês de maio de 2026**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira, Usuário Externo**, em 25/05/2026, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luísa Pires De Souza, Discente**, em 18/06/2026, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alba Cristhiane Santana Da Mata, Coordenador de Pós-Graduação**, em 18/06/2026, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Livia Gomes Dos Santos, Professora do Magistério Superior**, em 26/06/2026, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6178456** e o código CRC **35149C68**.

AGRADECIMENTOS

Fazer uma pesquisa é, sobretudo, lidar com a história – a minha, a do meu objeto e a de toda a humanidade. No decorrer do processo de elaboração deste trabalho, a minha história se cruzou com a de muita gente, e é muito gratificante chegar ao final deste percurso e perceber que, apesar dos muitos percalços, estive muito bem acompanhada e tenho muitas pessoas a quem agradecer.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Ana Cristina e Wanderlei, por me oferecerem todo o suporte material e emocional que precisei durante toda minha vida, mesmo nos momentos de discordância. Vocês acreditaram em mim em momentos nos quais nem eu mesma acreditava.

Ao meu irmão, Lucca, por compartilhar comigo não apenas os laços de sangue, mas também os laços afetivos e uma certa vontade de mudar o mundo.

À vovó Dorcília e ao vovô Ovídio, de quem puxei, respectivamente, a paixão pela escrita e a curiosidade pela vida.

À minha tia Ruth, por ter sido a primeira mulher da família a seguir uma carreira acadêmica e me fazer tomar consciência sobre essa possibilidade.

À Alexia, por se fazer presente mesmo nos momentos de distância física, e pela partilha também das dores, mas sobretudo das alegrias.

À Mara, que me ofereceu colo e um cantinho de abraço no sofá da casa dela nos momentos nos quais eu senti que não tinha lugar no mundo.

Ao Leonardo, especialmente pelos últimos meses do mestrado, pelos vários momentos de escuta e pelos cafezinhos compartilhados.

À Jazmin, não apenas pela amizade e partilha, mas também por me fazer lembrar que a educação vale a pena, apesar das dificuldades.

À Júlia, por estar ao meu lado em todas as circunstâncias, as boas e as ruins.

Aos meus amigos Lucas, Jordane, Bruna e Aline, com quem compartilho tanto afeto desde os tempos da graduação.

À minha psicóloga, Patrícia, que me acompanha há alguns anos e me acolheu em várias etapas diferentes da minha vida.

Às minhas colegas do Grupo de Estudos de Marxismo e Psicologia, por tornarem o processo leve e prazeroso e por trazerem sentido teórico e prático para a luta.

Ao professor Dr. Gilberto Grassi Calil, pela participação na banca de qualificação, e às professoras Dr^a. Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira e Dr^a. Livia Gomes dos Santos, pela participação tanto na qualificação quanto na defesa desta pesquisa, pelos apontamentos que fizeram este trabalho nascer.

À professora Dr^a. Alba Cristhiane Santana da Mata, pelas discussões tão valiosas nas aulas de Psicologia, Educação e Desenvolvimento Humano, e por ter presidido a banca de defesa.

Agradeço, de forma muito especial, ao meu orientador, Fernando Lacerda Júnior, não apenas pelas orientações e pelo acompanhamento na pesquisa, mas também pelo incentivo que ultrapassou as barreiras acadêmicas. Obrigada por acreditar na minha capacidade e por estimular o meu trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Profissional de Nível Superior (CAPES), que financiou esta pesquisa.

RESUMO

A pesquisa se propôs a investigar a participação de mulheres na construção e perpetuação de movimentos conservadores e de extrema direita no Brasil, mesmo sendo historicamente um grupo socialmente oprimido por tais ideologias. O objetivo central foi de analisar as motivações e representações ideológicas que sustentam a adesão feminina ao conservadorismo, bem como problematizar o papel da Psicologia na reprodução ou questionamento dessas ideologias. Para tanto, o estudo partiu do Marxismo, articulando-se à Psicologia Política, para compreender as bases ideológicas desse fenômeno, tendo como categorias analíticas principais mulher, família e trabalho, articuladas ao desenvolvimento do capitalismo e às formas contemporâneas de manutenção da ordem social. O percurso teórico-metodológico adotou uma abordagem crítica e dialética, entendendo os fenômenos sociais como totalidades historicamente determinadas. A pesquisa se inseriu no horizonte da Psicologia Política latino-americana, que compreende o conhecimento psicológico como uma prática situada, politicamente engajada e voltada à transformação social. Essa orientação teórica se contrapõe à noção de neutralidade científica e à fragmentação entre as dimensões individuais e coletivas do comportamento humano. Assim, a dissertação buscou contribuir para a compreensão da inserção feminina em movimentos conservadores e para o fortalecimento de uma Psicologia Política comprometida com a emancipação humana, capaz de desvelar os mecanismos ideológicos que naturalizam desigualdades e sustentam a dominação de gênero. Concluiu-se que a compreensão desse fenômeno exige ultrapassar explicações centradas apenas nos afetos individuais, considerando as determinações materiais e sociais que sustentam a reprodução de ideologias conservadoras e de extrema direita.

Palavras-chave: Marxismo; Psicologia Política; Conservadorismo; Mulheres Conservadoras.

ABSTRACT

The research aimed to investigate the participation of women in the construction and perpetuation of conservative and far-right movements in Brazil, despite the fact that women have historically been a social group oppressed by such ideologies. Its main objective was to analyze the motivations and ideological representations that sustain women's adherence to conservatism, as well as to problematize the role of Psychology in either reproducing or challenging these ideologies. To this end, the study was grounded in Marxism and articulated with Political Psychology in order to understand the ideological foundations of this phenomenon. The main analytical categories adopted were women, family, and work, examined in relation to the development of capitalism and contemporary forms of maintaining the social order. The theoretical and methodological framework followed a critical and dialectical approach, understanding social phenomena as historically determined totalities. The research was situated within the tradition of Latin American Political Psychology, which conceives psychological knowledge as a situated, politically engaged practice oriented toward social transformation. This theoretical perspective opposes the notion of scientific neutrality and the fragmentation between the individual and collective dimensions of human behavior. Thus, the dissertation sought to contribute to the understanding of women's involvement in conservative movements and to strengthen a Political Psychology committed to human emancipation, capable of unveiling the ideological mechanisms that naturalize inequalities and sustain gender domination. The study concludes that understanding this phenomenon requires moving beyond explanations centered solely on individual affects, taking into account the material and social determinants that sustain the reproduction of conservative and far-right ideologies.

Keywords: Marxism; Political Psychology; Conservatism; Conservative Women.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais temas dos textos do Temário 1 do Projeto Alicerça Brasil (PAB).....118

Tabela 2 - Aparecimento das categorias Mulher, Família e Trabalho no Temário 1.....121

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	3
RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
INTRODUÇÃO.....	10
1- Explicitando escolhas: por que estudar mulheres conservadoras?.....	10
2- Desenvolvimento da pesquisa.....	12
CAPÍTULO 1) PSICOLOGIA POLÍTICA.....	21
1.1. Desafios teórico-metodológicos para a definição de Psicologia Política.....	21
<i>1.1.1. A natureza do objeto de estudo.....</i>	<i>23</i>
<i>1.1.2. As diferentes raízes históricas.....</i>	<i>29</i>
<i>1.1.3. A interlocução entre Psicologia e Política.....</i>	<i>39</i>
<i>1.1.4. Os projetos ético-políticos da Psicologia Política.....</i>	<i>44</i>
1.2. Psicologia Política na América Latina.....	47
<i>1.2.1. A Psicologia Social latino-americana como produção situada.....</i>	<i>47</i>
<i>1.2.2. Desenvolvimento histórico da Psicologia Política latino-americana.....</i>	<i>53</i>
<i>1.2.3. Principais temas da Psicologia Política latino-americana.....</i>	<i>59</i>
1.3. Psicologia Política e Crítica.....	63
<i>1.3.1. Psicologia Política crítica?.....</i>	<i>63</i>
<i>1.3.2. Algumas sínteses.....</i>	<i>69</i>
CAPÍTULO 2) CONSERVADORISMO, EXTREMA-DIREITA E MULHERES.....	74
2.1. O Conservadorismo.....	74
<i>2.1.1. Do conservadorismo clássico ao neoconservadorismo.....</i>	<i>74</i>
<i>2.1.2. Conservadorismo e fascismo.....</i>	<i>78</i>
<i>2.1.3. Fascismo, extrema-direita e neoliberalismo.....</i>	<i>82</i>

2.2. Uma análise da conjuntura: como chegamos até aqui?.....	88
2.1.1. <i>A crise estrutural do capital.....</i>	88
2.1.2. <i>A ascensão da extrema-direita no cenário político brasileiro.....</i>	94
2.3. Mulheres e Conservadorismo no Brasil atual.....	102
2.3.1. <i>Expressões históricas da relação entre mulheres e conservadorismo no Brasil.....</i>	102
2.3.2. <i>As mulheres conservadoras no Brasil contemporâneo.....</i>	106
CAPÍTULO 3) MULHERES CONSERVADORAS E O PL MULHER.....	117
3.1. Notas introdutórias.....	117
3.1.1. <i>O Partido Liberal Mulher no cenário político brasileiro.....</i>	124
3.1.2. <i>O Projeto Alicerça Brasil.....</i>	129
3.2. Mulher.....	136
3.2.1. <i>A ideologia de gênero.....</i>	136
3.2.2. <i>Uma identidade política para as mulheres conservadoras.....</i>	143
3.2.3. <i>Síntese.....</i>	152
3.3. Família.....	153
3.3.1. <i>A família tradicional.....</i>	154
3.3.2. <i>Natalidade e aborto.....</i>	162
3.3.3. <i>Síntese.....</i>	168
3.4. Trabalho.....	169
3.4.1. <i>Trabalho feminino.....</i>	169
3.4.2. <i>Maternidade e trabalho.....</i>	175
3.4.3. <i>Síntese.....</i>	178
3.5. Conclusões gerais: a ideologia do PL Mulher.....	179
Considerações finais.....	184
Referências.....	191

INTRODUÇÃO

1- Explicitando escolhas: por que estudar mulheres conservadoras?

A escolha do objeto de estudo desta pesquisa começa, antes de tudo, a partir da minha própria história. O conservadorismo sempre foi muito presente na minha vida, ainda que eu não tivesse conhecimento sobre ele. Nasci e fui criada em Anápolis, uma cidade no interior do estado de Goiás, onde, segundo o último Censo Demográfico, 89% da população se autodeclarou cristã, entre católicos e evangélicos, facilitando um fundamentalismo religioso que permeia a cultura da cidade.

Toda a minha família, pelo lado materno e paterno, participa de uma comunidade religiosa associada à Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), uma federação de denominação reformada calvinista, na qual estive inserida desde o meu nascimento até os meus 18 anos de idade. Um fato que sempre me causou profunda angústia, mesmo na infância, era saber que a IPB não realiza a ordenação de mulheres. Desde muito pequena, observando e convivendo semanalmente com a comunidade religiosa à qual eu pertencia, sentia um incômodo que não sabia nomear. Era confuso escutar, muito antes de ter uma compreensão aprofundada sobre as suas implicações concretas, o versículo de Efésios 5:22: “vós, mulheres, sujeitai-vos a vosso próprio marido como ao Senhor”. A igreja era meu principal ambiente de socialização. Lembro de pensar, ainda criança, que não havia lugar para mim no mundo. Pelo menos, não naquele.

A partir de incômodos, colecionados ao longo da minha vida, reuni coragem para perguntar a alguns líderes religiosos – quem, na época, eram as pessoas que eu tinha como referência de vida e de fé – sobre qual era o lugar das mulheres na igreja. Havia escutado em algum lugar que esta passagem bíblica era machista. A resposta que obtive, no auge dos meus 11 anos de idade, foi que o machismo não existia. Escutei que era um conceito criado pelas pessoas que não acreditavam em Deus, para destruir as funções que Ele havia estabelecido

para as mulheres e para os homens. Me disseram que Deus criou a mulher para ser a companheira do homem. Que o propósito das mulheres era auxiliar o homem na criação dos filhos e nos cuidados da casa.

Também descobri que existia um grupo muito perigoso, pecador e diabólico, formado por mulheres que se uniram com o propósito de destruir as famílias, por acreditarem que as mulheres são seres superiores aos homens. Eram chamadas de feministas. Me lembro de sentir muito medo. Medo dessa emblemática figura de uma mulher que rompe com os padrões que havia observado e aprendido por tantos anos dentro da igreja e dentro da minha família: a mulher que não é mãe, que não é casada, que se relaciona com o mundo de outra maneira. Medo por ter me sentido atraída por isso e não ter achado uma ideia tão ruim. Medo de ir para o inferno.

Ao crescer e amadurecer, descobri que a visão da minha família e dos líderes a quem eu havia recorrido era uma visão parcial, que partia de uma ideologia específica. Durante a minha adolescência, fui aluna de professores, por quem nutro uma profunda gratidão, críticos e que me ajudaram a abrir os olhos à possibilidade de outras formas de enxergar o mundo.

Ao me aproximar das temáticas feministas, entrei em contato com perspectivas críticas da sociedade, por meio das quais pude me desvencilhar dos anos de fundamentalismo religioso. Os estudos me levaram a tomar conhecimento de que os problemas não eram apenas uma característica da comunidade religiosa que eu frequentava, mas parte de um projeto político muito maior. Inclusive, foi por meio desses estudos que entrei em contato com outros temas para os quais a IPB torcia o nariz, dentre eles o Marxismo e a Teologia da Libertação. Ironicamente, estas duas temáticas e o feminismo aparecerão com enorme recorrência no desenvolvimento desta dissertação, expressando tanto minha trajetória enquanto pesquisadora, quanto minha trajetória pessoal.

Por meio do meu envolvimento com a crítica, tive interesse em continuar estudando as relações de gênero durante a minha graduação em Psicologia. No meu trabalho de conclusão de curso (Souza et. al, 2023), me debrucei sobre o estudo do *The Red Pill*, um movimento masculinista com ideais extremamente misóginos, que tem ganhado força nos últimos anos e expressa uma relação muito próxima com a extrema direita.

Entretanto, encontrei um dado interessante no desenvolvimento da minha pesquisa: o *The Red Pill* não é composto apenas por homens; também possui uma enorme rede de mulheres que integram o movimento. Assim, surgiu a questão que me gerou o interesse da presente pesquisa: quais são os fatores políticos, históricos, sociais e individuais que fazem com que uma mulher se alinhe a movimentos sociais que são cerceadores de sua própria liberdade? Por que mulheres integram movimentos conservadores? Quais interesses políticos estão envolvidos nesta participação?

É o que pretendemos discutir nesta dissertação.

2- Desenvolvimento da pesquisa

Na modernidade capitalista as discussões sobre a emancipação social e política das mulheres partiram das reivindicações para que os ideais de liberdade e igualdade da Revolução Francesa fossem generalizados para as mulheres (Nye, 1995). A exclusão e a desigualdade eram enfrentadas por mulheres que nem sempre consentiam com a opressão. Mulheres impulsionaram debates e lutas sobre as suas condições de existência, o que resultou em uma série de ações que ganharam corpo ao redor do mundo. Manifestações, estudos, publicações em jornais e organização social e política expressavam anseios por direitos e por espaço na política, consolidando aquilo que ficou conhecido como o movimento feminista (Saffioti, 2013).

De forma genérica, o feminismo pode ser entendido como um conjunto de ideias, teorias e movimentos sociais que têm como objetivo analisar, questionar e transformar as

desigualdades históricas entre homens e mulheres. A partir desta premissa, surgem diversas correntes do pensamento feminista, marcadas por divisões históricas e por diferenciações sobre a pauta de reivindicações, em um campo diverso de perspectivas que, apesar das diferenças, compartilham a crítica às estruturas de dominação de gênero e a defesa da emancipação das mulheres em diferentes esferas da sociedade (Moraes, 2000). Ao mesmo tempo, como veremos, também surgiram correntes que desvalorizam ou rejeitam o feminismo.

A história dos movimentos de mulheres passou por um longo processo de desenvolvimento. Em 1789, ainda no calor dos eventos da Revolução Francesa, Olympe de Gouges se ergueu para reivindicar que os ideais da revolução fossem generalizados para as mulheres, propondo a Declaração dos Direitos da Mulher e a abolição dos privilégios masculinos. Entretanto, os interesses políticos da burguesia em ascensão “residiam, de um lado, na eliminação dos privilégios feudais e, de outro, na manutenção das regalias masculinas” (Saffioti, 2013, p. 161). As reivindicações propostas por de Gouges foram consideradas uma afronta e resultaram em sua execução na guilhotina.

Paralelamente, na Inglaterra, Mary Wollstonecraft se movimentou criticando as condições da existência feminina. Sua obra *Vindications of the rights of women*, publicada em 1792, partia de ideias reformadoras para defender a importância da educação para a integração social e independência feminina (Nye, 1995; Saffioti, 2013).

A questão do sufrágio feminino ganhou especial relevância. Esperava-se que o voto seria o “mecanismo pelo qual outras reformas poderiam ser conseguidas e mais bem atendidos os interesses das mulheres” (Nye, 1995, p. 29). Esta perspectiva, representada principalmente por John Stuart Mill e Harriet Taylor, partia de um paradigma reformista, que não lutava pela participação política e social das mulheres no sentido de sua emancipação

integral, mas pela livre participação no mercado capitalista (Nye, 1995). Esta foi a marca do feminismo liberal ou, como ironiza Saffioti (2013), feminismo pequeno-burguês.

O feminismo liberal foi duramente criticado por mulheres trabalhadoras, que passavam por longas jornadas de trabalho com baixíssimas remunerações, o trabalho doméstico e o cuidado infantil (Saffioti, 2013). Estas questões não podem ser resolvidas apenas por meio do voto e da legislação, como sugeriam as feministas liberais (Nye, 1995), pois enfrentam a própria lógica de exploração do sistema capitalista.

Assim, militantes como Alexandra Kollontai e Clara Zetkin, defenderam que a emancipação política da mulher não é suficiente para a eliminação da exploração feminina, avançando na construção de uma outra perspectiva que se consolidou como feminismo marxista (Saffioti, 2013). Este defende uma transformação radical do sistema produtivo e a superação do capitalismo (Nye, 1995).

Posteriormente, o movimento feminista se desenvolveu continuamente por meio de críticas e diferenciações marcadas por diferentes debates sobre, por exemplo, a dimensão da sexualidade, os direitos reprodutivos da mulher, raça etc. (Resende, 2023).

Apesar das conquistas e do espaço que as mulheres conquistaram na sociedade ao longo da história, fruto da luta e do trabalho realizado ao longo de anos, o movimento feminista foi e é combatido das mais diversas formas, inclusive por mulheres que usufruem de suas conquistas. Durante diversas ações concretizadas por feministas, outras mulheres disputavam espaço, adotando uma postura reacionária.

Como observam Costa, Santana e Sobral (2005), nem todo movimento organizado por mulheres é um movimento feminista ou colabora para a emancipação social, pois movimentos podem contemplar diversas formas de organização, ideologias e objetivos. Mesmo o movimento sufragista, considerado um importante marco para o feminismo, “colocava a necessidade de autonomia política da mulher como um requisito para um melhor

exercício de seu papel de mãe” (Costa, Santana & Sobral, 2005, p. 136). O antifeminismo, por exemplo, emerge enquanto um contramovimento social organizado por mulheres, amparando-se em discursos conservadores e partindo de ideários de que não há necessidade de lutas feministas (Galetti, 2024).

Na história recente do Brasil, o recrudescimento de movimentos conservadores tem sido marcado por uma grande utilização do gênero como mobilizador de pautas políticas, partindo de diferentes vieses. Mesmo após as diversas lutas organizadas por mulheres pela conquista de participação social e política, bem como por uma maior representatividade na esfera pública – em grande parte, conquistas que o movimento feminista possibilitou –, o momento atual se caracteriza por uma demonização do feminismo. Assim, entra em curso uma agenda política que tenta estabelecer que não há mais necessidade de lutas feministas, como é o caso do pós-feminismo, ou até combater o movimento feminista, como é o caso do antifemcinismo (Galetti, 2024).

Em 2016, foi publicada uma matéria na revista *Veja* com o título “Marcela Temer: bela, recatada e do lar”. A matéria apresentava ao Brasil a esposa de Michel Temer, que havia assumido a presidência após o impeachment de Dilma Rousseff, em um tom de celebração pelo tradicionalismo que se expressava na nova primeira-dama: era discreta, bonita, se vestia de forma modesta e ocupava seus dias cuidando de seu filho e dos afazeres domésticos (Veja, 2016).

Curiosamente, essa matéria pareceu ser apenas um prenúncio da representação política feminina que sucederia o mandato de Michel Temer, principalmente após a eleição, em 2018, de Jair Messias Bolsonaro. Ao seu lado, sua esposa, Michelle Bolsonaro, rapidamente ganhou popularidade e reconhecimento, destacando-se por sua associação à filantropia. Ao mesmo tempo, a bancada de parlamentares mulheres aumentou na eleição de 2018: desde o processo de redemocratização do Brasil, o total de mulheres não ultrapassava

9% de representatividade e saltou, naquele ano, para 15% do total de parlamentares. No entanto, a maioria das mulheres eleitas em 2018 eram de partidos de extrema direita ou centro-direita, atreladas a projetos políticos que desvalorizam, negam e se contrapõem à luta feminista (Galetti, 2024).

Tendo isso em vista, esta pesquisa se dedica, precisamente, ao estudo do aparato que sintetiza o ativismo de mulheres no campo da extrema direita. Por isso, nos debruçaremos sobre a pessoa de Michelle Bolsonaro como figura central da organização dos movimentos de mulheres conservadoras no Brasil, em especial por meio da atuação do Partido Liberal Mulher.

Apesar dessa compreensão, as disputas realizadas por mulheres conservadoras não ocorrem apenas no campo da política institucionalizada. Sua organização de mulheres tem se dado no cotidiano, a partir da mobilização de temáticas ligadas à defesa da família tradicional, da religião – principalmente cristã – e, frequentemente, rejeitando agendas progressistas. Como veremos, a mobilização destas temáticas se organiza, também, por meio da construção e defesa de uma noção específica do que é ser mulher, além da reivindicação de uma certa perspectiva de trabalho feminino que mantenha as mulheres em posições de subserviência. Aqueles movimentos têm se concretizado por meio da articulação de diversas influenciadoras digitais, que produzem conteúdo para as redes sociais buscando a divulgação de seus princípios político-ideológicos, e também por meio da criação de aparelhos de hegemonia que se voltam para a formação política dessas mulheres.

Considerando o exposto, esta pesquisa, partindo da Psicologia Política, estudou a ideologia que orienta a participação de mulheres em movimentos conservadores e de extrema direita. Para tanto, investigamos sobre a visão de mundo das mulheres que participam de movimentos conservadores e reacionários, para o cumprimento de três objetivos específicos:

- 1) analisar as principais reivindicações das mulheres conservadoras no interior da vida

cotidiana; 2) compreender a(s) ideologia(s) que sustenta(m) a adesão e o engajamento de mulheres; 3) analisar a instrumentalização da Psicologia na sustentação da ideologia conservadora.

Essa investigação se deu por meio da análise de conteúdo principalmente do Temário 1 do Projeto Alicerça Brasil e do livro *Edificando a Nação*, ambos lançados pelo Partido Liberal Mulher em 2025. Também nos apoiamos em notícias jornalísticas, publicações em blogs e sites organizados por mulheres conservadoras – que se ligassem direta ou indiretamente ao PL Mulher. A análise do conteúdo dos documentos se deu a partir de três categorias: Mulher, Família e Trabalho. Estas categorias foram selecionadas pois aparecem de forma recorrente nos documentos e conteúdos analisados, além de serem frequentemente mobilizadas pelo campo conservador de forma mais ampla. Além disso, a definição dessas categorias se apoia na compreensão de que as transformações produzidas no capitalismo, a partir da reprodução da força de trabalho, mantêm estreita relação com a história das mulheres, da família e da propriedade privada (Federici, 2023).

A construção histórica da consolidação da Psicologia enquanto ciência e profissão evidencia o fato de que esta área do saber se ergueu por meio de alianças com os setores dominantes (Lacerda Jr., 2016), legitimando-se pela via da sua pressuposta neutralidade perante as questões que a Psicologia se propõe a estudar e intervir. Entretanto, os próprios esforços presentes naquela pretensão já constituem um posicionamento, ao passo que a produção científica sempre está atrelada a interesses sociais em conflito (Martín-Baró, 1994), problemática que contribui para a produção e reprodução de uma ciência que trabalha pela manutenção da ordem social e do *status quo* (Jacó-Vilela, 2024).

É nesse contexto crítico que situamos a escolha por uma perspectiva teórica comprometida com a transformação da realidade e, por isso, adotaremos a Psicologia Política Latino-americana como perspectiva. Assim, rejeitamos observações e constatações

psicologizantes, individualizantes, neutras e descontextualizadas quanto ao objeto de estudo. Trata-se de uma perspectiva de uma produção teórica que não intenciona apenas estudar o fenômeno de forma neutra e imparcial, afastando-se de seu objeto, mas que se aproxima dos processos políticos buscando a transformação da realidade (Santana, 2020).

A proposta de partir da Psicologia Política Latino-americana possibilita problematizar, ao mesmo tempo, dois problemas: a adesão de mulheres a movimentos conservadores e de extrema direita; e o modo como a Psicologia, enquanto ciência, é convocada a explicar o mundo e dizer a verdade sobre o ser humano (Jacó-Vilela, 2024), contribuindo para a justificação científica e ideológica de discursos conservadores.

A segunda problemática emergiu da observação, durante a pesquisa, de que argumentos psicológicos eram usados em documentos de movimentos conservadores para conferir legitimidade científica aos seus posicionamentos políticos.

É importante assinalar que, visando o desenvolvimento de uma pesquisa comprometida com a emancipação humana, este trabalho também se fundamenta no marxismo. A escolha por esse diálogo se deu a partir da necessidade de um referencial teórico-metodológico que analisasse a realidade a partir de uma perspectiva totalizante. Nessa direção, o materialismo histórico e dialético oferece um “método de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas” (Alves, 2010, p. 3), possibilitando uma análise da constituição dos processos estudados em uma perspectiva problematizadora.

Esta escolha parte da consideração de que as mudanças geradas pelo capitalismo na reprodução da força de trabalho estão diretamente ligadas à história das mulheres, da família e da propriedade privada (Federici, 2017). Estas são três temáticas muito caras para movimentos conservadores, mas que não podem ser analisadas de forma isolada e abstrata. Assim, a participação feminina em movimentos conservadores deve considerar sua constituição material na história.

Para além da utilização da Psicologia Política e do Marxismo, o presente trabalho foi orientado pelas contribuições de autoras vinculadas ao feminismo marxista, como Heleieth Saffioti, Silvia Federici, Alexandra Kollontai e Clara Zetkin, cujas elaborações possibilitam articular diversas dimensões da constituição do fenómeno político.

O primeiro capítulo delimita o campo da Psicologia Política. Levando em consideração que existem diversas abordagens na análise de fenómenos políticos pela Psicologia Política apresentamos uma análise histórica e teórica do campo. Partimos da identificação de desafios teórico-metodológicos na construção da Psicologia Política. Em seguida, descrevemos a história da Psicologia Política Latino-americana, considerando que analisaremos o objeto de estudo da pesquisa no contexto brasileiro e por abordar a psicologia e a política de forma crítica. Por fim, realizamos uma crítica de problemas teórico-metodológicos que emergiram no desenvolvimento do campo da Psicologia Política e, em uma tentativa de resgatar seu paradigma transformador, fazemos a defesa de uma Psicologia Política orientada pelo marxismo.

O segundo capítulo dedica-se à análise da conjuntura política que possibilitou a emergência de movimentos conservadores e o fortalecimento da extrema direita no Brasil. Para tanto, realizamos uma análise do contexto contemporâneo para compreendermos o atual momento da crise estrutural do capital. Em seguida, descrevemos a evolução do pensamento conservador ao longo da história e descrevemos o processo de construção e consolidação da extrema direita no cenário político nacional. Por fim, o capítulo aborda a participação das mulheres em movimentos conservadores e de extrema direita ao longo da história do Brasil.

O terceiro capítulo analisa a ideologia de um movimento conservador específico a partir de documentos e publicações. Inicia descrevendo a configuração do Partido Liberal no Brasil e a criação do Partido Liberal Mulher, organizado a partir da figura de Michelle Bolsonaro. Em seguida, apresenta uma análise de conteúdo do Temário organizador do

Projeto Alicerça Brasil (PAB), lançado em 2025 pelo Partido Liberal Mulher. O citado projeto consiste em uma tentativa de ativação política das mulheres no campo conservador, configurando-se enquanto um programa de formação política. A análise crítica do conteúdo do documento revela o predomínio de três categorias decisivas: Mulher, Família e Trabalho.

As categorias serviram como eixos problematizadores das propostas políticas e das práticas que emergem a partir do conservadorismo no Brasil. Buscamos compreender as principais reivindicações apresentadas no documento e quais as argumentações utilizadas como sustentação ideológica. Como composição da análise, também nos apoiamos em notícias, artigos e postagens produzidas e publicadas pelo PL Mulher nas redes sociais e em canais de comunicação.

Nas considerações finais, retomamos criticamente o percurso da pesquisa ao problematizar a centralidade que as Ciências Sociais e a própria Psicologia Política têm atribuído aos afetos na explicação da adesão a movimentos conservadores e de extrema direita, destacando que, embora emoções como medo, ressentimento e desamparo sejam relevantes, sua análise isolada obscurece as determinações materiais que as produzem. Nesse sentido, nossa pesquisa evidencia que, mesmo em leituras progressistas que reconhecem a crise estrutural do capitalismo, as respostas frequentemente se limitam a soluções individualizadas ou identitárias, sem enfrentar as bases sociais que sustentam tais fenômenos, enquanto a extrema direita tem demonstrado eficácia ao articular demandas concretas da classe trabalhadora, especialmente em torno do trabalho.

CAPÍTULO 1 – PSICOLOGIA POLÍTICA

A verdade dos povos latino-americanos não está em seu presente de opressão, mas em seu amanhã de liberdade.
(Ignácio Martín-Baró, 2009, p. 192)

1.1. Desafios teórico-metodológicos para a definição de Psicologia Política

Definir aquilo que se compreende por Psicologia Política é uma tarefa atravessada por diversas problemáticas. Aquele campo teórico e prático, em constante construção, encontra-se na encruzilhada entre duas disciplinas – a Psicologia e a Ciência Política – e muitos apoiam-se na interdisciplinaridade para responderem questionamentos que a tradição disciplinar não tem sido capaz de responder (Montero & Dorna, 1993; Rosa & Silva, 2012). Antes de abordarmos as dificuldades para a categorização do campo, é interessante traçarmos algumas definições gerais sobre o conceito de Psicologia Política que comumente aparecem na literatura especializada.

Há autores que definem a Psicologia Política como o estudo do comportamento humano para a compreensão da esfera política. Nesse sentido, Greenstein (1973) caracteriza a Psicologia Política como a aplicação de conhecimentos psicológicos sobre o comportamento humano ao estudo e a explicação dos fenômenos políticos. Na mesma direção, Stone (1981) a define como o estudo dos atores políticos, o que inclui a análise dos processos psicológicos da conduta política e dos efeitos psicológicos de sistemas e acontecimentos políticos. Estas definições expressam uma abordagem psicológico-individual (Sabucedo, 1996; Seoane, 1988).

Alguns autores partem de definições mais gerais sobre o papel da Psicologia Política na produção do conhecimento e na compreensão dos processos sociais. Para Deutsch (1983), por exemplo, a Psicologia Política se dedica ao estudo da inter-relação entre processos psicológicos e processos políticos. O autor argumenta que se trata de uma interação bidirecional, isto é, os aspectos cognitivos, psicológicos e relativos à personalidade afetam a

tomada de decisões políticas e vice-versa. Parisí (2023, p. 329), ainda em uma definição geral, concebe a Psicologia Política como uma disciplina “que articula diversos campos de conhecimento e que se define por combinar teorias e análises provenientes da ciência psicológica e da ciência política, para realizar leituras sobre distintos acontecimentos”. Em um sentido similar, Sabucedo (1996, p. 20) defende a Psicologia Política enquanto “o estudo das crenças, representações ou senso comum que os cidadãos possuem a respeito da política, e seus comportamentos que, seja por ação ou omissão, tentam influenciar ou contribuir para a manutenção ou mudança de uma determinada ordem sociopolítica”¹.

Outros autores não limitam o campo de estudos da Psicologia Política apenas ao comportamento humano. Silva e Aron (2020, pp. 300-301) consideram que a Psicologia Política, construída enquanto um campo interdisciplinar: “se utiliza de um leque variado de teorias e métodos sociais para analisar o universo da política e o comportamento de pessoas e grupos nesse mundo referenciado pelo Estado”. Desta forma, é possível examinar “o papel do pensamento humano, emoções, fatores históricos e sociais como determinantes do comportamento político”.

Outros autores partem de posições mais politicamente direcionadas quanto ao campo. Na perspectiva de Martín-Baró, por exemplo, a Psicologia Política constitui o “estudo dos processos psíquicos pelos quais as pessoas e os grupos conformam, lutam e exercem o poder necessário para satisfazer determinados interesses sociais em uma formação social” (1994/2014, p. 598).

Estas são apenas algumas das várias formas de entender o que é Psicologia Política. Seria possível expor diversos outros significados existentes para o campo, mas os exemplos já demonstram a inexistência de consenso e como é difícil definir o campo de forma precisa – tanto na teoria, quanto na prática. A amplitude de perspectivas teóricas muito distintas, o

¹ “[...] el estudio de las creencias, representaciones o sentido común que los ciudadanos tienen sobre la política, y los comportamientos de éstos que, ya por acción u omisión, traten de incidir o contribuyan al mantenimiento o cambio de un determinado orden socio-político” (Sabucedo, 1996, p. 20).

caráter interdisciplinar e a dificuldade de identificação do objeto de estudo caracterizam alguns dos problemas enfrentados. Nesse sentido, concordamos com Fernández Christlieb (1987) em sua definição de que a “Psicologia Política” é um termo genérico, que designa um espectro muito amplo de teorias, métodos e práticas, cujo único denominador comum é a relação entre a psicologia e a política, ainda que seja uma psicologia imprecisa e uma política indefinida. A própria nomeação do campo já é devidamente complexa, pois não existe uma abordagem conceitual clara.

Se a Psicologia Política se constitui enquanto “um conjunto de teorias conflitivas em que as disputas divergem quanto à definição sobre seus objetos, conceitos e origem” (Lacerda Jr., 2014, p. 27), então há, pelo menos, quatro problemáticas para se estudar o campo: 1) estabelecer a natureza do objeto de estudo da Psicologia Política; 2) compreender as diferentes raízes históricas que levaram à consolidação do campo; 3) articular Psicologia e Política; 4) refletir sobre o projeto ético-político que orienta o campo.

É importante destacar que estes desafios se relacionam mutuamente. Não é possível delinear desafios metodológicos sem nos atentarmos à problemática dos pressupostos teóricos do campo da Psicologia Política, o que não pode ser feito sem nos voltarmos para a construção histórica do campo e à sua função social. Por isso, a necessidade de demarcação de desafios teórico-metodológicos.

1.1.1. A natureza do objeto de estudo

Nas definições apresentadas anteriormente, é possível identificar que as tentativas de designar o que é a Psicologia Política parecem desaguar na identificação de seu objeto de estudo. Como se a pergunta “o que é Psicologia Política?” sempre fosse uma questão sobre qual é o objeto de estudo da Psicologia Política.

De fato, não é possível definir o campo teórico sem delimitar o objeto e como ele deve ser estudado. Este é o primeiro desafio teórico-metodológico: identificar qual é o objeto de estudo da Psicologia Política e qual a sua natureza.

Martín-Baró (1994/2014) considera o termo “Psicologia Política” ambíguo e confuso, e isso se deve ao fato de que ele pode designar dois paradigmas de apreensão da realidade muito distintos: a Psicologia da Política, ou seja, os estudos e análises sobre a dimensão psicológica dos comportamentos e dos processos políticos; e a Política da Psicologia, ou seja, a análise da dimensão política da Psicologia, dos interesses sociais que ela representa e sua utilização enquanto instrumento de poder social.

Pavón-Cuéllar (2016) acrescenta à ambiguidade, uma contradição, pontuando que o termo Psicologia Política pressupõe um caráter político e aponta para uma prática politicamente posicionada. No entanto, a Psicologia Política dominante tem se caracterizado ao contrário do que sugere o termo, por seu caráter despolitizado e apolítico, ou seja, por seu caráter alienado e alienante. Assim, seria um campo que tenta se distanciar do seu próprio objeto, a política, com o objetivo de assegurar o caráter neutro da pesquisa e da prática.

Além disso, na diferenciação dos termos Psicologia e Política existe uma distinção epistemológica implícita:

Não há argumentos que sustentem as razões pelas quais se deva tratar distintivamente de “psicologia política”, exceto como uma forma entre outras de nomear uma atividade. Se só se tratasse de um problema de denominação, a discussão seria meramente escolástica; o problema real é que, enquanto isso, um aspecto da realidade se perde entre os usos imprecisos do termo, formando um vácuo de explicações (Fernández Christlieb, 1987, p. 83, tradução nossa)².

² “No existe una argumentación que sostenga las razones por las que se deba tratarse distintivamente de psicología política, salvo como una forma entre otras de denominación de una actividad. Si sólo se tratara de un problema de denominación, la discusión sería mera escolástica: el problema real es que, entre tanto, un aspecto de la realidad se traspasela entre los usos imprecisos del término, y se forma un vacío de explicación” (Fernández Christlieb, 1987, p. 83).

Para Fernández Christlieb (1987), a utilização da expressão Psicologia Política permite a designação de múltiplos paradigmas de teorização e prática, por isso, seria importante a utilização de termos distintos para diferentes atuações: “psicólogos políticos, psicologia da política, política da psicologia, politização da psicologia, psicologia e política” (Fernández Christlieb, 1987, p. 80, tradução nossa)³. Ainda de acordo com o autor, existem pelo menos quatro sentidos principais de utilização do termo.

O primeiro designa as atividades concretas realizadas por psicólogos em assuntos relacionados à política, como a participação em assessorias de sindicatos, partidos políticos, organização e monitoramento de grupos de conscientização, divulgação política, ou seja, a prática do profissional de Psicologia que atua em contextos políticos (Fernández Christlieb, 1987).

O segundo sentido se aplica à análise da função ideológica do conhecimento como recurso de exercício de poder social, ou seja, do papel político da Psicologia enquanto área do saber (Fernández Christlieb, 1987). Em concordância com Martín-Baró (1994/2014), o autor também pontua que a melhor terminologia a ser utilizada seria “política da psicologia”.

O terceiro sentido se refere às preocupações psicológicas dentro da teoria social crítica, centralizando a análise em “relações, isomorfismos, osmose, transmutações e dialéticas entre as estruturas gerais da sociedade e as estruturas particulares da personalidade” (Fernández Christlieb, 1987, p. 81, tradução nossa)⁴. O autor exemplifica este ponto a partir da produção teórica de Reich, das elaborações da Escola de Frankfurt e da influência de escolas filosóficas como o estruturalismo e o existencialismo.

O quarto sentido consiste na utilização do termo Psicologia Política para definir o estudo de fenômenos políticos a partir de ferramentas psicológicas. Este sentido foi cunhado

³ “psicólogos políticos, psicología de la política, política de la psicología, politización de la psicología, psicología y política” (Fernández Christlieb, 1987, p. 80).

⁴ “[...] en las relaciones, isomorfismos, ósmosis, transmutaciones y dialécticas entre las estructuras generales de la sociedad y las estructuras particulares de la personalidad” (Fernández Christlieb, 1987, p. 81).

pelos manuais e revistas acadêmicas, principalmente estadunidenses, tornando-se quase que a definição clássica. Entretanto, devido à forte raiz behaviorista, há uma ênfase muito grande em aspectos individuais (personalidade, crenças, atitudes etc.) e suas influências sobre o comportamento político, desembocando em uma “psicologia política” que é pouco social e muito psicológica (Fernández Christlieb, 1987).

Na definição do objeto, o tema da política é central, em especial para definir o comportamento político. Este é um dos objetos mais comumente citados quando se define o objeto da Psicologia Política, além de ser um dos mais antigos objetos relacionados à interlocução entre Psicologia e Política, inclusive no Brasil (Sandoval, 1997).

Na visão de Martín-Baró (1991/2013), existem pelo menos três sentidos diferentes de “político” quando se trata do comportamento político tomado enquanto objeto na Psicologia Política. Em primeiro lugar, os comportamentos classificados como políticos são aqueles que ocorrem no âmbito do Estado, seja por meio de organizações, representantes, indivíduos ou grupos. Esta concepção é criticada pelo autor por reduzir a política à sua dimensão institucional e estatal, deixando de abarcar diversas outras facetas da política que existem fora do Estado.

Um segundo entendimento considera como políticos aqueles comportamentos em que há exercício de poder ou que implicam alguma forma de poder. Esta concepção amplia significativamente o campo da Psicologia Política, ao reconhecer que o poder está presente em praticamente todas as relações humanas, uma vez que qualquer interação envolve, em algum grau, a distribuição ou disputa de poder. Isso significa que todo comportamento humano possui uma dimensão política. No entanto, esta ampliação cria um problema importante: ao considerar todo comportamento como político, o objeto da psicologia política torna-se excessivamente vago e indistinto, perdendo sua especificidade analítica (Martín-Baró, 1991/2013).

Martín-Baró (1991/2013) defende um terceiro sentido: o comportamento pode ser considerado como político a partir da sua relação com a ordem social e o impacto que produz sobre ela. Assim, abarca toda ação que busca a realização de interesses sociais em detrimento de outros, produzindo um impacto significativo na estrutura ou no funcionamento da ordem social estabelecida (Martín-Baró, 1985/2017; 1991/2013).

Esta demarcação do objeto da Psicologia Política, entretanto, parece ter alguns limites. Sabucedo (1996) enfatiza que existem diversas ações que não influem de forma significativa o funcionamento da ordem social e nem por isso deixam de ser políticas. Nesse sentido, o que é decisivo para a caracterização do comportamento político não é o quanto uma ação impacta de fato na ordem social, e sim a intenção de fazê-lo (Sabucedo, 1996).

Importante destacar que, para Martín-Baró (1994/2014), todo objeto de análise da Psicologia Política é também objeto da Psicologia Social, isto é, a primeira seria um ramo da segunda: “toda psicologia política é psicologia social, ainda que nem toda psicologia social seja psicologia política” (Martín-Baró, 1985/2017, p. 601).

A Psicologia Social, enquanto uma disciplina intermediária entre a Psicologia e a Sociologia, se dedica a demonstrar a conexão entre a estrutura pessoal e a estrutura social, a partir do estudo científico da ação como ideológica⁵ (Martín-Baró, 1983/2017). Trata-se de uma área que possui categorias analíticas próprias e um objeto de estudo distinto, o que lhe confere identidade teórica e metodológica. Nessa direção, ela pode ser tomada como a teoria geral dos processos psicossociais da sociedade como um todo, capaz de explicar tanto os processos psicológicos quanto os processos políticos a partir de uma estrutura conceitual unificada (Fernández Christlieb, 1987).

Martín-Baró (1983/2017; 1994/2014) considera que o papel da Psicologia Social é o de analisar o que há de ideológico na ação humana, desmascarando “as formas de senso

⁵ Nesse sentido, estudar o que há de ideológico no comportamento ou na ação significa compreender que estes são marcados “por conteúdos que são valorados e historicamente relacionados com uma estrutura social” (Martín-Baró, 1983/2017, p.118).

comum que operacionalizam e justificam um sistema social explorador e opressivo” (Martín-Baró, 1985/2017, p. 61). Nesse sentido, a tarefa da Psicologia Política é analisar o que há de ideológico no comportamento político (Martín-Baró, 1994/2014). Estas formulações não partem de uma noção fragmentadora entre a dimensão política e psicológica, e sim de uma ampliação do conhecimento, de forma a abranger o agir político individual e coletivo, compreendendo a política como um campo que também é psicológico (Sousa, 1994).

Nesse sentido, a diferenciação entre Psicologia Política e Psicologia Social se dá pelo nível da análise: enquanto a primeira analisa o que há de ideológico no comportamento político, a segunda se concentra na atividade social mais ampla, analisando o que há de ideológico na ação política (Martín-Baró, 1994/2014). Esta diferenciação, entretanto, nos parece ser uma especialização que não ajuda a revelar o objeto, sendo mais uma discussão teórica e acadêmica do que prática. A Psicologia Social se refere mais à análise da presença da sociedade na constituição individual, da mesma forma como a Psicologia Política pressupõe a análise da política nesta dimensão, de forma não fragmentada, tornando-se a Psicologia Política um objeto da Psicologia Social (Crochík, 1995).

A partir do exposto, é possível identificar duas principais abordagens na definição do objeto de estudo da Psicologia Política: uma centrada em aspectos individuais e outra em aspectos sociais. A primeira postura parte da consideração sobre o papel do indivíduo ou seus processos para a compreensão dos processos e fenômenos políticos. Aqui, é comum a exploração sobre os determinantes e as consequências do comportamento político individual, o comportamento eleitoral, a liderança, a formação de atitudes e crenças, os pensamentos e as emoções, a influência da personalidade e da cognição, a participação e a socialização política (Sabucedo, 1996; Deutsch, 1983).

Já a segunda postura se concentra mais em processos sociais, grupais e/ou coletivos, estudando: impactos de fenômenos ou processos políticos sobre comunidades ou grupos, ideologia e poder, movimentos sociais e políticos, efeitos de guerras e ditaduras, trauma psicossocial, impacto de fatores históricos sobre o comportamento político (Sabucedo, 1996; Deutsch, 1983; Santana, 2020).

A fragmentação dos objetos de estudo e a polarização entre indivíduo e sociedade na constituição da Psicologia Política relacionam-se diretamente com diferentes processos de desenvolvimento e institucionalização de diversos projetos de Psicologia Política, marcados por distintos processos sociais, políticos e ideológicos (Santana, 2020), o que nos leva ao tema das raízes históricas.

1.1.2. As diferentes raízes históricas

Existem antecedentes históricos muito importantes para a compreensão da institucionalização da Psicologia Política. Nosso recorte histórico quanto aos antecedentes partirá do século XIX⁶, período no qual o continente europeu passou por uma reconfiguração política, econômica, social e psicológica da população (Santana, 2020).

O desenvolvimento do capitalismo e da cultura da modernidade se deu a partir de duas revoluções: a Revolução Industrial, entre 1760 e 1820, e a Revolução Francesa em 1789 (Hobsbawm, 2005; Netto, 2011). Estas produziram uma das maiores transformações da história humana, na qual houve o triunfo político, econômico e social da burguesia, que configurou a nova sociedade capitalista (Hobsbawm, 2005; Netto, 2011).

⁶ É certo que o pensamento clássico grego e o período renascentista tiveram grande influência sobre as bases teórico-filosóficas da construção da Psicologia Política (Sabucedo, 1996; Santana, 2020), bem como para a Psicologia de forma geral. Entretanto, o recorte histórico dessa pesquisa acontecerá a partir do século XIX, posto que este é o marco do desenvolvimento de novas forças produtivas, além da consideração de que é no decorrer da segunda metade deste século que se encontram as maiores referências a respeito da relação entre processos psicológicos e políticos (Moya & Morales, 1988; Sabucedo, 1996).

A burguesia, classe revolucionária durante a Revolução Francesa, após a tomada de poder, se converteu em classe dominante, deixando de representar os interesses do conjunto da sociedade e passou a defender interesses particulares.

Com as revoluções democrático-populares entre 1830 e 1848, momento em que a luta de classes ficou mais explícita e o potencial revolucionário da classe trabalhadora mais evidente, a burguesia dominante passou a se dedicar à defesa de construções ideológicas racionalizadoras e legitimadoras de seu domínio, inaugurando seu período de decadência ideológica (Netto, 2011; Lukács, 2016).

Nesse sentido, atribuiu-se às Ciências Sociais o “papel de pacificação, organização e gestão em prol da nova classe social dominante e, sobretudo, contra o proletariado e o pensamento revolucionário” (Santana, 2020, p. 44). Marvakis (2016) chama a atenção para o fato de que desde a segunda metade do século XIX as Ciências Sociais contribuíram para a administração e dominação da população, objetivando o controle de seus movimentos.

A tarefa permanente, o “problema” central, para as Ciências Sociais foram a regulação e a administração da hierarquização intranacional e internacional da população. A contribuição das diversas Ciências Sociais para a governança da população sempre é ambivalente, isto é, possui uma dupla face: de um lado, as Ciências Sociais devem apoiar a reprodução social da população; de outro, devem contribuir para o controle e a supressão dos sujeitos sociais (Marvakis, 2016, p. 98).

A fragmentação das ciências sociais emerge no período da decadência ideológica da burguesia. No caso específico da Sociologia, seu aparecimento enquanto ciência específica resultou do interesse “dos ideólogos de conhecer a legalidade e a história do desenvolvimento social separadas da economia” (Lukács, 2016, p. 113), a partir da elaboração de um método de análise específico. Este movimento se justificava pela tendência apologética daquele momento histórico: estudar as relações sociais a partir da economia, impossibilitaria ignorar a

luta de classes como fato fundante do “progresso social” defendido pela burguesia (Lukács, 2016).

Não apenas a Sociologia expressa o processo de fragmentação da totalidade, mas também a Economia, a Filosofia e a História. Segundo Lukács (2016), a Economia passou a direcionar suas análises para os fenômenos superficiais da circulação capitalista. No mesmo sentido, a Filosofia passou a criar barreiras pseudocientíficas entre o campo social e o econômico. Por fim, a História foi reduzida à unicidade do decurso histórico, sem considerar as contradições da vida social. A fragmentação das ciências sociais modernas causou uma desarticulação tão grande que os saberes se tornaram incapazes de ser entrelaçados, de forma que um não promove uma compreensão aprofundada sobre o outro (Lukács, 2016).

A configuração da Psicologia Política enquanto campo disciplinar foi marcada pelas características e necessidades desse momento de decadência ideológica. As questões sociais emergentes no decorrer do século XIX, especialmente a ascensão da burguesia como classe dominante e do proletariado como classe a ser explorada, exigiram o surgimento de uma planificação social para a legitimação do processo de exploração das massas e da classe operária (Santana, 2020).

Desde uma perspectiva sociológica, destaca-se a importância de dois autores para este processo: Max Weber, que analisou o surgimento de novos movimentos ideológicos e suas consequências para a conduta humana, chamando-se atenção para sua obra “Ética protestante e o espírito do capitalismo” (Sabucedo, 1996); e Émile Durkheim, que se dedicava aos estudos de formas de organização da sociedade de classes, debruçando-se sobre os efeitos da industrialização e formulando contribuições importantes para a análise da relação indivíduo-sociedade (Sabucedo, 1996; Santana, 2020).

O francês Gabriel Tarde é outro nome importante para a história da Psicologia Política. Ele utilizou a expressão “psicologia social” pela primeira vez no ano de 1890, em

sua obra *Les Lois de l'Imitation* (“as leis da imitação”), na qual tentava compreender os fundamentos da coesão social e do comportamento coletivo. Na perspectiva de Tarde: “a evolução social conduzia a um processo de homogeneização progressiva da sociedade decorrente da maturidade individual e social que facilitaria a assimilação entre os indivíduos e os povos” (Silva, 2016, p. 26). Suas interpretações teóricas eram muito impactadas pela criminalística, já que o autor foi juiz por muito tempo. Tarde, assim como diversos outros nomes que o sucederam, se dedicou ao estudo das multidões, relacionando-as à criminalidade coletiva (Silva, 2016).

Como Tarde, o francês Gustave Le Bon se debruçou sobre as multidões (Santana, 2020; Hur & Lacerda Jr., 2016) e é referenciado por alguns autores como o pai da Psicologia Política (Sabucedo, 1996). Sua obra “Psicologia Política e Defesa Social”, publicada em 1910, foi um dos primeiros estudos sistemáticos sobre a interlocução entre política e psicologia (Montero & Dorna, 1993; Sabucedo, 1996). O trabalho “Psicologia das Multidões”, de 1895, também possui grande relevância para a construção das bases históricas da Psicologia Política e para a história da Psicologia Social, de forma geral. No texto, Le Bon expressa seu receio em relação às multidões, tomadas como incapazes de manifestar consciência crítica, já que a participação dos sujeitos em movimentos de massa os converte em bárbaros irracionais que se guiam apenas por instintos (Sabucedo, 1996; Parker, 2014; Santana, 2020).

A obra de Le Bon influenciou outros autores que também se dedicaram à temática das massas e multidões. Dentre eles, Sabucedo (1996) chama a atenção para a produção do italiano Scipio Sighele, quem, também, rejeitava ações coletivas, defendendo uma concepção de sociedade elitista. Segundo Silva (2016), Sighele foi, possivelmente, um dos primeiros pensadores a diferenciar o objeto da Sociologia e de uma Psicologia Coletiva. Nesse sentido, enquanto a Sociologia deveria se dedicar a estudar os grupos homogêneos, a Psicologia

Coletiva deveria se voltar ao estudo dos agregados inorgânicos, ou seja, às massas, um grupo não homogêneo (Silva, 2016).

Sabucedo (1996) também destaca os trabalhos do espanhol José Ortega y Gasset, que considerava as massas como um fato psicológico que anula a diferenciação entre os sujeitos, delegando a responsabilidade pela crise que a Europa vivia no contexto de seu trabalho ao domínio das massas e à sua incapacidade de se autogovernar. Em sua obra “A Rebelião das Massas”, de 1937, Ortega y Gasset realizou uma análise das mudanças da vida cotidiana, a partir da observação de que as massas populares haviam passado a frequentar os locais anteriormente ocupados apenas pelas elites (teatros, concertos, restaurantes), indicando um rompimento das fronteiras sociais. Tais mudanças eram consideradas negativas e seus trabalhos se dedicavam a fazer uma defesa dos privilégios das elites e da desigualdade social como um bem em si mesmo (Silva, 2016).

Silva (2016) elenca, ainda, os italianos Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e o alemão Robert Michels como precursores da Psicologia Política contemporânea. Os autores são, por vezes, relacionados à Sociologia e à Política e, em outras ocasiões, às Ciências Sociais, de forma mais ampla. Mosca, Pareto e Michels também não escondiam sua oposição a movimentos populares, igualitários, democráticos e socialistas. Eles se localizavam enquanto pensadores das teorias das elites, opondo-se às proposições de autores que advogavam por sociedades igualitárias e equitativas, como Rousseau, Proudhon, Fourier e Marx (Silva, 2016).

Como pontuamos anteriormente, o surgimento da Psicologia Política se deu em um momento de grandes mudanças sociais e políticas, que marcavam as temáticas desenvolvidas no período. Os autores citados, marcadamente, compartilhavam grande rejeição aos movimentos de massa e manifestavam alguma reação ao perigo que se atribuía à luta de classes e aos movimentos igualitários: “a massa representava o medo mais ou menos difuso

da luta de classes e era o espaço ideológico de combate a uma democracia que desempoderava as elites e ao socialismo” (Silva, 2016, p. 30).

A expressão do medo e do repúdio às massas ocasionou a necessidade de elaboração de um campo que explicasse as bases psicológicas dos comportamentos massificados. Como resultado disso, a Psicologia Política emerge enquanto um campo extremamente conservador. Se as ciências sociais surgiram como forma de explicar a política dissociando-a da economia (Lukács, 2016), a Psicologia Política surgiu como forma de explicar a política separando-a tanto da economia quanto da sociedade, a partir da atribuição de fatores individuais para a explicação dos fenômenos políticos.

Foi apenas no século XX que os fundamentos teóricos da Psicologia como projeto de disciplina independente se consolidaram, construindo um terreno que possibilitasse a compreensão da Psicologia Política como campo particular da Psicologia. Destacaram-se duas influências teóricas provenientes da Psicologia para a consolidação da Psicologia Política como campo heterogêneo de pesquisa na Psicologia (Santana, 2020).

A primeira influência foi a Psicologia Behaviorista norte-americana, criada por John B. Watson e continuada por B. F. Skinner, a partir dos estudos sobre o reflexo fisiológico de I. Pavlov e do funcionalismo adaptativo de E. L. Thorndike. A partir dessas influências, emergiu uma linha de Psicologia Política guiada por tendências positivistas e adaptativas, predominantemente ambientalista e behaviorista, com a “prerrogativa funcionalista de adaptar o ser humano ao ambiente capitalista norte-americano” (Santana, 2020, p. 45). Esta corrente leva à popularização do comportamento político como objeto da Psicologia Política (Santana, 2020).

A segunda influência foi a Psicanálise de Sigmund Freud, que compreendia a sociedade no íntimo do indivíduo, rompendo com a dissociação entre público e privado a partir da noção de que os acontecimentos sociais possuem grande relevância para a

constituição individual (Santana, 2020). Freud demonstrava interesse pelas implicações políticas e sociais das descobertas que vinha realizando em sua prática psicanalítica, ainda que muitas vezes recorresse a conclusões psicologizantes, a partir da consideração de que qualquer fenômeno social devesse ser explicado em termos psicanalíticos (Moya & Morales, 1988). Suas elaborações, somadas às teorizações de Karl Marx sobre o capitalismo, serviram como base teórica para o surgimento da Escola de Frankfurt (Richter, 2017).

O grupo de pesquisadores associados ao Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, na Alemanha, realizou análises críticas muito relevantes para a compreensão da sociedade contemporânea. Chama-se atenção para as teorizações de Theodor W. Adorno e seus colaboradores Frenkel-Brunswick, Levinson e Sanford, envolvidos na publicação dos “Estudos sobre a personalidade autoritária”, em 1950. Estes mostravam a relação entre alguns traços de personalidade e o autoritarismo por meio de diferentes estudos empíricos (Sabucedo, 1996).

Em ambos os casos, os estudos que predominaram definiram a Psicologia Política como “o estudo psicológico do comportamento político ou de fenômenos políticos”, ou seja, “a aplicação de teorias e princípios psicológicos no âmbito da política” (Lacerda Jr., 2014, p. 28). No sentido da definição de Martín-Baró (1994/2014), esta tendência pode ser caracterizada como uma Psicologia da Política, ou seja, uma compreensão psicológica sobre os processos políticos.

Esta perspectiva tem como marco fundamental os trabalhos do norte-americano Harold Lasswell, na década de 1930. É a partir deste período que aparecem uma série de investigações que, posteriormente, serviram como base para a institucionalização da Psicologia Política (Moya & Morales, 1988; Sabucedo, 1996).

Laswell se dedicava a temas como a liderança política, o poder, a relação entre a elite e as massas e os mecanismos de influência, partindo principalmente de referências

psicanalíticas (Sabucedo, 1996). Sua intenção com o estudo do campo era encontrar “as chaves psicológicas-individuais para a compreensão da conduta política” (Sabucedo, 1996, p. 18, tradução nossa)⁷.

Deutsch (1983) aponta que os trabalhos desenvolvidos por Lasswell, como “*Psychopathology and Politics*” (1930), “*World Politics and Personal Insecurity*” (1935), “*Politics: Who Gets What, When and How*” (1936) e “*Power and Personality*” (1948), contribuíram para o estabelecimento de uma perspectiva de compreensão psicológica sobre o comportamento político muito distinta, resultando em:

uma Psicologia Política muito centralizada nos processos psicológicos individuais e sociais – como motivação, conflito, percepção, cognição, aprendizagem, socialização, formação das atitudes e dinâmicas de grupo – e sobre a personalidade individual e a psicopatologia como fatores causais que influenciam o comportamento político (Deutsch, 1983, p. 221, tradução nossa)⁸.

A principal crítica à obra de Lasswell é, de forma geral, a ênfase nos processos psicológicos como determinantes dos processos políticos, ou seja, o individualismo de suas elaborações teóricas (Deutsch, 1983; Sabucedo, 1996). Essa característica se manifestou no desenvolvimento posterior da disciplina nos Estados Unidos (Sabucedo, 1996).

Sabucedo (1996) pontua que o tema da paternidade científica de uma nova disciplina não é um assunto trivial, posto que a figura que aparece como principal precursora sempre possui uma enorme importância e grande influência para a construção de um campo teórico. Nesse sentido, a convocação de Harold Lasswell à presidência da Sociedade Internacional de Psicologia Política em seu ano de fundação (1978), bem como a associação do autor à origem

⁷ “[...] las claves psicológicas-individuales para la comprensión de la conducta política” (Sabucedo, 1996, p. 18).]

⁸ “[...] a political and social psychological processes-such as motivation, conflict, perception, cognition, learning, socialization, attitude formation and group dynamics-and upon individual personality and psychopathology as the causal factors influencing political behaviour (Deutsch, 1983, p. 221).]

da disciplina, por parte de diversos pesquisadores da temática (Stone, Davies, Knutson, Deutsch), possui uma relevância que marca a história do desenvolvimento da nova disciplina (Sabucedo, 1996).

Entretanto, embora seja necessário reconhecer sua influência para a configuração da Psicologia Política como disciplina, a centralização no nível individual das análises de Lasswell desaguam em consequências concretas para o desenvolvimento do campo teórico. Desta maneira, a Psicologia Política se tornou carente de preocupações sobre as dimensões sociais e políticas do comportamento, bem como pela análise das condições que favorecem a transformação social (Sabucedo, 1996).

As décadas de 1970 e 1980, de forma geral, marcaram um período importante para a institucionalização da Psicologia Política. Esta, nos EUA, passou a ser considerada como uma nova área de trabalho, com visibilidade social, características próprias e presença institucional (Sabucedo, 1996). Neste período, foram incluídas cadeiras de Psicologia Política em cursos de graduação e pós-graduação nos EUA, bem como foram criados cursos de mestrado e doutorado (Montero & Dorna, 1993).

Além disso, houve a criação das revistas *Political Psychology* (1979) – editada pela Sociedade Internacional de Psicologia Política – e *Micropolitics* (1981). No período, houve o aumento de artigos e publicações, a organização e veiculação de diversos manuais e compilações de artigos ligados à área por autores e autoras de diferentes localizações. Neste sentido, a Psicologia Política se tornou uma disciplina com relativa autonomia (Montero & Dorna, 1993; Sabucedo, 1996).

O protagonismo dos Estados Unidos no desenvolvimento da disciplina colaborou para o estabelecimento da hegemonia de certos posicionamentos teóricos em detrimento de outros (Sabucedo, 1996). Nesse sentido, a institucionalização da Psicologia Política parece ter contribuído para um processo de despolitização do campo, sendo que a política passa a ser

um objeto de estudo a ser abordado de forma neutra e asséptica, baseando-se em concepções tradicionais (Hur & Lacerda Jr., 2016). Como veremos adiante, este processo resultou no empobrecimento da contribuição do campo da Psicologia em outras localizações, como é o caso do desenvolvimento da ciência psicológica na América Latina.

Um terceiro marco histórico desenvolveu-se na América Latina, a partir da década de 1970, uma tendência de Psicologia Política, oriunda da Psicologia Social e identificada por seu caráter mais crítico (Lacerda Jr., 2014; Sabucedo, 1996).

Segundo Lacerda Jr. (2014), o processo de constituição da Psicologia Política Latino-americana enquanto campo autônomo é marcado por três elementos importantes. Primeiramente, psicólogas e psicólogos sociais se voltaram de forma intencional para os processos sociopolíticos, ao mesmo tempo em que problematizavam o papel político exercido pela Psicologia e os interesses sociais aos quais ela responde. Em segundo lugar, ocorreu uma mudança de paradigma nas definições de Psicologia Política, saindo da centralidade de aspectos individuais – como a personalidade, o comportamento e a cognição – para aspectos sociais, psicossociais, coletivos e ideológicos. Por último, no processo de redefinição dos conceitos e paradigmas da Psicologia Política, houve aproximações do campo com o marxismo.

É possível considerar, então, que a Psicologia Política latino-americana surgiu como um campo singular, ligado à crise da Psicologia Social e marcado por posições de resistência e luta no contexto político de ditaduras, assumindo uma perspectiva crítica, um engajamento político e, principalmente, um paradigma de transformação social (Hur, 2019).

A constituição da Psicologia Política insere-se no contexto das profundas transformações sociais, econômicas e políticas do século XIX, quando o avanço do capitalismo e a ascensão da burguesia implicaram não apenas a reorganização das estruturas sociais, mas também a necessidade de gestão e controle das massas pelas Ciências Sociais.

Nesse cenário, o estudo do comportamento político foi fortemente atravessado por concepções que associavam as multidões à irracionalidade e ao perigo, revelando um temor das elites diante da luta de classes e dos movimentos igualitários.

Tal perspectiva contribuiu para a psicologização da política, ao privilegiar explicações centradas no indivíduo – como personalidade, cognição e motivação – em detrimento das determinações históricas e sociais, processo que se consolidou especialmente com a influência do behaviorismo e da psicanálise e ganhou força na tradição norte-americana. Como consequência, observou-se um esvaziamento crítico do campo, que passou a tratar a política de forma descontextualizada, afastando-se da análise das relações de poder e das contradições estruturais.

Em contraposição a essa tendência, a Psicologia Política latino-americana emerge, a partir da década de 1970, como um movimento crítico que recoloca no centro da análise as dimensões sociais, ideológicas e históricas, questionando o papel da própria Psicologia na manutenção das desigualdades e assumindo um compromisso ético-político com a crítica da ideologia, das formas de dominação e com a transformação social. Falaremos de forma mais aprofundada sobre a Psicologia Política latino-americana em outra seção deste capítulo.

1.1.3. A interlocução entre Psicologia e Política

A compreensão sobre a interdisciplinaridade e sua relação com a interlocução entre Psicologia e fenômenos políticos é antiga. Inicialmente, tanto a Sociologia, quanto a Ciência Política se debruçaram sobre o estudo do comportamento político a partir da tese de que as estruturas sociais estão acima das características individuais. Esta consideração originou duas abordagens de análise sobre o comportamento político (Sandoval, 1997).

A primeira, caracterizada como estruturalista determinista, estudava o comportamento político a partir de suas determinações socioeconômicas, baseando-se no pressuposto de que

“o indivíduo é sujeito às estruturas mais do que agente dentro delas” (Sandoval, 1997, p. 14). Nesta perspectiva, de forma mecanicista, entende-se que as classes dominantes induzem os indivíduos a acreditarem em suas explicações sobre as dinâmicas sociais a partir de processos ideológicos.

A segunda abordagem, igualmente determinista, parte de categorias, como gênero, raça, classe e idade, para atribuir ao indivíduo “interesses e disposições psicossociológicas” (Sandoval, 1997, p. 14) que correspondem com a categoria de pertencimento.

As abordagens deterministas teriam raízes no texto inaugural sobre a psicologia das multidões de Le Bon, quem, como já descrito, partia da concepção de que a massificação resultava no rebaixamento intelectual e na elevação de comportamentos emocionais (Crochík, 1995; Sandoval, 1997). Este pressuposto influenciou muitas pesquisas que se dedicaram à demonstração dos efeitos negativos de movimentos grupais.

Ou seja, a vertente sociológica considerava a superioridade da estrutura social sobre as ações individuais. Há uma concepção de indivíduo passivo, incapaz de ser agente ativo no processo político, seja pela determinação de aspectos socioeconômicos, seja pelo desenvolvimento da irracionalidade em seu contato com o meio social (Sandoval, 1997).

Gradualmente, as teorias deterministas começaram a se esgotar, dando lugar a outras vertentes teórico-metodológicas. No início da década de 1950, houve a predominância de abordagens psico-culturalistas, que construíram terreno para o desenvolvimento da noção de cultura política, muito utilizada pela Psicologia Social nos anos 1960 e 1970 (Sandoval, 1997). Esta perspectiva adotava, inicialmente, elementos psicológicos e sociológicos para a compreensão do comportamento político a partir de predisposições político-culturais. Entretanto, com o tempo, os elementos psicossociais foram eliminados das análises e a compreensão sobre cultura política foi reduzida a “índices de preferência partidária, escolhas ideológicas e mensurações de inserção estrutural e categorial” (Sandoval, 1997, p. 15).

Esta breve análise evidencia que a fragmentação do objeto de estudo – seja em sua dimensão política ou psicológica – compromete a compreensão da complexidade dos fenômenos analisados. Neste sentido, há um complexo debate sobre a relação entre Psicologia Política e a Psicologia Social. Alguns autores propõem a Psicologia Política como uma disciplina autônoma em relação à Psicologia Social, sobretudo por sua institucionalização como um novo campo de investigação e atuação, distinto das demais áreas da Psicologia e da Ciência Política (Sabucedo, 1996).

Trata-se, no entanto, de uma questão ainda controversa. Caso se compreenda a Psicologia Política apenas como a aplicação do conhecimento psicológico ao exame de eventos e sistemas políticos por meio do estudo da conduta e do comportamento político, ela não é um novo campo teórico, mas sim um enfoque psicológico dos fenômenos políticos. Essa perspectiva é caracterizada por um viés marcadamente individualista, centrado em fatores pessoais e suas influências sobre o comportamento político (Deutsch, 1983; Sabucedo, 1996).

O reconhecimento da Psicologia Política como um campo disciplinar com identidade própria, distinta das demais áreas da Psicologia, relaciona-se com a defesa de que sua constituição e seu desenvolvimento se dão em diálogo com múltiplos campos do saber (Sabucedo, 1996; Santana, 2020). A afirmação de sua especificidade e autonomia, portanto, não deve ser compreendida como uma proposta de isolamento epistemológico, mas como um reconhecimento da complexidade dos processos que sustentam os fenômenos sociais e políticos, admitindo diversas formas de interpretação (Fernández Christlieb, 1987).

Se os fenômenos políticos pudessem ser plenamente explicados apenas pela Sociologia ou pela Ciência Política, e o comportamento político analisado unicamente pela Psicologia, não haveria necessidade de um campo caracterizado pela interlocução de diferentes áreas. A existência da Psicologia Política como campo teórico e prático

justifica-se, portanto, pela natureza dialética dos fenômenos sociais, que exigem abordagens integradas para sua plena compreensão (Sousa, 1994). A Psicologia Política não se apoia exclusivamente em pressupostos psicológicos, tampouco se restringe a categorias estritamente políticas.

Crochík (1995) reflete sobre a pertinência de unir duas ciências que trabalham objetos distintos, apesar da relação estabelecida entre eles. Para o autor:

Se o objeto da Psicologia nos reporta à esfera privada e se o objeto da política é reportado à esfera pública, o que se coloca como questão para a Psicologia Política é a indiferenciação das duas esferas, qualquer que seja o termo privilegiado em relação ao outro. Como na política deveria estar presente a articulação entre os interesses de cada um com os interesses da sociedade como um todo, a tentativa de sobrepor os dois domínios implicaria a perda da distinção entre a consciência individual e a consciência social. Se a explicação recair sobre os aspectos psíquicos da conduta política, a determinação ideológica é reduzida a conflitos individuais; caso ocorra o oposto, os conflitos individuais são anulados (Crochík, 1995, p. 48).

Tendo isso em vista, a Psicologia Política não deve harmonizar as esferas pública e privada, porque há uma inerente tensão na relação entre indivíduo e sociedade (Crochík, 1995). Nesse sentido, a proposição da interdisciplinaridade no campo da Psicologia Social, bem como da Psicologia Política, deve ser encarada como uma constante, evitando leituras estritamente sociológicas ou psicologizantes (Martín-Baró, 1990).

Ao unir campos distintos, considera-se não apenas o diálogo, mas também divergências teóricas, epistemológicas e metodológicas. No âmbito da Psicologia Política essa é uma questão importante, já que articula duas disciplinas que, por vezes, divergem em pontos cruciais. Por exemplo, existem diferenças terminológicas em cada disciplina para a designação de processos semelhantes: “redes sociais ou processos de identificações sociais;

identidade social ou consciência social; identidade coletiva ou representação coletiva; segmento social ou categoria social; ideologia ou crenças e valores” (Sandoval, 1997, p. 17). Além disso, alguns autores das Ciências Políticas questionam a utilidade de formulações psicológicas na explicação de fenômenos políticos, ao passo que a Psicologia também possui receios quanto aos tipos de análise e metodologia utilizados pelas Ciências Políticas (Sabucedo, 1996).

Montero e Dorna (1993) consideram a Psicologia Política como o campo teórico mais interdisciplinar dentre as diversas ramificações da Psicologia. O próprio termo já pressupõe a integração entre dois campos teóricos distintos. Além disso, muitos pesquisadores do campo também se utilizam de outras disciplinas, como a Sociologia, o Direito e a Psiquiatria, criando “uma dispersão e um isolamento muito grandes, cuja consequência é a multiplicidade de enfoques e a fragmentação temática, a falta de paradigmas integradores e uma conceituação ainda indefinida” (Montero & Dorna, 1993, p. 8)⁹.

Em resumo, o campo da Psicologia Política se define muito mais por sua pluralidade teórico-metodológica do que por sua uniformidade (Montero & Dorna, 1993; Sabucedo, 1996). A amplitude do repertório teórico se justifica tanto pela divergência de abordagens dos autores e autoras que se dedicam aos estudos psicopolíticos quanto pela incidência de diferentes campos de análise. Na perspectiva de Sabucedo (1996), a pluralidade teórica é inevitável devido à natureza da disciplina, o que pode ser enriquecedor e até mesmo necessário à atividade científica.

Além do fato de que uma maior uniformidade teórica dificilmente poderia existir, questiona-se se ela seria preferível à situação atual. Às vezes, a existência de uma opção dominante implica que existam outras formas de ver a realidade que são excluídas ou marginalizadas. Por outro lado, a presença dessas diferentes formulações

⁹ “[...] una dispersión y un aislamiento bastante grandes, cuya consecuencia es la multiplicidad de enfoques y la fragmentación temática; la falta de paradigmas integradores y una conceptualización aún incierta” (Montero & Dorna, 1993, p. 8).

permite o debate e a crítica, aspectos fundamentais da atividade científica (Sabucedo, 1996, pp. 22-23, tradução nossa)¹⁰.

Embora a heterogeneidade possa ser interpretada como um símbolo da vitalidade do campo, a excessiva pluralidade teórica também dificulta a busca por um horizonte integrador da Psicologia Política (Montero & Dorna, 1993; Fernández Christlieb, 1987), o que se prova pela existência de tantos desafios teórico-metodológicos na constituição do campo.

A Psicologia Política não necessariamente implica uma construção teórica e prática voltadas para a politização da ciência ou para a transformação social. Ao contrário disso, a Psicologia Política que prevalece nos grandes centros acadêmicos hoje é marcada por seu caráter apolítico, pelo cumprimento de um papel ideológico específico dentro do sistema capitalista (Pavón-Cuéllar, 2016), característica que, por si, já configura um posicionamento político. Essa constatação nos leva ao nosso próximo desafio: compreender o projeto ético-político da Psicologia Política.

1.1.4. Os projetos ético-políticos da Psicologia Política

O desenvolvimento da Psicologia Política foi, em diferentes contextos históricos, atravessado por abordagens individualizantes e fragmentadas. Em contraposição a essa tendência, existiram, também, vertentes críticas e que buscaram uma interlocução entre Psicologia e Política.

Neste cenário, surge a necessidade de refletir sobre os propósitos que orientam as investigações no campo da Psicologia Política. Qual é, de fato, a finalidade da compreensão dos processos psicopolíticos? O conhecimento deve ser produzido como um fim em si

¹⁰ “Pero al margen de que difícilmente pudiera existir una mayor uniformidad teórica, es cuestionable que ello fuese preferible a la situación actual. En ocasiones, la existencia de una opción dominante supone que existen otras formas de contemplar la realidad que resultan excluidas o marginadas. Por otra parte, la presencia de esas distintas formulaciones permite el debate y la crítica, aspectos fundamentales de la actividad científica” (Sabucedo, 1996, pp. 22-23).

mesmo ou deve estar comprometido com a apreensão crítica da realidade visando a sua transformação?

O horizonte de ação do campo varia em função do objeto de estudo adotado e das definições aplicadas. Sabucedo (1996) chama a atenção aos esforços de alguns autores para que a Psicologia Política seja objetiva e asséptica frente ao estudo das problemáticas sociais e políticas, a partir do pressuposto de que é por meio da neutralidade axiológica que se produz uma verdadeira ciência psicológica. Em geral, esta concepção entende que o comportamento político é explicado a partir de processos psicológicos universais, naturais ou biológicos.

A trajetória histórica de consolidação da Psicologia enquanto ciência e profissão foi marcada por com os setores dominantes da sociedade capitalista (Lacerda Jr., 2016), ao mesmo tempo em que tentava expressar uma suposta neutralidade no estudo de fenômenos psicológicos. A neutralidade frequentemente reivindicada nas diversas formas de Psicologia fundadas sobre uma base positivista, manifesta-se na alegação de imparcialidade frente aos objetos de estudo e na pretensão de apoliticismo diante dos problemas sociais.

Contudo, a suposição de neutralidade é falaciosa, especialmente no âmbito das ciências humanas e sociais. As tentativas de sustentar uma postura imparcial e apolítica incorrem em um paradoxo: ao adotar a neutralidade, a Psicologia promove uma concepção de ciência descontextualizada, acrítica e desprovida de historicidade que é parcial e ideologicamente orientada. Em outras palavras, os esforços voltados à negação de um posicionamento político já configuram, em si, uma forma de posicionamento, uma vez que a produção científica está inevitavelmente vinculada a interesses sociais em disputa. Silenciar sobre aqueles interesses contribui para a perpetuação de uma ciência que atua em favor da manutenção da ordem social vigente e do *status quo* (Martín-Baró, 1987/1994; Jacó-Vilela, 2023).

O caráter político da Psicologia é inegável. As ideias estudadas e desenvolvidas pela Psicologia foram utilizadas para a realização dos mais diversos objetivos, tanto por setores reacionários, quanto progressistas (Souza, 2024).

Toda teoria carrega posicionamentos ético-políticos implícitos ou explícitos. Considerando que toda teoria está sujeita a múltiplas formas de instrumentalização, é imprescindível a construção de perspectivas teóricas que rompam com a suposta neutralidade e imparcialidade do saber psicológico e, conscientemente, tomem posição sobre os problemas concretos da realidade.

Ao propor que a tarefa da Psicologia Política é analisar o que há de ideológico no comportamento político com o fim de desideologizar a experiência cotidiana, marcada pelo senso comum enganoso e alienador, Martín-Baró (1994/2014; 2009) pressupõe a inseparabilidade entre teoria e prática. Assim, abre espaço para análises comprometidas com a transformação daquela realidade, partindo da experiência concreta de grupos e pessoas.

O processo de desideologização passa pela conscientização das raízes da alienação social, processo que se constitui como horizonte do *quehacer* (psicológico) (Martín-Baró, 1997).

A delegação do papel de construção de consciências críticas à Psicologia Política pode nos levar à ilusão de que a formação de consciências individuais pode causar alterações sociais radicais. Esta é, nas palavras de Crochík (1995), uma ilusão liberal, pois parte da consideração de que o indivíduo é, sozinho, responsável pela mudança política. Portanto, o processo de conscientização não pode igualar a consciência individual à consciência política. Há de se reconhecer o limite do campo psicológico no processo de transformação social, pois não é puramente por meio da emancipação subjetiva que acontecerá a emancipação humana.

Nesse cenário, impõe-se a necessidade de uma Psicologia Política que não apenas reconheça a dimensão política do conhecimento, mas que também se comprometa

explicitamente com a transformação das condições sociais concretas. A crítica à pretensa neutralidade científica e à universalização dos processos psicológicos demanda um reposicionamento ético, teórico e metodológico que recuse a dissociação entre teoria e prática e que se oriente por uma perspectiva historicamente situada.

Tal reposicionamento, contudo, não pode incorrer na armadilha de uma concepção individualizante da mudança social, que reduz a emancipação à esfera subjetiva. A partir desse tensionamento emergem propostas contra-hegemônicas de produção de conhecimento em Psicologia Política, dentre elas a Psicologia Política Latino-americana, que será analisada a seguir como expressão teórico-prática comprometida com os processos coletivos de emancipação social (Montero & Dorna, 1993; Sabucedo, 1996).

1.2. Psicologia Política na América Latina

1.2.1. A Psicologia Social latino-americana como produção situada

A especificidade do desenvolvimento da Psicologia Política na América Latina se dá em razão de uma série de processos que não se relacionam unicamente com a constituição da Psicologia, mas também com a história do continente.

Como explicitado no tópico anterior, os Estados Unidos possuem grande influência na institucionalização da Psicologia Política, inclusive sobre o seu desenvolvimento na América Latina. Isto não é mera coincidência. Os países latino-americanos são profundamente influenciados, ou até mesmo determinados, pelas relações políticas, econômicas e militares que possuem com os EUA, o que se estende ao campo científico, religioso, social e cultural, caracterizando uma situação de dependência histórico-estrutural (Ianni, 1973).

A dependência estrutural existe quando “as estruturas econômicas e políticas de um país são determinadas pelas relações de tipo imperialista” (Ianni, 1973, p. 172). Uma nação dominante provoca, no interior de uma sociedade subordinada, a reformulação de suas

relações, instituições sociais e ideologias. Nesse sentido, os conceitos de dependência estrutural e imperialismo se complementam reciprocamente, ao passo que um existe em decorrência do outro (Ianni, 1973).

A dependência estrutural é gerada pela internacionalização do processo produtivo no sistema capitalista – principalmente durante a expansão do capitalismo – e, ao mesmo tempo, é condição para a sua reprodução (Ianni, 1973). Ela se desenvolve “à medida que o comércio entre os povos incorpora as atividades econômicas das colônias e países latino-americanos, asiáticos e africanos ao sistema de produção centralizado na Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Japão, Estados Unidos” (Ianni, 1973, p. 176).

A produção da dependência estrutural possui uma notável dimensão econômica. Entretanto, como aponta Ianni (1973), a internacionalização do sistema capitalista significa, também, internacionalização de relações de classes e suas diversas contradições. Sendo assim, a configuração das relações sociais não se restringe a processos puramente econômicos, mas desdobra-se na difusão, imposição e adoção de valores, ideias e doutrinas que se adequam às relações de dependência. É necessário que o país subordinado não apenas aceite a sua condição de dependência, como também a apoie. Para isso, difunde-se na sociedade subordinada a ideologia dos grupos dominantes, para justificar a legitimidade, a vantagem e a necessidade das estruturas de dependência (Ianni, 1973).

Novamente, a dependência não se restringe ao campo econômico. Ela também se estende ao campo político, social, religioso, cultural e científico. Embora seja possível traçar exemplos quanto às marcas da dependência estrutural em todos os campos citados, nosso interesse aqui está no campo científico.

O processo de autonomização da Psicologia na América Latina foi marcado pela relação de dependência que a ciência possuía com tendências, pesquisas, teorizações e autores dos EUA e da Europa (Lacerda Jr., 2013). A configuração da América Latina

enquanto dependente econômica e culturalmente desencadeou na adoção e desenvolvimento de uma Psicologia Social que transitava “entre o pragmatismo norte-americano e a visão abrangente de um homem que só era compreendido filosófica ou sociologicamente – ou seja, um homem abstrato” (Lane, 1989, p. 11). A dualidade entre a dimensão física e psicológica, a cisão entre processos individuais e grupais, a separação entre abordagens sociológicas e biológicas para a constituição do ser humano foi uma importante problemática reproduzida na América Latina a partir das perspectivas hegemônicas em Psicologia Social nos centros econômicos (Lane, 1989; Silva & Veras, 2013).

Neste sentido, a Psicologia latino-americana esteve marcada pela ausência de uma epistemologia adequada à realidade concreta da América Latina, reproduzindo debates sobre dilemas teóricos que não se relacionavam com os problemas latino-americanos. Como a maior parte da literatura vigente era produzida nos EUA, os problemas explorados teoricamente eram relativos à sociedade norte-americana, implicando na aceitação acrítica de teorias e modelos importados dos grandes centros acadêmicos norte-americanos, que pouco ou nada se relacionavam com a realidade da América Latina, caracterizando um mimetismo cientificista (Martín-Baró, 2009; Lima, Ciampa & Almeida, 2009).

Para Montero (1994), o surgimento da Psicologia Social latino-americana se deu em decorrência do processo de crise que a Psicologia e, em especial, a Psicologia Social enfrentou ao longo das décadas de 1970 e 1980. Até aquele momento, a Psicologia possuía um paradigma¹¹ positivista. Este era dominante na Psicologia e se caracterizava por: predomínio do método hipotético-dedutivo e experimental; atemporalidade e falta de consideração sobre o caráter histórico dos fatos e fenômenos; distanciamento entre pesquisador e o sujeito da pesquisa; suposição de existência de uma estrutura de equifinalidade e de variáveis homeostáticas nos fenômenos psicossociais (Montero, 1994).

¹¹ Entende-se por “paradigma” o “conjunto sistemático de ideias sobre as relações e interpretações da atividade humana, seus produtores, sua gênese, seus efeitos sobre os seres humanos e sobre a sociedade, apontando formas preferenciais de fazer para conhecê-los” (Montero, 1994, p. 30, tradução nossa).

Este paradigma começou a ser debatido por volta dos anos 1970, partindo de uma insatisfação generalizada da comunidade acadêmica e profissional latino-americana com relação às teorizações e técnicas produzidas, marcando um momento crise no campo da Psicologia Social. Levantaram-se questionamentos a respeito da cientificidade da Psicologia, sobre seu reconhecimento enquanto uma ciência natural ou uma ciência humana, quanto à importação de teorias e práticas que se mostravam conservadoras e elitistas e quanto aos próprios postulados paradigmáticos daquela forma de fazer Psicologia (Montero, 1994; Lacerda Jr., 2013; Lima, 2017).

No contexto político brasileiro, o final da década de 1970 marcou o início de um período de “abertura democrática” do regime militar, resultando no ressurgimento e na reorganização do movimento estudantil, do movimento operário e de outros movimentos sociais que lutavam por redemocratização e direitos sociais. As mudanças na conjuntura social e política abriram espaço para a proliferação de teorias críticas da sociedade – como o marxismo – nas universidades, possibilitando o surgimento de críticas à psicologia (Yamamoto, 1987; Lacerda Jr., 2013). Por conta disso, ainda na década de 1970, ocorreu um aumento na circulação de publicações científicas, bem como as primeiras traduções de alguns clássicos do marxismo (Yamamoto, 1987).

Neste cenário, surgiram concepções que se apresentavam enquanto “alternativas” à Psicologia tradicional. Yamamoto (1987) aponta para a divisão de duas tendências que se relacionavam às práticas alternativas. A primeira abarcava as proposições que, embora procurassem ser alternativas, continuavam reproduzindo as mesmas problemáticas da psicologia dominante. Por exemplo das abordagens corporais, como a biodança e a bioenergética. A segunda concepção de psicologia alternativa apontava para a função social da psicologia, questionando sua aliança com elites e propondo a ampliação de sua atuação

para fora dos espaços tradicionalmente ocupados pela psicologia buscando superar um marcante elitismo (Yamamoto, 1987; Lacerda Jr., 2013).

Ao mesmo tempo, Yamamoto (1987) aponta o surgimento de uma linha da “contra-psicologia”, caracterizada como um conjunto de estudos que se dedicavam à crítica teórica da psicologia. O autor destaca como exemplos de contra-psicologia as proposições de Roberto Campos e Maria Helena Souza Patto, que discutiam a participação do psicólogo na manutenção da sociedade capitalista, bem como as relações entre psicologia e ideologia (Yamamoto, 1987; Lacerda Jr., 2013). A finalidade das propostas de “contra-psicologia” consistia na “reconstrução teórica da psicologia com a finalidade de construir perspectivas críticas em psicologia” (Lacerda Jr., 2013, p. 227).

Outro exemplo de práticas alternativas, em um cenário mais amplo, é o surgimento da Psicologia Comunitária em vários países latino-americanos. O campo se estruturou a partir de bases epistemológicas muito diferentes, dialogando com a Sociologia Militante e a Educação Popular (Montero, 1994). A Psicologia Comunitária se configurava não apenas enquanto uma forma de intervenção político-comunitária, mas enquanto uma contestação da psicologia dominante (Sandoval, Dantas & Ansara, 2014).

As propostas alternativas foram importantes para a constituição de uma Psicologia Social que se relacionasse com a realidade da América Latina, voltada à ação e aos problemas concretos de seus países (Montero & Dorna, 1993). Surgiram diferentes grupos de pesquisas, associações e movimentos que se propunham a construir uma nova perspectiva de Psicologia Social, a qual atenderia demandas dos povos latino-americanos, se apoiaria em concepções históricas e críticas e romperia com paradigmas dualistas e dicotômicos. A exemplo disso, cita-se a criação da Associação Venezuelana de Psicologia Social (AVEPSO) (Lane, 1989).

A Psicologia Social latino-americana emergiu como uma nova perspectiva, orientada por outros princípios teórico-método-epistemológicos. Se voltava ao caráter histórico,

cultural e territorial da Psicologia, olhando para fenômenos psicossociais em sua relação com as mudanças socioculturais. Além disso, tomava a realidade social como orientadora fundamental dos estudos psicológicos, a partir de uma perspectiva dialética, integrando o pessoal, o social e o econômico como dimensões formadoras do ser social (Montero, 1994).

Além disso, se considerava necessário que a Psicologia adotasse o ponto de vista das maiorias oprimidas, de forma que a pesquisa tivesse o objetivo de intervir sobre os processos psicossociais e não apenas estudá-los de forma asséptica (Montero, 1994).

Diante disso, ao falarmos sobre uma Psicologia latino-americana não tratamos apenas de uma perspectiva situada geograficamente, e sim de um conjunto de teorias e práticas específicas, desenvolvidas a partir dos conflitos, contradições e demandas da realidade da América Latina.

Para Martín-Baró (2009), a necessidade de construção de uma Psicologia desde a realidade latino-americana requer o cumprimento de algumas tarefas. Em primeiro lugar, é necessário recuperar a memória histórica, propiciando um encontro com as raízes da identidade do povo latino-americano e possibilitando a construção de alternativas que rompam com o fatalismo frente à ordem estabelecida. Em segundo lugar, a Psicologia precisa se comprometer com a desideologização do senso comum que mantém e legitima as estruturas sociais de exploração e o conformismo. Por último, faz-se urgente a potencialização das virtudes populares, que sustentaram os povos em meio a experiências de opressão e violência e podem alicerçar processos de mudança.

Esta proposição não parte de uma mera noção localista ou etnocêntrica para a análise dos fenômenos, mas da proposição de encarar a realidade concreta como ponto de partida, o que requer uma forma de teorização e uma metodologia própria (Fernández Christlieb, 1987).

Do ponto de vista de uma Psicologia Política em consonância com a realidade, teoria e metodologia referem-se a um sistema de interpretação que explique um campo da

realidade social a partir das possibilidades que a ação e a vontade humana possuem para transformá-la, e cuja verificação – ideal – se dá por meio das mudanças nessa realidade (Fernández Christlieb, 1987, p. 80, tradução nossa)¹².

Compreender os caminhos da Psicologia na América Latina exige mais do que uma análise de suas formulações conceituais; requer, sobretudo, a consideração das condições históricas, políticas e sociais que conformam suas práticas e discursos. Ao deslocarmos o olhar para a Psicologia Política, torna-se necessário aprofundar o exame sobre como essas condições influenciaram a constituição de um campo. Nesse sentido, abordaremos a seguir alguns aspectos históricos para a constituição da Psicologia Política latino-americana.

1.2.2. Desenvolvimento histórico da Psicologia Política latino-americana

É possível encontrar trabalhos de Psicologia Política no período que antecede a institucionalização da disciplina no contexto latino-americano. O primeiro é o trabalho do autor argentino Agustín Álvarez, escrito em 1894, intitulado “*South América: ensayo de psicología política*”, o qual discutia temas relativos ao sistema político na América Latina, embora não partisse de uma perspectiva crítica a respeito da história e das “consequências políticas, econômicas e materiais da colonização impostas à América Centro-Sul” (Santana, 2020, p. 64).

Além dele, chama-se atenção aos estudos do brasileiro Victor de Britto, autor da obra “Gaspar Martins e Júlio de Castilhos: estudo crítico de Psychologia política”, de 1908, o qual consistia em uma análise política a partir da discussão sobre as personalidades das duas lideranças da Revolução Federalista do Brasil que aconteceu entre 1893 e 1895 (Silva, 2012). Assim como no trabalho de Álvarez, as análises de Britto careciam de uma leitura crítica

¹² “Desde el punto de vista de una psicología política acorde a la realidad, teoría y metodología refieren a un sistema de interpretación que explique un campo de la realidad social a partir de las posibilidades que la acción y la voluntad humana tienen para transformarlo, y cuya verificación – ideal – está dada por los cambios de esa realidad” (Fernández Christlieb, 1987, p. 80).

quanto ao contexto de exploração colonial de Portugal no Brasil, além da desconsideração dos problemas estruturais e dos conflitos entre classes sociais (Santana, 2020).

Estas duas obras possuem extrema relevância, pois constituem “documentos históricos que narram as primeiras manifestações de Psicologia Política na América Latina” (Santana, 2020, p. 65), apesar de possuírem limites teórico-metodológicos característicos do momento em que foram elaboradas. Entretanto, embora caracterizem produções históricas importantes, ainda não era possível caracterizá-las dentro da Psicologia Política latino-americana enquanto campo teórico específico.

A história daquilo que se compreende por Psicologia Política latino-americana enquanto um campo com relativa autonomia é recente (Silva, 2012; Lacerda Jr., 2014). Montero (1991) identifica três principais períodos de produção importantes para a Psicologia Política na América Latina: o primeiro se caracteriza por uma noção de política inconsciente ou implícita; o segundo se define por uma noção de política consciente e explícita; por último, ocorre a autonomização do campo da Psicologia Política.

O primeiro período de produção, política inconsciente, se deu entre 1956 e 1967. No período, inexistia uma consciência clara a respeito da especificidade do objeto de estudo. Os fenômenos políticos eram abordados a partir de um nível de explicação psicológica apenas eventual ou contingente, ocorrendo apenas a percepção de que a dimensão política pode afetar os fenômenos psicossociais (Montero, 1991).

O segundo período de produção aconteceu entre 1968 e 1982. Foi marcado pela percepção de uma Psicologia Social da política ou uma aplicação da Psicologia Social aos fenômenos políticos. Há, no período, certa confusão no campo teórico, já que é o momento de crítica epistemológica à Psicologia enquanto ciência que advoga certos interesses dominantes e que é produto de um sistema social específico. Neste período, passa a existir uma percepção consciente, explícita, sobre o caráter político da Psicologia (Montero, 1991).

O terceiro período teve início no ano de 1983 e é marcado pelo desenvolvimento do campo da Psicologia Política, reconhecendo sua autonomia e sua especificidade. É um período de produção científica mais intensa, o que provoca o surgimento da necessidade de uma elaboração mais clara sobre as definições teórico-metodológicas do campo (Montero, 1991).

A Psicologia Política na América Latina adquire uma forma particular, distinta das teorias e práticas desenvolvidas em outras regiões, uma vez que se origina de uma Psicologia Social que nutria interesse por fenômenos políticos e, ao mesmo tempo, problematiza sua própria prática, seu papel social e sua capacidade de promover transformações sociais (Montero, 1991; Montero & Dorna, 1993). Em razão disso, a Psicologia Política Latino-americana assume uma dupla função: a de produzir conhecimento acadêmico e científico, e, ao mesmo tempo, a de engajar-se na luta por mudanças sociais. Sua principal característica, portanto, reside no “compromisso com a transformação social e a necessidade de dar respostas aos problemas da comunidade e da sociedade” (Montero & Dorna, 1993, p. 11, tradução nossa)¹³.

É possível destacar dois marcos fundamentais na construção histórica da Psicologia Política Latino-americana: a publicação, em 1987, do livro *“Psicología Política Latinoamericana”*, organizado por Maritza Montero e as contribuições da obra de Ignacio Martín-Baró (Hur, Sabucedo & Alzate, 2018).

A venezuelana Maritza Montero foi um dos nomes mais importantes da construção do campo da Psicologia latino-americana, principalmente pelas contribuições para a sistematização teórico-metodológica da Psicologia Social Comunitária (Pavón-Cuéllar, 2019). O livro organizado por ela em 1987 é uma compilação de textos de autores e autoras de diversos países da América Latina, que estudaram a realidade concreta do continente. A

¹³ “[...] compromiso con la transformación social y de la necesidad de aportar respuestas a los problemas de la comunidad y de la sociedad” (Montero & Dorna, 1993, p. 11).

obra contém estudos sobre ideologia, fatalismo, consciência social, identidade latino-americana, religião, guerra e repressão política. A autoria dos textos inclui diversos nomes de grande relevância e da Psicologia Social: Wanderley Codo (Brasil), Pablo Fernández Christlieb (México), Fernando González Rey (Cuba), Elizabeth Lira (Chile), Ignacio Martín-Baró (El Salvador), Angel Rodríguez Kauth (Argentina), José Miguel Salazar (Venezuela), entre outros.

A publicação do livro expressa o esforço em delimitar uma perspectiva crítica, socialmente comprometida e politizada sobre a Psicologia Política latino-americana. Postura que contrasta com os manuais de Psicologia Política estadunidenses produzidos até aquele momento. Esta virada crítica se mantém nos anos seguintes, quando foi publicado o livro *“Acción y discurso: Problemas de Psicología Política en América Latina”*, em 1991, coordenado por Maritza Montero e com a autoria de nomes comuns à publicação anterior, como Fernández Christlieb e González Rey.

Ignacio Martín-Baró, considerado uma das figuras mais relevantes para a consolidação da Psicologia Política na América Latina, desempenhou um papel fundamental na formulação de uma nova abordagem teórico-prática voltada à realidade social e histórica do continente (Hur, Sabucedo & Alzate, 2018).

Nascido na Espanha e posteriormente radicado em El Salvador, Martín-Baró possuía diversas formações, com estudos em Psicologia, Teologia e Filosofia, além de atuar como professor de Psicologia na Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (UCA). Sua trajetória intelectual e seu engajamento político foram marcos significativos na história da psicologia latino-americana. Sua morte também marcou profundamente o campo: em 16 de novembro de 1989, foi assassinado por um esquadrão de elite do exército salvadorenho, juntamente com outros cinco padres jesuítas e duas trabalhadoras, nas dependências da própria UCA (Lacerda Jr., 2017).

Inspirado pela Teologia da Libertação, Martín-Baró defendeu uma proposta de psicologia politizada, voltada para a crítica da ideologia e de todas as formas de opressão e exploração produzidas pelo sistema capitalista: a Psicologia da Libertação (Lacerda Jr., 2017; Hur, Sabucedo & Alzate, 2018).

Esta proposta se relacionava com dois pontos fundamentais: a convivência da Psicologia com a ordem social e o distanciamento entre os problemas da Psicologia e as questões enfrentadas concretamente pelos povos latino-americanos (Lacerda Jr., 2007). Nesse sentido, Martín-Baró chamava atenção para a necessidade de reconstrução da bagagem teórica e prática da Psicologia latino-americana, a partir dos sofrimentos, aspirações e lutas dos próprios povos da região (Martín-Baró, 2009).

A proposta da Psicologia da Libertação se fundamenta em três elementos centrais. Primeiro, é preciso estabelecer um novo horizonte de ação voltado à libertação das maiorias populares das estruturas sociais opressoras. Em seguida, busca uma nova forma de produzir conhecimento, ancorada a partir da experiência do próprio povo oprimido, reconhecendo-o como agente ativo em sua construção. Por fim, é essencial adotar uma práxis popular comprometida com a transformação da realidade, o que implica assumir uma Psicologia politizada (Martín-Baró, 2009; 1990/2013).

As perspectivas da Psicologia Social Comunitária e da Psicologia da Libertação compartilham muitas de suas formulações teóricas e metodológicas, como a pedagogia crítica de Paulo Freire e as formulações sobre pesquisa participativa de Orlando Fals Borda (Pavón-Cuéllar, 2019). As obras de Montero e Martín-Baró caracterizam um giro político em decorrência da radicalização da dimensão política de reflexões e fazeres da Psicologia Política latino-americana (Hur, Sabucedo & Alzate, 2018; Pavón-Cuéllar, 2019). O que ocorre é a “mudança de um enfoque cientificista para perspectiva crítica e politizada, influenciada não somente pela Psicologia Social, mas principalmente pela Filosofia e pelo

pensamento marxiano” (Hur, Sabucedo & Alzate, 2018, p. 10, tradução nossa)¹⁴, a partir da redefinição da bagagem teórica e prática da Psicologia (Martín-Baró, 2009).

Ao longo da década de 1990, foram publicados muitos livros de Psicologia Política na América Latina: “*Psicología de la acción política*” (1995), organizado por Orlando D’Adamo, Virgínia García Beaudoux e Maritza Montero; “A sociedade na perspectiva da Psicologia: Questões teóricas e metodológicas” (1996), de Leôncio Camino e Paulo Rogério Meira Menandro; “Estudos sobre comportamento político: Teoria e pesquisa” (1997), de Leôncio Camino, Louise Lhullier e Salvador Sandoval; “*Acción y discurso: Problemas de psicología política en América Latina*” (1991), de Maritza Montero; “*Psicología Política*” (1999), coordenado por Luis Oblitas e Ángel Rodríguez Kauth (Hur, 2019).

Além de propostas ético-políticas e teórico-metodológicas, houve importante processos de institucionalização. Em 2000, foi fundada a Associação Brasileira de Psicologia Política, a qual realiza congressos e simpósios regularmente. Em 2001, a associação criou a Revista Psicologia Política. Em 2002, foi criada a *Revista Electrónica de Psicología Política*, na Argentina. O Brasil é o único país que possui uma associação nacional voltada para a temática da Psicologia Política (Hur, 2019).

Em 2011, foi criada a *Asociación Ibero-Latinoamericana de Psicología Política* (AILPP), durante o Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia, que aconteceu na Colômbia. A AILPP reúne pesquisadores dos países da América Latina, Portugal e Espanha e também organiza congressos regulares desde sua fundação (Hur, 2019). O primeiro deles aconteceu em 2012, no Peru; o segundo ocorreu em 2014, no México; o terceiro, em 2016, na Colômbia; o quarto, em 2018, no Chile. Um quinto congresso estava programado para acontecer no ano de 2020, na Argentina, mas precisou ser cancelado em decorrência da

¹⁴ “[...] un cambio de un enfoque cientificista para una perspectiva crítica y politizada, influenciada no sólo por la Psicología Social, sino principalmente por la Filosofía y por el pensamiento marxiano” (Hur, Sabucedo & Alzate, 2018, p. 10).

pandemia da Covid-19. Assim, o quinto congresso aconteceu em 2023, na Colômbia, enquanto o sexto congresso aconteceu em 2025, em Portugal.

A consolidação da Psicologia Política latino-americana representou uma ruptura com as tradições hegemônicas. As temáticas que compõem esse campo não apenas refletem tal politização, como também evidenciam sua vinculação direta com os conflitos e as urgências de uma realidade marcada por desigualdades, resistências e luta.

1.2.3. Principais temas da Psicologia Política latino-americana

As primeiras temáticas da Psicologia Política latino-americana expressavam estreita vinculação com os conflitos sociais e as lutas políticas que marcaram e ainda marcam o processo histórico do continente. O livro “*Psicología Política Latinoamericana*”, de Maritza Montero (1987), é um apanhado sobre os grandes temas que orientam as pesquisas e práticas do campo. Está dividido em três partes: problemas teóricos e metodológicos, com textos sobre a história da Psicologia Política latino-americana, seus enfoques e conceitos e suas implicações teórico-metodológicas; situações e processos políticos, reunindo trabalhos sobre autoritarismo, militarismo, ditadura, consciência social, política e religiosa, fatalismo, democracia, movimentos populares políticos e revolucionários, ideologia, nacionalismo e comportamento político; e, por último, as formas de intervenção psicopolítica, com artigos sobre processos de conscientização, educação e participação popular, experiências de exílio, participação política e psicoterapia com vítimas de repressão e guerras (Montero, 1987).

No primeiro capítulo deste livro, Montero (1987) apresenta uma revisão da literatura latino-americana sobre a Psicologia Política que identificou as temáticas mais pesquisadas: nacionalismo, comportamento político e processos psicológicos, trauma político e estudos sobre ideologia, alienação e consciência política.

As pesquisas sobre o nacionalismo se destacavam pelo empenho em analisar as consequências históricas da colonização e do imperialismo na constituição da identidade e da cultura dos povos latino-americanos (Montero, 1987). O interesse pela temática estava diretamente relacionado com especificidades do desenvolvimento histórico da região, marcado por uma condição persistente de dependência cultural, política e teórica em relação à América do Norte. Uma das questões centrais que orientavam aqueles estudos era: “Quem são os latino-americanos?”. A partir dessa indagação, diversos trabalhos se dedicaram à análise da identidade latino-americana como um campo de reflexão e afirmação cultural (Montero, 1987).

Quanto ao comportamento político e os processos psicológicos, Montero (1987) identificou estudos sobre percepção e cognição, socialização política e processos de aprendizagem. Os trabalhos apontavam para a forma como os processos psicológicos exercem influência sobre o comportamento eleitoral e as escolhas políticas.

Os estudos sobre trauma político olhavam, principalmente, para fenômenos como exílio, tortura e efeitos de guerras, ditaduras e imperialismo no território latino-americano. Existiam pesquisas clínicas sobre os traumas decorrentes das torturas, assim como sobre as consequências deixadas por fenômenos políticos traumatizantes. Os estudos apontavam para os efeitos de maus tratos físicos e psicológicos, bem como da opressão, da repressão política e das experiências de tortura. Ao mesmo tempo, problematizavam o papel desempenhado por profissionais da área psicológica a serviço de governos ditatoriais (Montero, 1987).

Por fim, os estudos sobre ideologia, alienação e consciência política produzidos pelos latino-americanos partiam de uma compreensão crítica sobre a história, as lutas e os obstáculos da América Latina (Montero, 1987). A autora pontuou que as pesquisas dialogavam com outros campos como Ciência Política, Sociologia, Economia e Filosofia.

Em outro estudo, Montero e Dorna (1993) destacaram seis grandes áreas de pesquisa que possuem uma certa autonomia e podem ser consideradas como o núcleo dos estudos que contribuíram para o surgimento da Psicologia Política no contexto latino-americano:

- 1) estudos sobre personalidade e lideranças políticas, centrados na influência individual sobre os processos políticos;
- 2) estudos sobre a influência de aspectos cognitivos e processos de influência social, trabalhando com conceitos como mudanças de atitude, estereótipos, preconceito e esquemas cognitivos mediadores na relação entre realidade, pensamento e ação;
- 3) estudos sobre a comunicação persuasiva, com trabalhos sobre os meios de comunicação social e a persuasão interpessoal;
- 4) estudos sobre situações de pressão, conflito e negociação, focalizando os efeitos das duas primeiras e os fatores psicológicos da última;
- 5) estudos sobre a relação entre sistema social, condições de vida, identidade e consciência social, incluindo as expressões nacionalistas e étnicas;
- 6) estudos sobre ideologia como fenômeno político, instrumento e processo de mediação, relacionando-a com a alienação e seus efeitos em sociedades e indivíduos.

A Revista Psicologia Política, editada pela Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP) desde 2001, é elucidativa quanto às temáticas trabalhadas após a institucionalização do campo no início do século. O periódico publica trabalhos de autores brasileiros e iberoamericanos, orientados por diferentes abordagens teóricas e metodológicas, abrange uma grande diversidade de temas: consciência política, comportamentos coletivos, políticas públicas, discursos e antagonismos políticos, preconceito, racismo, xenofobia, ações coletivas, movimentos sociais, violência coletiva e social, direitos humanos, socialização

política, comportamento eleitoral, relações de poder, valores democráticos, autoritarismo, participação social, comunidades, ideologia, práticas institucionais e memória coletiva etc.

Na perspectiva de Silva (2015), a Revista Psicologia Política desempenha um papel importante não apenas por divulgar os temas atuais do campo, como também por propiciar que os pesquisadores latino-americanos estejam em contato uns com os outros, criando uma rede de investigação e produção de conhecimentos que rompe com as fronteiras disciplinares.

Uma publicação mais atual, o “Dicionário de Psicologia Política Latino-americana”, organizado por Elio Rodolfo Parisí, Domenico Uhng Hur e Fernando Lacerda Júnior e publicado em 2023 sistematizou os conceitos mais utilizados no campo de pesquisa e intervenção da Psicologia Política, com o objetivo de fornecer uma fundamentação sobre as principais ferramentas conceituais utilizadas para a análise dos processos políticos articulados ao psicológico. De maneira indireta, os conceitos que aparecem no livro dizem respeito, também, às temáticas mais pesquisadas no campo. O livro conta com 88 verbetes, da autoria de 92 pesquisadores, que partem de diferentes vertentes teórico-políticas, apontando para a multiplicidade inerente à configuração do campo interdisciplinar (Parisí, Hur e Lacerda Jr., 2013).

À parte das temáticas que já vinham sendo trabalhadas desde a consolidação da Psicologia Política latino-americana enquanto campo específico, alguns dos conceitos que aparecem no livro são: anarquismo, antipsiquiatria, assistência social, ativismo e militância, autonomia, biopolítica, capitalismo, classe social, colonialidade, conflito armado, conservadorismo, construcionismo social, consumo informativo, cultura, deficiência e inclusão, diversidade sexual e de gênero, economia solidária, ecossocialismo, emprego, esquizoanálise e esquizodrama, Estado, extremismos políticos, família, feminismo, gênero, globalização, homofobia, infância, masculinidades, migração, minorias, negritude, neurociências, opressão política, performatividade, polarização política, populismo,

pós-estruturalismo, prisão, privatização, Psicologia Crítica, questão agrária, radicalidade, reconciliação, redes populares, religião, ruralidades, saúde do trabalhador, saúde mental, sofisticação política, subjetividade política, tecnologia, trabalho e violência política (Parisí, Hur & Lacerda Jr., 2013).

As temáticas listadas revelam uma proposta teórico-metodológica que articula a análise crítica dos fenômenos políticos com compromisso social. Nesse sentido, a Psicologia Política latino-americana surge confrontada pelo desafio de “criar consciência política na psicologia e elaborar uma psicologia sobre a consciência política” (Martín-Baró, 1990/2013, p. 570), embora tenha evoluído, posteriormente, por meio de um pluralismo teórico-metodológico que, muitas vezes, se distancia dessa perspectiva.

A Psicologia Política latino-americana surgiu, em grande parte, como uma proposta crítica e contra-hegemônica em um momento de crise, mas possui um percurso de tensão entre a radicalidade de seus fundamentos originários e os processos de dispersão teórica que marcaram sua consolidação contemporânea. Como destacamos em diversos momentos ao longo do capítulo, a característica principal deste paradigma era o compromisso com a transformação social (Montero & Dorna, 1993), aspecto que se relacionava tanto com o processo histórico-social do continente quanto com as influências de referenciais teóricos advindos de teorias marxistas. Entretanto, o atributo da “crítica” parece ter sofrido um esvaziamento conceitual e prático ao longo do desenvolvimento do campo teórico.

1.3. Psicologia Política e Crítica

1.3.1. Psicologia Política crítica?

Psicologia Crítica, assim como Psicologia Política, é um termo genérico que designa um espectro muito amplo de teorias. O termo tem sido utilizado para fazer referência a todo e qualquer questionamento sobre o campo psicológico que parta da própria disciplina para a

realização de problematizações críticas às práticas hegemônicas (Lacerda Jr., 2010; Pavón-Cuéllar, 2019). De forma geral, a Psicologia Crítica pode ser compreendida como uma atitude crítica frente à Psicologia, um posicionamento que se assume tanto em relação ao interior da disciplina quanto com o seu exterior (Pavón-Cuéllar, 2019).

Na perspectiva de Montero (2010, p. 178, tradução nossa), a atividade da crítica interna envolve a análise de “modelos teóricos, conceitos, interpretações e explicações dadas a fenômenos ou circunstâncias psicológicas em estudo” com o objetivo de “demonstrar seus métodos de construção, contradições, grau de coerência e os interesses subjacentes por trás de uma determinada teoria ou proposta, bem como seus pontos fortes”¹⁵.

A crítica externa parte da compreensão de que a Psicologia não é uma ciência descolada do mundo cultural, econômico, social e político, o que faz com que as opressões sociais se manifestem tanto na construção teórica do campo quanto em suas formulações práticas, tornando indispensável a consideração de todas essas dimensões nas análises psicossociais (Pavón-Cuéllar, 2019).

Nessa direção, a Psicologia Crítica abarca tanto análises sobre processos opressivos – como o racismo, a ordem patriarcal, as classes sociais, o colonialismo, o sistema capitalista de forma geral – quanto a elaboração de teorias alternativas à psicologia hegemônica, configurando-se enquanto crítica da Psicologia e crítica da sociedade (Lacerda Jr., 2010; 2015).

De acordo com Lacerda Jr. (2024), é possível identificar dois momentos históricos no desenvolvimento da Psicologia Crítica. No primeiro, situado entre o final da década de 1970 e o início da década de 1990, o uso do termo estava associado com correntes que tinham espaço reduzido nos periódicos acadêmicos e nas universidades, principalmente o Marxismo

¹⁵ “Hacer crítica supone analizar modelos teóricos, conceptos, interpretaciones y explicaciones dadas a fenómenos o psicológicos o a circunstancias bajo estudio, y demostrar sus modos de construcción, sus contradicciones, su grado de coherencia y los intereses subyacentes tras una determinada teoría o propuesta, así como también sus fortalezas” (Montero, 2010, p. 178).

e a Psicanálise. Psicologia Crítica designava formulações radicais, orientadas por expressões do marxismo. No contexto brasileiro, identifica-se nas obras de Maria Helena Souza Patto (1984) e Oswaldo Yamamoto (1987) expressões desta perspectiva de Psicologia Crítica, fundamentadas em teses marxistas (Lacerda Jr., 2024).

Klaus Holzkamp também é um nome representativo desta forma de fazer psicologia. Baseando-se nas elaborações de Marx e do psicólogo marxista Alexei Leontiev, Holzkamp se dedicou durante grande parte de sua trajetória profissional à crítica dos problemas da Psicologia (Pavón-Cuéllar, 2019), esquematizando uma Psicologia Crítica (*Kritische Psychologie*) que não apenas criticava a psicologia tradicional, mas também desenvolvia uma alternativa teórica crítica sobre a subjetividade (Lacerda Jr., 2014).

É importante destacar que o marxismo não se define enquanto um corpo teórico único, mas sim enquanto uma grande tradição teórico-política composta por diferentes vertentes e alternativas, que de alguma forma se ligam ao pensamento de Karl Marx (Netto, 1985). Na perspectiva de Lacerda Jr. (2014), o marxismo:

1. afirma a radical historicidade da essência humana, isto é, não há qualquer força natural ou sobrenatural que governe a existência humana;
2. entende que o ser social é produto da práxis humana e que, portanto, nele, há uma permanente dialética entre objetividade e subjetividade;
3. analisa a individualidade em sua determinação reflexiva com a sociabilidade, assim, se o marxismo não cinde a relação indivíduo-sociedade, também não incorre no erro de identificar os processos de reprodução do indivíduo com os processos de reprodução social;
4. é “anatomia da sociedade burguesa” que analisa o seu processo de gênese e desenvolvimento e;
5. tem como eixo fundamental a perspectiva revolucionária, isto é, sua análise do presente, tenta prefigurar as distintas possibilidades históricas de destruição e a

superação da sociabilidade burguesa (Konder, 1984; Lessa, 2007; Lukács, 1968; 1979; Marx, 1859; Tertullian, 2004) (Lacerda Jr., 2014. pp. 32-33).

A partir do final da década de 1990, começaram a surgir outras propostas de Psicologia Crítica, marcadas pela rejeição às “grandes narrativas” como o Marxismo e a Psicanálise. “Psicologia Crítica” passa a ser um termo guarda-chuva (Walkerdine, 2001) que abarca trabalhos com enorme diversidade teórico-metodológica e ético-política. O termo perde a sua especificidade e se difunde de forma genérica, passando a designar apenas um posicionamento crítico da sociedade e da Psicologia, não necessariamente orientado por uma corrente teórica ou um projeto de sociedade particular (Lacerda Jr., 2010; 2024).

Este segundo momento é marcado pela definição de uma Psicologia Crítica muito plural e diversa, orientada pela crítica ao poder dominante e à Psicologia hegemônica, e conduzida principalmente por “perspectivas pós-modernas, concepções subjetivistas de subjetividade e propostas micropolíticas de transformação social” (Lacerda Jr., 2024, p. 69), além da forte presença de produções pós-estruturalistas e do distanciamento do Marxismo (Lacerda Jr., 2010).

Ao considerarmos o contexto histórico de surgimento da Psicologia Política latino-americana, constata-se que ela emerge, majoritariamente, como a proposição de um paradigma crítico. Segundo Lacerda Jr. (2014), a configuração deste campo passa por três considerações importantes. Primeiramente, os psicólogos políticos se voltavam criticamente ao papel exercido pela Psicologia na manutenção e legitimação das desigualdades sociais. Em segundo lugar, as definições sobre o campo eram muito distintas das definições tradicionais, pois se voltavam de uma forma muito específica aos determinantes sociológicos e psicossociais de seus objetos. Em terceiro lugar, o processo de redefinição teórica e prática da Psicologia Política a colocou em contato com o marxismo (Lacerda Jr., 2014).

A proposta de reestruturação da Psicologia realizada por Martín-Baró, por exemplo, possui “referências diretas ao marxismo, à Teologia da Libertação e ao pensamento de Paulo Freire – e estes dois últimos tinham o marxismo como um de seus eixos” (Lacerda Jr., 2007, p. 202, tradução nossa)¹⁶. Ao longo de toda a elaboração dos pressupostos orientadores da Psicologia da Libertação, percebe-se elementos relativos à tradição marxista, como a crítica radical da sociedade capitalista, o reconhecimento dos processos de alienação e, principalmente, a percepção sobre a necessidade de superação do capitalismo e de uma transformação social radical para o fim da exploração e da opressão (Lacerda Jr., 2007).

Apesar das fortes influências de teorias marxistas para a constituição da Psicologia Política latino-americana, o campo também sofreu influências de outras linhas teóricas, orientadas por princípios metodológicos e epistemológicos distintos. Dentre eles, Pavón-Cuéllar (2019) identifica o modelo teórico socioconstrucionista, caracterizado pela rejeição aos saberes que se pretendem objetivos, pelo reconhecimento da especificidade social e histórica da compreensão do mundo, pela construção do conhecimento por meio das interações sociais e pela inseparabilidade entre conhecimento e ação social – princípios que contradizem os pressupostos básicos da psicologia dominante no século XX.

Um dos principais representantes da corrente socioconstrucionista é Kenneth Gergen, que defende uma transformação pós-moderna da psicologia por meio da adoção de novos pressupostos, como o da racionalidade comunitária, a perspectiva de construção do universo e a linguagem como ação, defendendo uma redefinição da dimensão psicológica em termos relacionais, narrativos e discursivos (Pavón-Cuéllar, 2019).

As correntes discursivas também tiveram grande influência para a Psicologia Social Crítica, o que se nota principalmente na psicologia coletiva de Pablo Fernández Christlieb, a qual busca ser uma “disciplina indisciplinada”, que concebe o mundo como uma entidade

¹⁶ “[...] referencias directas al marxismo, a la teología de la liberación y a pensamiento de Paulo Freire – y estos dos últimos tuvieron al marxismo como uno de sus ejes” (Lacerda Jr., 2007, p. 202).

psíquica completa, rompendo com a dualidade indivíduo-sociedade, mente-matéria, teoria-prática (Pavón-Cuéllar, 2019).

O desenvolvimento do paradigma pós-moderno coincide temporalmente com o enfoque Social Comunitário e com a Psicologia da Libertação no contexto latino-americano. Estes paradigmas também coincidiam por “[...] seu interesse pelo social, por suas divergências com respeito às correntes positivistas dominantes e por seu caráter crítico, reflexivo e alternativo” (Pavón-Cuéllar, 2019, p. 63, tradução nossa)¹⁷. Embora apresentem pontos em comum, também há distanciamentos, principalmente no que concerne ao horizonte de transformação social.

Assim, o desenvolvimento da Psicologia latino-americana foi atravessado por influências pós-estruturalistas e pós-modernas. Como exemplo deste processo, Lacerda Jr. (2010, p. 321) chama a atenção para a trajetória teórica da obra de Maritza Montero, “que começou com os esforços latino-americanistas de criar uma psicologia crítica própria – tal como se manifestou no projeto de psicologia da libertação de Martín-Baró”, tendo iniciado sua obra com conceitos marxistas, como classe social, alienação e ideologia, mas acabou dialogando com posições construcionistas (Lacerda Jr., 2014).

A própria perspectiva da libertação passou por um processo de esvaziamento de sentido ao longo do desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária. A libertação precisa ser compreendida como uma categoria histórica, considerando que suas possibilidades de concretização partem da realidade social. Ora, a realidade na qual surge a proposta da libertação é a da ordem capitalista, e sem um horizonte de superação desta ordem não existe possibilidade de libertação (Lacerda Jr., 2007).

É possível identificar que, em um primeiro momento, a crítica psicológica na Psicologia Política latino-americana esteve profundamente vinculada a projetos

¹⁷ “[...] en su interés por lo social, en sus divergencias con respecto a las corrientes positivistas dominantes y en su carácter crítico, reflexivo y alternativo” (Pavón-Cuéllar, 2019, p. 63).

emancipatórios e a uma perspectiva teórico-prática orientada para a superação do capitalismo, o que se relacionava de muitas formas com o marxismo (Lacerda Jr., 2010). Entretanto, em um segundo momento, passa a assumir configurações mais plurais e fragmentadas, frequentemente desvinculadas de um horizonte político de superação da ordem capitalista.

1.3.2. Algumas sínteses

Ao longo do capítulo, apresentamos diversos desafios teórico-metodológicos que constituem a Psicologia Política e suas implicações na construção de diferentes formas de abordar a Psicologia e a Política. Demonstramos, também, que a Psicologia Política latino-americana emergiu como uma vertente crítica e comprometida com a transformação social, mas que passou por um processo de dispersão da crítica radical, o que fragilizou a politização do campo.

Diante das considerações sobre as mudanças que aconteceram na Psicologia Política na América Latina, nos deparamos com a necessidade de resgatar uma produção teórica de orientação prático-revolucionária (Santana, 2020). A ampla revisão sobre o campo que realizamos ao longo do capítulo nos mostra que, no decorrer da história, predominaram correntes que realizaram a interlocução entre a Psicologia e a Política de forma fragmentada, antidialética e não totalizante. Em contrapartida, notamos que os autores e autoras que se aproximaram de um diálogo com o marxismo não apenas conseguiram compreender os fenômenos de forma mais ampla, como também contribuíram para o enriquecimento do campo teórico e prático. Nesse sentido, consideramos importante uma reaproximação entre a Psicologia Política e o marxismo.

De modo geral, é possível identificar três principais formas de se estabelecer uma relação entre a Psicologia Política e o Marxismo. A primeira consiste na utilização da teoria marxista como ferramenta crítica frente ao campo psicológico. Nesse caso, a ênfase recai

menos sobre o diálogo entre as duas áreas e mais sobre a problematização e a crítica da Psicologia a partir das categorias marxistas. Os trabalhos de José Leon Crochík (1995) podem ser considerados representativos dessa abordagem, ao promoverem uma análise crítica da Psicologia com base em fundamentos do Marxismo.

Uma segunda forma possível consiste na utilização das formulações teóricas de Marx, seus conceitos, categorias e princípios metodológicos, como base para a definição do campo da Psicologia Política e de seu horizonte de atuação. Por exemplo, as obras de Maritza Montero e Ignacio Martín-Baró se valeram de categorias e conceitos oriundos da tradição marxista para fundamentar suas análises e intervenções no campo psicológico.

Por fim, uma terceira forma de relação reside na tentativa de estabelecer uma conexão mais direta e explícita entre os dois campos, por meio da proposição de uma Psicologia Política de orientação marxista, ou que dialogue diretamente com os fundamentos do marxismo. Nessa vertente, destacam-se os trabalhos de David Pavón-Cuéllar e Jean Santana, os quais se dedicam ao desenvolvimento de uma interlocução sistemática entre a Psicologia e o pensamento marxista. Pavón-Cuéllar (2016) defende que a Psicologia Política não é necessariamente incompatível com o marxismo, desde que se proponha a ser “coletiva, situada, histórica, parcial e política, reflexiva e crítica, materialista e dialética, prática e conflitiva, subversiva, revolucionária e libertadora” (Pavón-Cuéllar, 2016, pp. 33-34). Na mesma direção, Santana (2020) considera impossível que uma Psicologia Política que parta de uma orientação ético-político-crítica “seja indiferente ao marxismo como campo teórico-metodológico e, sobretudo, revolucionário” (Santana, 2020, p. 111), considerando a perspectiva histórica, política e social da América Latina.

Reconhecemos a relevância e a contribuição das três formas de articulação apresentadas entre a Psicologia Política e o marxismo. No entanto, é principalmente a partir das duas últimas vertentes que situamos o referencial teórico-metodológico da presente

pesquisa, intencionando uma reaproximação entre os campos. Para que esta relação seja possível, é necessário partir da consideração de alguns elementos norteadores.

Primeiramente, é necessário considerar a indissociabilidade da dimensão individual em relação às esferas social, econômica e política. A Psicologia tende a cindir a relação indivíduo-sociedade quando se dedica à análise dos fenômenos políticos. Para um diálogo possível entre a Psicologia Política e o marxismo, é necessário que aquela relação seja tomada desde uma perspectiva totalizante. A totalidade, nesse sentido, deve ser compreendida como “um sistema dinâmico e contraditório de relações articuladas que se implicam e se explicam estruturalmente” (Netto, 1985, p. 30), ou seja, um processo dialético que nunca alcança uma etapa acabada, composto por múltiplas determinações e relações diversas (Konder, 1981; Marx, 2009).

Em segundo lugar, nenhum aspecto sobre a realidade humana pode ser pensado acima da história ou fora dela, ou seja, a essência humana é marcada por uma historicidade radical (Konder, 1981; 1990; Lacerda Jr., 2014). A história deve ser tomada como o “processo transformador da condição humana e das estruturas sociais” (Konder, 1981, p. 15), e os fenômenos políticos precisam ser compreendidos dentro de sua realidade histórico-social. No caso da presente pesquisa, a história do Brasil se faz de suma importância para a compreensão da participação de mulheres em movimentos sociais conservadores.

Além disso, ao tomarmos o marxismo como uma teoria de análise do processo de desenvolvimento da sociedade burguesa, é necessário ter em mente algumas categorias importantes para a compreensão do processo: ideologia, alienação, exploração e classe social (Netto, 1985; Lessa, 2015).

Por último, mas não menos importante, a teoria de Marx não é apenas uma teoria sobre a sociedade burguesa, como também uma teoria sobre a sua ultrapassagem pela via da revolução proletária (Netto, 1985). Assim, é necessário tomar a perspectiva revolucionária,

ou seja, o horizonte de uma transformação social radical, como um dos eixos norteadores da teoria e da prática.

Não intencionamos estabelecer um diálogo entre Psicologia Política e Marxismo para apresentar respostas definitivas. Nosso objetivo é, por meio deste diálogo, estabelecer as bases para o estudo do objeto desta pesquisa com um olhar crítico, rompendo com perspectivas psicologizantes, fragmentadas e anti-dialéticas.

Para tanto, o estudo da participação de mulheres em movimentos conservadores exige um resgate aprofundado quanto a outras manifestações daquele fenômeno ao longo da história do Brasil. A associação entre mulheres e conservadorismo é fruto de processos históricos concretos, e se faz imprescindível compreender as condições políticas, econômicas e culturais dos momentos históricos nos quais a participação de mulheres em movimentos conservadores aumentou.

Além disso, é necessário nos voltarmos não apenas aos discursos, mas principalmente para as práticas sociais, bem como para suas consequências. Grande parte dos estudos sobre conservadorismo e extrema direita no campo da Psicologia tem se voltado aos discursos e afetos que corroboram com a adesão ideológica. Os discursos podem fornecer importantes elementos de legitimação e de sentido, mas é por meio da prática social que podemos observar a forma como os princípios conservadores são articulados na vida cotidiana.

Ao longo deste capítulo, trazemos informações sobre a forma como a Psicologia foi e é mobilizada para justificar e racionalizar determinadas formas de dominação e de manutenção da ordem social. No contexto dos movimentos conservadores, identificamos a utilização de argumentos psicológicos para a legitimação científica de práticas discriminatórias, principalmente no que concerne aos papéis tradicionais de gênero e à defesa da família heteropatriarcal. Nessa direção, o estudo da participação de mulheres em

movimentos conservadores também envolve uma problematização quanto ao papel que a Psicologia tem exercido enquanto ciência e profissão.

Por fim, é essencial que o objeto de estudo seja abordado a partir de uma perspectiva orientada pela transformação social. O estudo das mulheres conservadoras deve buscar não apenas compreender as condições que sustentam esta relação, mas também apontar as contradições que podem ser potencializadas como forma de resistência e emancipação. A pesquisa, nesse sentido, parte de um projeto ético-político comprometido com a construção de práticas que visem à transformação radical¹⁸ das relações sociais.

¹⁸ Como veremos ao longo da pesquisa, há projetos políticos reacionários e fascistas que também se compreendem enquanto práticas de transformação social radical. Apenas a título de elucidação, quando utilizarmos esta expressão estaremos nos referindo à transformação da sociedade pela via do comunismo.

CAPÍTULO 2 – CONSERVADORISMO, EXTREMA-DIREITA E MULHERES

*[...] as possibilidades de integração da mulher na sociedade variam em razão inversa do grau de desenvolvimento das forças produtivas.
(Heleieth Saffioti, 2013)*

No capítulo anterior, desenvolvemos um referencial teórico-metodológico ancorado na Psicologia Política crítica, em diálogo com o marxismo. Nos capítulos seguintes, este referencial será mobilizado para a análise de uma conjuntura específica.

O capítulo abaixo tem o objetivo de analisar o conservadorismo e a extrema-direita como expressões históricas concretas vinculadas à manutenção da ordem social capitalista. Nesse sentido, discutiremos a trajetória do pensamento conservador desde suas formulações clássicas às suas reconfigurações contemporâneas, evidenciando seu papel na legitimação de relações de dominação. Ao mesmo tempo, buscamos compreender a inserção de mulheres nesses movimentos, tomando essa participação como um fenômeno atravessado por muitas dimensões, e não como uma adesão meramente individual.

O capítulo organiza-se em três momentos principais. Inicialmente, apresentaremos uma problematização do conservadorismo, destacando sua função histórica e suas articulações com formas autoritárias, como o fascismo. Em seguida, realizaremos uma análise da conjuntura contemporânea, situando a ascensão da extrema-direita no Brasil no interior da crise estrutural do capital, o que permite compreender esse fenômeno para além de explicações moralizantes ou individualizantes. Por fim, abordaremos a relação entre mulheres e conservadorismo, evidenciando como essa participação se constrói a partir de mediações sociais, históricas e ideológicas que articulam gênero, família e trabalho à reprodução da ordem vigente.

2.1. O Conservadorismo

2.1.1. Do conservadorismo clássico ao neoconservadorismo

O conservadorismo pode ser entendido como uma tradição ideológica heterogênea, caracterizado principalmente pela valorização da continuidade social, das tradições e das instituições historicamente consolidadas. Seu surgimento se deu no contexto das revoluções burguesas, especialmente após a Revolução Francesa, no final do século XVIII, mas passou por diversas transformações e reconfigurações ao longo do processo histórico (Escorsim Netto, 2011; Outhwaite et al., 1996).

O marco histórico que explicitou o surgimento e desenvolvimento do pensamento conservador foi a publicação do livro “Reflexões sobre a Revolução Francesa”, publicado por Edmund Burke, em 1790. Naquele momento, a burguesia francesa realizara uma revolução guiada pelos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade e enfrentou o Absolutismo, o qual concentrava o poder político e econômico nas mãos da Igreja Católica e da Nobreza. Além disso, a burguesia, para mobilizar setores populares, enfrentou a lógica de sociedades estamentais, as quais dividiam a sociedade em camadas, sem possibilidade de ascensão social (Escorsim Netto, 2011; Martins, 2022).

Um ano após a Revolução Francesa, Burke tecia, em sua obra, duras críticas à forma de ação política da Revolução Francesa, que se deu por meio de um movimento mobilizador das massas e revolucionário. Também rejeitava a destruição das instituições tradicionais do Regime Antigo, as quais vinham sendo derrubadas em decorrência do surgimento da cultura moderna (Escorsim Netto, 2011). O livro representava “os ideais culturais e simbólicos da classe social golpeada pela Revolução Francesa: a aristocracia feudal” (Souza, 2016, p. 114), representada principalmente pelo alto clero e pela nobreza fundiária.

O conservadorismo mudou de sentido décadas depois, quando a oposição entre burguesia e proletariado começou a ficar mais explícita. Como destacado no capítulo anterior, com a burguesia se transformando em classe dominante e sendo incapaz de realizar os ideais iluministas, a cultura moderna deixou de ser funcional aos seus interesses. Assim, a burguesia

passou a elaborar e defender ideologias que legitimavam seu domínio, para se proteger do potencial revolucionário da classe trabalhadora (Escorsim Netto, 2011; Souza, 2016; Martins, 2022).

Inicialmente, o conservadorismo surgiu com um caráter restaurador e antiburguês, recusando a revolução burguesa e a cultura moderna. Porém, a partir de 1830, quando o capitalismo passa pela sua primeira crise, o conservadorismo passou por uma grande reestruturação. Após 1848 – marco da Primavera dos Povos, quando o proletariado atua de maneira independente e revela-se como classe com interesses opostos aos da burguesia –, o conservadorismo passa a repudiar qualquer revolução, isto é, o elemento contrarrevolucionário passa a ser sua principal característica (Escorsim Netto, 2011; Coutinho, 2011; Martins, 2022). Assim: “de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado” (Escorsim Netto, 2011, p. 47).

Escorsim Netto (2011) elenca como principais características e concepções do conservadorismo clássico: a recusa da cultura moderna e da laicização da política; a defesa da autoridade e da liberdade fundamentadas na tradição e legitimadas pelo poder da religião institucional; a naturalização da desigualdade como parte necessária do desenvolvimento social e expressão da natureza humana; a desqualificação do indivíduo e de sua capacidade de ponderação racional, o que exige que ele seja tutelado; a centralização da autoridade na tradição; a apresentação da família como base moral da sociedade, espaço de difusão e perpetuação da tradição e entendida como instância responsável pela estabilidade social e conservação da propriedade privada; a defesa da ordem burguesa e da invariabilidade das leis como expressões da natureza.

Ao mesmo tempo em que possui certas características gerais, o conservadorismo se desenvolveu enquanto uma corrente ideológica variada, composta por diversas disputas internas. Entre elas, destacam-se:

disputas entre desde o conservadorismo “puro”, filiado ao conservadorismo clássico, com os liberais-conservadores, que são liberais na liberdade econômica e conservadores nos costumes, e ainda com o ultraconservadorismo, que possui filiação às raízes na tradição da religião e da família e no nacionalismo exacerbado ou chauvinismo e que por vezes está associado a extrema-direita (Dantas, 2023, p. 9).

A existência de disputas resulta da necessidade do conservadorismo rever seus objetivos e finalidades para se adaptar frente a mudanças sociais, mesmo se, para isso, seja necessário negar a história.

O conservadorismo é constitutivo do espectro político-ideológico da direita. Esta pode ser entendida como um conjunto de correntes ideológicas e políticas que se estruturam em torno da defesa da ordem social existente, fundada na economia capitalista, na propriedade privada e nas hierarquias sociais. Historicamente, a direita se apresenta como oposição ao socialismo e reúne tradições como o liberalismo e o conservadorismo, que podem aparecer isoladamente ou combinadas em diferentes correntes, como o neoliberalismo, o neoconservadorismo e o libertarianismo (ou anarcocapitalismo). Estas correntes tendem a valorizar o livre mercado, a limitação da intervenção do Estado na sociedade, a preservação de instituições tradicionais e a crítica a projetos políticos que busquem reorganizar a sociedade por meio de planejamento centralizado ou transformação radical da ordem social (Outhwaite et al., 1996).

Nesse sentido, as ideologias¹⁹ de direita expressam, em grande medida, os interesses e a visão de mundo das classes dominantes, defendendo a conservação do capitalismo, assegurando a propriedade privada e os privilégios que dela derivam. Por essa razão, a direita é intrinsecamente conservadora, orientada à manutenção da ordem estabelecida e à resistência a mudanças estruturais que possam ameaçar essas bases sociais e econômicas (Konder, 2009).

2.1.2. Conservadorismo e fascismo

Como pontuamos anteriormente, o conservadorismo se consolidou enquanto uma ideologia diretamente relacionada ao processo de consolidação da burguesia enquanto classe dominante. Assim, foi um instrumento de legitimação da dominação burguesa, enfrentando projetos emancipatórios e revolucionários da classe trabalhadora.

O campo político da direita, ao longo da história, modificou suas teorizações em práticas, assumindo uma característica muito pragmática, que se concretiza por meio de “manobras, concessões, acordos, golpes de audácia” (Konder, 2009, p. 28), possibilitando sua adaptação a diferentes contextos históricos e políticos. Para legitimar suas posições, os ideólogos da direita buscam a elaboração de princípios universais que funcionam como argumentos legitimadores de seus interesses particulares, situados historicamente, mas essa tentativa gera uma contradição interna: quanto mais teorizam, mais enfraquecem sua eficácia prática, pois a atuação política exige pragmatismo (Konder, 2009).

Tal contradição foi enfrentada pelo fascismo, o qual adota um pragmatismo radical que pode ser levado às últimas consequências, seja por meio da manipulação das massas, seja

¹⁹ É possível distinguir duas linhagens principais do desenvolvimento da temática da ideologia: uma linhagem central se preocupou muito com a conceituação da ideologia como verdadeira e/ou falsa consciência, como ilusão ou mistificação da realidade, sendo representada por autores como Hegel, Marx e György Lukács; a segunda linhagem se concentrou mais sobre a função social das ideias do que sobre seu caráter real ou irreal, o que a caracteriza como uma corrente mais sociológica do que epistemológica (Eagleton, 1997).

pelo uso objetivo da violência (Dantas, 2023; Konder, 2009). Diferenciando-se da direita tradicional, o fascismo não apresenta compromissos com a coerência ideológica, buscando a eliminação de obstáculos políticos de forma mais direta e agressiva em cenários de instabilidade política, econômica e social do capitalismo (Renton, 2024).

Quando o fascismo emergiu enquanto movimento no século XX na Itália e, posteriormente, na Alemanha, ele se consolidou como uma resposta política às profundas crises econômicas, sociais e institucionais do período após a Primeira Guerra Mundial. As sociedades que produziram Mussolini e Hitler foram marcadas pelo colapso de regimes liberais, pelo avanço da organização da classe trabalhadora e pelo temor das classes dominantes diante da possibilidade de transformações socialistas em uma conjuntura de crise capitalista (Renton, 2024).

Para Renton (2024, p. 202), o fascismo se caracteriza enquanto “uma forma específica de movimento de massa reacionário”, reunindo conservadores e insatisfeitos. No mesmo sentido, Clara Zetkin (2019, p. 41) afirma que o fascismo é “um asilo para todos os desabrigados políticos, os socialmente desenraizados, os destituídos e desiludidos”.

Sua característica de massificação se justifica pela necessidade de adesão em larga escala de diferentes setores da sociedade, apelando especialmente “às camadas pequeno-burguesas, ameaçadas pelo declínio da ordem capitalista” (Tabler & Riddell, 2019, p. 19). No contexto de crise, o fascismo não enfrenta apenas a classe trabalhadora, mas a possibilidade de existência do socialismo, a qual ameaça o capitalismo. Assim, o fascismo assume a função histórica de superar crises de dominação, funcionando como uma força de ação direta e totalitária a serviço da sobrevivência do sistema capitalista (Konder, 2009).

Por isso, desde o seu surgimento até hoje, o fascismo busca a adesão de camadas populares. O fascismo se constrói pela aliança entre setores da burguesia e, principalmente, da pequena-burguesia, mas também abarca trabalhadores, jovens e desempregados (Dantas,

2023; Renton, 2024). Ao contrário do conservadorismo, que tem horror das massas, o fascismo recorre a elas, reunindo classes antagônicas para cumprir seu projeto político-ideológico.

O fascismo utiliza tecnologias e dispositivos políticos existentes, reconhecendo e se apropriando de todo progresso científico e tecnológico para a massificação de sua ideologia. Exemplo disso foi a utilização sistemática do rádio, o meio de comunicação mais avançado na primeira metade do século XX, por meio do qual era possível atingir uma grande quantidade de pessoas ao mesmo tempo (Konder, 2009; Renton, 2024).

No entanto, o fascismo é um movimento reacionário, isto é, surgiu como uma reação às transformações democráticas do pós-guerra e lutou para substituí-las por um regime autoritário. Aqui, não tratamos de reacionarismo no sentido de reversão do curso da história. O reacionarismo se refere ao objetivo fascista de “esmagar a classe trabalhadora organizada e erradicar as reformas conquistadas por décadas de luta pacífica” (Renton, 2024, p. 210). Assim, o fascismo busca efetivar a tomada do poder estatal, por meio da eliminação da democracia social do capitalismo e da afirmação da hierarquia da classe que detém o poder (Dantas, 2023; Renton, 2024).

Existe uma contradição inerente entre o caráter reacionário e, ao mesmo tempo, massificante do fascismo. Organizando-se enquanto um movimento mobilizador das massas, o fascismo depende da aderência da classe trabalhadora para sua consolidação. Para tanto, adota uma retórica antissistêmica, aborda as dificuldades e necessidades das massas proletárias e apresenta-se enquanto uma ideologia revolucionária. Entretanto, por seus objetivos reacionários, o fascismo rejeita qualquer perspectiva de progresso social igualitário (Tabler & Riddell, 2019; Zetkin, 2019). O fascismo não canaliza o descontentamento popular contra o sistema capitalista, mas contra inimigos construídos politicamente – minorias e

movimentos sociais, migrantes e imigrantes, movimentos progressistas ou politicamente orientados à esquerda –, reforçando a ordem existente.

O fascismo não substitui automaticamente o conservadorismo, mas aparece como uma tentativa de superação de suas limitações, especialmente em contextos de instabilidade econômica, polarização política e descrédito das instituições democráticas. Na conjuntura atual, marcada pelo aprofundamento da crise estrutural do capital, por um aprofundamento das desigualdades e pelo desgaste da democracia liberal, observa-se um terreno fértil para ideologias fascistas.

Enquanto o conservadorismo busca a manutenção do sistema de classes em favor da burguesia, o fascismo almeja a diferenciação indiscriminada das características humanas. Esta construção parte da perspectiva de que os seres humanos são radicalmente desiguais, em classe, raça e gênero, bem como em relação ao seu valor moral. Ao contrário do conservadorismo – que se utiliza da justificativa de que as desigualdades são pertencentes à natureza humana, e busca legitimá-las enquanto naturais e inevitáveis –, o fascismo considera que os sistemas políticos devem ser utilizados para exacerbar estas diferenças (Renton, 2024).

Outra diferença entre o conservadorismo e o fascismo reside no fato de que, enquanto o primeiro se posiciona contra os processos revolucionários, o fascismo se apresenta como um movimento revolucionário, imbuído da missão de salvar a nação em crise da decadência e da desintegração (Renton, 2024). O fascismo pode ser definido, portanto, enquanto “um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara ‘modernizadora’, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionalistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório” (Konder, 2009, p. 53).

O estilo do fascismo pode ser identificado a partir de alguns aspectos: “a ênfase na estrutura estética, a tentativa de mobilização de massa, o uso da violência, a ênfase no

princípio masculino, a exaltação da juventude, a tendência ao comando autoritário e à liderança absoluta” (Renton, 2024, p. 207).

Embora o fascismo tenha sido militarmente derrotado ao final da Segunda Guerra Mundial e tenha sofrido importantes derrotas políticas ao longo do século XX, ele não desapareceu. O fascismo sobrevive porque é uma ideologia do capitalismo. Assim, enquanto persistirem as estruturas capitalistas que lhe dão sustentação, as condições para o ressurgimento de movimentos fascistas continuam existindo. Partindo dessa compreensão, analisaremos a seguir a forma como o fascismo se manifesta na atualidade.

2.1.3. Fascismo, extrema-direita e neoliberalismo

Neste trabalho, para compreender ideologias de direita, consideramos necessário analisar aprofundadamente duas manifestações que são especialmente importantes para compreender a participação de mulheres em movimentos conservadores na atualidade: o fascismo e o neoliberalismo.

A partir da década de 1940, emerge uma novidade histórica, que ganharia contornos de hegemonia a partir de 1980: o neoliberalismo, ideologia de direita que se configura como uma resposta à crise do sistema capitalista naquele período (Tonelo, 2019; Prevital & Fagiani, 2017). Conforme Tonelo (2019), a consolidação do neoliberalismo se deu por meio de quatro fatores: 1) a hiperfinanceirização, caracterizada pela desregulamentação dos mercados financeiros e pela criação de novos mecanismos de crédito que ampliaram o endividamento público e privado, aprofundando os riscos sistêmicos do capitalismo; 2) a adoção de políticas fiscais e monetárias voltadas ao encolhimento do Estado e à compressão salarial, com o objetivo de favorecer a acumulação de capital, ainda que em detrimento da estabilidade e das condições de trabalho; 3) a reestruturação produtiva, marcada pela reorganização das relações de produção e pelo aumento da exploração da força de trabalho, buscando restaurar as taxas

de lucro mediante uma ofensiva sobre o trabalho; 4) a intensificação do imperialismo sob novas formas econômicas e políticas, expressas tanto em regimes autoritários, quanto em governos civis de transição democrática.

Dentre os princípios básicos do neoliberalismo, Prevital e Fagiani (2017) elencam: a livre circulação de capitais e integração à globalização; a abertura econômica ao investimento estrangeiro e às multinacionais; a redução do protecionismo e das burocracias estatais; a diminuição da intervenção social do Estado; a redução de impostos; a ênfase na produção e no setor privado como motores do desenvolvimento; o livre mercado e a lei da oferta e da demanda. A implementação destes princípios implicou no aumento de privatizações de setores e serviços como a saúde, a educação e a previdência social. Em última instância, o neoliberalismo possibilitou a transferência de obrigações que pertenciam ao Estado para o setor privado (Prevital & Fagiani, 2017).

O conservadorismo assume, nesse contexto, uma nova configuração, adaptada aos interesses e às necessidades da burguesia contemporânea, passando a ser denominado neoconservadorismo. Esse fenômeno resulta da articulação entre elementos tradicionais do pensamento conservador – como a valorização da tradição e das instituições tradicionais, a defesa da ordem e da hierarquia – e aspectos característicos da novidade histórica neoliberal, tais como a defesa do Estado mínimo, a exaltação da meritocracia e o enfrentamento aos movimentos sociais e aos direitos sociais (Barroco, 2022).

Diante do contexto de crise nos anos 1970, o capital passa a direcionar seus ataques ao Estado de Bem-Estar Social, responsabilizando a existência de políticas sociais pela ocorrência de crises econômicas ao “promoverem gastos públicos excessivos, aumento da carga tributária e maior intervenção governamental, fatores que, segundo essa visão, provocariam déficits fiscais e estagnação” (Oliveira & Silva, 2025, p. 5).

Nesse cenário, o neoconservadorismo desempenha uma função estratégica de legitimação ideológica das transformações econômicas e políticas promovidas pelo neoliberalismo. As contradições estruturais do capitalismo são deslocadas para questões morais e culturais. Assim, enquanto o neoliberalismo opera no plano econômico, o conservadorismo atua no plano político-cultural, mobilizando valores tradicionais e discursos moralizantes que reforçam a responsabilização individual pela pobreza, pela violência e pelas desigualdades sociais (Barroco, 2022).

Essa articulação pode ser sintetizada no *slogan* amplamente difundido no contexto político brasileiro recente, “liberal na economia, conservador nos costumes”, que expressa a convergência entre a defesa de políticas econômicas neoliberais e a promoção de uma agenda moral conservadora (Calil, 2020), mobilizadas como estratégias de manutenção da ordem social e de contenção de projetos societários voltados à ampliação de direitos e à igualdade social.

Nesse contexto, ganha centralidade o discurso da violência e da intolerância, frequentemente associado à moralidade cristã-evangélica e à defesa do armamentismo, que passam a operar como mecanismos de reforço da ordem e da coesão social, interpretando as crises como resultado de uma suposta degradação moral da sociedade. Como consequência, consolida-se a legitimação de um projeto político-ideológico de caráter moralista, militarista e patriarcal, orientado pelo enfrentamento a propostas igualitárias e marcado por traços autoritários e com fortes características fascistas (Barroco, 2022; Oliveira & Silva, 2025).

Um dos resultados após décadas de neoliberalismo foi o fortalecimento e o ressurgimento da extrema-direita, que teve como marco decisivo a eleição de Donald Trump nos EUA em 2016 (Löwy, 2020).

Com o crescimento de governos de extrema-direita ao redor do mundo, a palavra “fascismo” tem sido utilizada com regularidade para designar alguns daqueles governos, mas

isto se dá, muitas vezes, de maneira imprecisa e alarmista (Melo, 2024). Como afirma Belli (2017, p. 94), “as várias maneiras como o conceito de fascismo é utilizado nas análises acadêmicas e políticas atuais o vulgarizam de tal forma que os fenômenos vinculados a esse adjetivo, bem como o fenômeno fascista original, se tornam completamente descaracterizados”. Assim, a banalização do conceito tende a resultar em um esvaziamento de seu significado político e histórico.

A imprecisão conceitual parece estar relacionada, em grande medida, à frequente equiparação entre tradições políticas da direita tradicional e manifestações da extrema-direita contemporânea. A visão de mundo conservadora serve como base para o arcabouço ideológico da direita, independentemente de seu espectro político, desde uma direita moderada, liberal ou religiosa, até a extrema-direita (Dantas, 2023). De forma geral, a direita tradicional possui características mais conservadoras, contrapondo-se à esquerda. Em contrapartida, a extrema-direita atual não se consolida apenas a partir da oposição à esquerda, mas também por meio da deslegitimação e liquidação da direita tradicional (Melo, 2024), ganhando características fascistas.

Esta diferenciação é necessária para compreendermos a atual conjuntura política brasileira, na qual forças conservadoras e potencialmente fascistizantes não apenas se aliam umas às outras como também, por vezes, se confundem.

De forma resumida, nem todo movimento conservador se constitui enquanto fascista, mas os movimentos fascistas atuais possuem como característica um forte conteúdo conservador. Ao mesmo tempo, o contexto brasileiro tem sido marcado por uma extrema-direita conservadora com fortes características fascistas.

No Brasil, embora os setores ultraconservadores não possam ser caracterizados cientificamente como parte de um organismo fascista, o fato de dialogarem em alguma medida com as práticas fascistas pautadas por um pragmatismo radical que

vai às últimas consequências, os aproxima diligentemente das organizações fascistas que existiram na Europa (Dantas, 2023, p. 30).

Segundo Renton (2024), parte considerável da extrema-direita encontra no fascismo as respostas necessárias para a resolução de problemas práticos para a direita, especialmente nos momentos de crise econômica e política. Sua característica massificadora lhe confere poder prático para a realização de uma reorganização autoritária da ordem social, por meio da destruição das mediações democráticas, da neutralização das organizações populares e da centralização do poder no Estado, apresentado como expressão orgânica da nação.

O Brasil é um país constituído sobre bases extremamente conservadoras, mesmo passando por mudanças qualitativas oriundas dos processos de independência, do surgimento da República e do estabelecimento da democracia. A herança conservadora em nosso país, advinda do processo de colonização portuguesa, carrega consigo elementos estruturais que caracterizam o entranhamento do conservadorismo no cenário político brasileiro: “o mandonismo, o patriarcalismo, a hierarquização, o desprezo pelo trabalho, a subserviência brutal, a corrupção, o patrimonialismo e o culto a redentores de ocasião” (Dantas, 2023, pp. 20-21).

Soma-se a isso uma outra característica central: a violência como um elemento que estrutura a sociedade brasileira, desde o seu surgimento. Esta característica advém, principalmente, da herança escravocrata e colonial, cujas marcas permanecem vivas nas relações sociais contemporâneas. (Dantas, 2023).

Ainda que a dominação se apresente como imposição indireta da necessidade material ao trabalhador, a violência permanece sempre como possibilidade concreta e pode ser acionada sempre que a manutenção da ordem social e da propriedade privada estiver

ameaçada. Desse modo, a violência não é um desvio do sistema, mas parte constitutiva de sua lógica de funcionamento²⁰ (Dantas, 2023).

Durante o regime militar, instaurado pelo golpe de 1964, o autoritarismo estatal institucionalizou práticas de perseguição, censura e tortura. Embora o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988 tenham ampliado direitos e garantias formais, a permanência de estruturas desiguais e de padrões patrimonialistas manteve viva a violência estrutural (Dantas, 2023).

A redemocratização não implicou a superação das bases estruturais que historicamente sustentaram a desigualdade social e a violência no Brasil. A partir da década de 1990, apesar da ampliação de direitos sociais e a implementação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades, persistiram dinâmicas de conciliação de classes, especialmente durante os mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT) ao longo dos anos 2000, que partiam de um equilíbrio entre demandas das classes trabalhadoras com a manutenção da estabilidade econômica e das alianças com frações da burguesia, garantindo governabilidade dentro de um sistema político marcado por coalizões amplas (Dantas, 2023; Farage & Lacerda Jr., 2024).

Nesse cenário, as tensões produzidas pelas disputas em torno do papel do Estado criaram as condições para o fortalecimento de projetos políticos de caráter autoritário e conservador que, posteriormente, ganharam maior visibilidade e centralidade no cenário nacional.

Este processo ficou mais claro após o *impeachment* de 2016 e se consolidou com a vitória de Jair Bolsonaro em 2018, quando a exaltação da ordem, da militarização e do uso ampliado da força passou a ocupar lugar central na agenda política. Desse modo, a violência,

²⁰ A violência também é a característica de maior cognoscibilidade do fascismo, manifestando-se de formas distintas. Em determinados momentos, apresenta-se de maneira menos explícita, por meio de dispositivos coercitivos e mecanismos institucionais de repressão; em outros, assume uma forma direta e sistemática, expressando-se em práticas de perseguição, tortura e assassinato, cujo ápice histórico foi o Holocausto (Renton, 2024).

longe de ser um resquício do passado, revela-se elemento constitutivo e continuamente atualizado na formação social e política brasileira (Dantas, 2023; Tonelo, 2019).

Também foi a partir de 2016 que se intensificou a consolidação de um projeto neoconservador, estruturado sobretudo na “exaltação de valores morais e religiosos, na defesa de um modelo familiar patriarcal, na militarização e em discursos marcados pelo preconceito” (Oliveira & Silva, 2025, p. 12), explicitado a partir do contraditório *slogan* “liberal na economia, conservador nos costumes” (Calil, 2020).

Estes pilares têm produzido impactos profundos na condução das políticas públicas construídas ao longo de décadas, afetando as áreas da saúde, educação e previdência social, que passam a enfrentar processos de precarização, privatização e sucateamento, evidenciando um redirecionamento do papel do Estado e uma reconfiguração das garantias sociais historicamente estabelecidas (Oliveira & Silva, 2025).

No campo social, os pilares citados têm sido utilizados como forma de legitimação para todo tipo de preconceito, mobilizando a população em torno de pautas excludentes e autoritárias e criando inimigos comuns, característica de movimentos fascistas (Renton, 2024). Assim, observa-se uma crescente onda de discursos e práticas de ódio e violência: “o machismo é reforçado, o racismo intensificado, a intolerância religiosa normalizada, a misoginia naturalizada, a meritocracia imposta como justificativa das desigualdades, e discursos homofóbicos e elitistas tornaram-se frequentes” (Oliveira & Silva, 2025, p. 16).

2.2. Uma análise da conjuntura: como chegamos até aqui?

A compreensão da ascensão de grupos de extrema direita e das características descritas no tópico anterior exige uma análise da conjuntura política que possibilitou a emergência de movimentos conservadores no Brasil, bem como a organização de mulheres conservadoras, que constituem o foco desta pesquisa. Iniciaremos a discussão a partir de um

estudo sobre a crise estrutural do capital e como ela desaguou no fortalecimento da extrema-direita, principalmente no cenário nacional.

2.1.1. A crise estrutural do capital

É necessário caracterizar a natureza do atual momento histórico: trata-se de um momento de crise estrutural do sistema capitalista. Segundo Coutinho (2010), os momentos de crise são propícios ao surgimento de tendências irracionais, que se apresentam como respostas à desagregação da ordem social e à perda de confiança nas formas tradicionais de racionalidade decorrente da intensificação das contradições do modo de produção capitalista. Neste cenário, o conservadorismo restauracionista converte a crise em justificativa para defender o retorno para antigas estruturas de dominação e submissão. Na atualidade, sua expressão sociopolítica vem se dando pelo fortalecimento de forças autoritárias, pela retomada da força da religião e da defesa da família como pilar da organização social.

Desde uma perspectiva que não é psicologista, a intensificação de forças autoritárias não pode ser compreendida apenas como uma manifestação afetiva, mas como expressão de contradições profundas e persistentes que constituem o modo de produção capitalista. Nesse sentido, abordaremos a crise estrutural do capital enquanto um elemento histórico que afeta a vida social em todas as suas dimensões.

Nossa análise da crise estrutural do capital parte principalmente da obra de István Mészáros (2002), pela profundidade de sua contribuição ao compreender o capital como um sistema de controle sociometabólico – isto é, uma forma de organização totalizante que regula as relações entre trabalho, Estado, natureza e vida cotidiana. Diferentemente de abordagens que tratam as crises apenas como desequilíbrios econômicos, Mészáros, a partir de Marx, identifica na crise a manifestação dos limites estruturais e históricos do capital, destacando a passagem de crises parciais e cíclicas para uma crise estrutural que ameaça a própria reprodução do sistema como um todo.

O desenvolvimento do capital, desde o início do modo de produção capitalista, foi marcado por crises parciais e cíclicas, as quais surgiam como expressão de contradições criadas pelo próprio capital (Mészáros, 2002; Soares, Simões & Romero, 2020). As três dimensões fundamentais do capital – a saber, a produção, o consumo e a circulação/distribuição/realização – crescem e se reforçam mutuamente, ou seja: quanto maior a produção, maior será a necessidade de consumo, o que exige uma maior circulação, e assim por diante, criando uma rede de crescimento contínuo, na qual “cada limite aparece como barreira a ser superada” (Marx, 2011, p. 540). Nesse sentido, qualquer contradição que surja no decorrer do processo de reprodução é utilizada como alavanca “para o aumento exponencial no poder aparentemente ilimitado de autopropulsão do capital” (Mészáros, 2002, p. 798), para progredir para além de suas barreiras imediatas.

No entanto, as contradições só podem ser administradas quando a crise é parcial, isto é, quando afeta apenas uma das dimensões do capital e pode ser resolvida por meio de transformações internas no próprio sistema para neutralizar, anular ou assimilar a crise. Transformações internas podem ocorrer a partir da ampliação dos limites imediatos do sistema, modificando uma parte específica do complexo, realizando uma mudança geral de todo o sistema ou, ainda, alterando a relação entre o complexo global e complexos externos. As crises parciais ativam os limites relativos do capital, isto é, limites que podem ser superados por meio da expansão contínua da eficiência produtiva do sistema, neutralizando temporariamente os efeitos negativos de suas próprias contradições internas (Mészáros, 2002).

Ao contrário das crises parciais ou cíclicas, a crise estrutural afeta a totalidade do complexo social, assim como todos os complexos e subcomplexos que estão associados a ele. Escrevendo ainda nos anos 1990, Mészáros (2002, p. 795) afirmou que “a crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural”. Diferenciando-se das crises

cíclicas, a crise estrutural foi uma novidade histórica, marcada por quatro aspectos: possui caráter universal, afetando todas as esferas da vida, não apenas a esfera socioeconômica; possui alcance global, não se limitando a um conjunto particular de países; é extensa, contínua e permanente no tempo; e, por fim, em contraste com as crises cíclicas, que acontecem como explosões ou colapsos, a crise estrutural acontece de forma lenta e gradual ou rastejante, o que não garante que ela não possa, eventualmente, eclodir de forma violenta (Mészáros, 2002).

Mészáros (2002; 2009) identifica que a crise estrutural do capital teve seu início no final dos anos 1960 e no decorrer da década de 1970. Nessa perspectiva, houve três acontecimentos históricos que marcaram a entrada em uma crise mais profunda e permanente: a Guerra do Vietnã, os levantes que marcaram Maio de 1968 e a repressão, pela União Soviética, às tentativas de reforma na Polônia e na Tchecoslováquia, a última comumente conhecida como Primavera de Praga.

A Guerra do Vietnã foi significativa pelo “colapso da forma mais abertamente agressiva do intervencionismo americano” (Mészáros, 2002, p. 1069). A guerra apontou os limites do imperialismo estadunidense e o início da perda de sua legitimidade global, mostrando que o sistema de dominação global do capital, baseado na guerra e na exploração, estava se tornando insustentável.

O Maio de 1968, em especial na França, demonstrou que mesmo em sociedades capitalistas “avançadas” as pessoas estavam alienadas e infelizes com a burocracia e a opressão no trabalho, escancarando contradições internas do sistema capitalista (Mészáros, 2002).

Finalmente, as tentativas de reformas na Tchecoslováquia e na Polônia, também em 1968, mostraram que até mesmo em sociedades onde fora implantado o “socialismo real” a

crise estava presente. As tentativas de tornar o sistema mais democrático foram esmagadas pelo autoritarismo do próprio regime soviético (Mészáros, 2002).

O que se pode verificar a partir destes três grandes acontecimentos é que, no final da década de 1960, todas as partes do sistema global – os grandes centros capitalistas, as periferias exploradas e as sociedades do “socialismo real” – entraram em crise simultaneamente. Este é o marco do início da crise estrutural do capital (Mészáros, 2002; Antunes, 2022), sendo que todos os acontecimentos posteriores àqueles eventos reproduzem as suas contradições fundamentais:

1. as relações de exploração dos países capitalistas “metropolitanos” com os subdesenvolvidos, nas suas determinações recíprocas; 2. os problemas e contradições dos “países capitalistas avançados” tomados em si e na conjunção de uns com os outros; e 3. os vários países pós-capitalistas ou sociedades do “socialismo real” como relacionados e, às vezes, confrontando-se, mesmo militarmente, uns aos outros (Mészáros, 2002, p. 1070).

A entrada do sistema do capital em uma “crise profunda em todos os níveis, econômico, social, político, ideológico, valorativo” (Antunes, 2017, p. 49), obrigou o sistema a reformular suas estratégias de dominação. Assim, os eventos que ocorreram no final da década de 1960 foram sucedidos por uma contrarrevolução burguesa global. A partir de 1973, se explicitou um novo ciclo de reorganização do capital, marcado por reestruturação produtiva, financeirização ampliada e a barbárie neoliberal (Antunes, 2017).

Este processo se agravou após a crise de 2008, desencadeada pelo colapso do sistema financeiro internacional após a quebra do banco de investimentos *Lehman Brothers*, que representou um marco decisivo na dinâmica do capitalismo contemporâneo. Embora tenha se manifestado inicialmente como uma crise financeira, seus fundamentos estavam associados a contradições mais profundas do capitalismo global. Nesse sentido, a crise expressou uma

combinação de fatores estruturais, como a queda da taxa de lucro e a expansão do capital fictício, elementos que se acumularam ao longo da fase neoliberal e culminaram no colapso financeiro de 2008. Esse evento inaugurou um período de inflexão histórica no capitalismo internacional, produzindo impactos econômicos, políticos e sociais que até hoje tem suas marcas (Tonelo, 2019).

Como descrito anteriormente, a crise também desencadeou profundas transformações no mundo do trabalho. Diante da retração econômica e da instabilidade do sistema financeiro, governos e grandes corporações passaram a implementar políticas voltadas à restauração das taxas de lucro, frequentemente baseadas em programas de austeridade – cortes de gastos públicos, reformas trabalhistas e intensificação da exploração do trabalho –, que contribuíram para ampliar o desemprego, reduzir salários e acelerar processos de precarização do trabalho (Tonelo, 2019). Para além de uma estratégia técnica de gestão das contas públicas, a austeridade constitui um projeto político voltado à reorganização das relações sociais e econômicas em favor da manutenção da ordem capitalista (Mattei, 2022).

Nesse contexto, os anos posteriores à crise foram marcados por um aumento significativo dos conflitos sociais e das resistências da classe trabalhadora, desencadeando intensas mobilizações sociais, incluindo greves gerais, protestos de massa e novas formas de organização política. Ao mesmo tempo, tais políticas aprofundaram a desigualdade social e evidenciaram a tendência do capital de transferir os custos da crise para o trabalho, intensificando processos de exploração e precarização. Assim, a crise de 2008 não apenas revelou as fragilidades estruturais do capitalismo contemporâneo, mas também inaugurou uma nova fase de conflitos sociais (Tonelo, 2019).

A ativação dos limites absolutos do capital significa que houve um estreitamento das possibilidades e dos recursos ambientais, econômicos e sociais disponíveis para exploração. É necessário considerar que, embora o capital possua um impulso estrutural de expansão, a

humanidade é finita e possui recursos igualmente finitos (Lessa, 1998). Ainda assim, com a intensificação das contradições, o sistema tenta ampliar sua margem de manobra, esticando ao máximo seus mecanismos de sobrevivência, sem resolver as causas da crise, partindo de uma relativização de limites que são absolutos (Santos, 2024). Por isso, a crise estrutural coloca em risco a própria sobrevivência da estrutura global (Mészáros, 2002).

Para Mészáros (2002), esta é a contradição mais problemática do sistema do capital: ele precisaria impor restrições internas – por exemplo, contendo a destruição ambiental e ecológica –, mas é estruturalmente incapaz de fazê-lo, pois sua lógica exige o lucro e o crescimento ilimitados. Assim, o que acontece na crise estrutural é um ciclo vicioso, no qual o capital gera crises destrutivas e tenta corrigi-las adotando medidas temporárias, o que acaba gerando outras crises, ainda mais graves.

Os limites absolutos não são insuperáveis, apenas não podem ser superados seguindo a mesma lógica do sistema do capital. Assim, a expressão “limites absolutos” não representa os limites de possibilidades da humanidade, mas os limites históricos do capital, o que significa que podem ser superados por meio da consolidação de uma outra forma de sociabilidade para além do capital. Esta superação depende da “capacidade ou incapacidade da classe trabalhadora de rearticular o movimento socialista como empreendimento verdadeiramente internacional” (Mészáros, 2002, p. 220).

Diante deste impasse, e dada a incapacidade de resolver suas contradições pela via econômica e impor limites internos à sua lógica expansiva, o capital recorre à dimensão política – ou seja, ao Estado – para administrar a crise. O poder estatal é mobilizado com o objetivo de preservar a ordem social e econômica, “ainda que isto signifique sujeitar quaisquer dissensões potenciais a restrições autoritárias extremas” (Mészáros, 2002, p. 220).

A crescente onda de autoritarismo tem como uma de suas expressões a ascensão da extrema-direita, que se manifesta como um aprofundamento da barbárie pertencente à nova dinâmica do capitalismo em seu momento de crise estrutural.

2.1.2. A ascensão da extrema-direita no cenário político brasileiro

Como resultado das políticas de austeridade implementadas após a crise de 2008, o cenário político internacional tem sido marcado, nos últimos anos, por uma rápida ascensão da extrema-direita. Desde a primeira eleição de Donald Trump nos Estados Unidos – principal potência capitalista –, em 2016, houve um fortalecimento daquele setor político. A eleição de Jair Bolsonaro no Brasil, em 2018, – e, consequentemente, o crescimento do Partido Liberal (PL) –, e de Javier Milei na Argentina, em 2023, bem como as reeleições de Donald Trump nos Estados Unidos e de Narendra Modi na Índia, em 2024, além da permanência de Viktor Orbán na Hungria e de Recep Tayyip Erdogan na Turquia, e o crescimento do partido Alternativa para a Alemanha (AfD) no Parlamento Europeu, são exemplos representativos da expansão global de projetos políticos de extrema-direita autoritários, reacionários e, muitas vezes, com características neofascistas (Löwy, 2020).

De forma geral, “ultradireitistas”, “radicais de direita” e “populistas de direita” são denominações comuns dadas àqueles que se ligam de alguma forma à extrema-direita. Entretanto, tais qualificações parecem ser insuficientes para uma compreensão ampla quanto ao processo de consolidação da extrema-direita e suas implicações no contexto brasileiro (Calil, 2020). Para Löwy (2020), o termo “populismo” é um conceito inoperante e mistificador, por possuir uma definição vaga e imprecisa, que acaba por abrandar as características intolerantes e fascistizantes da extrema-direita.

Pode-se compreender a extrema-direita como um movimento muito heterogêneo. Mesmo assim, é possível identificar algumas características comuns aos movimentos de

extrema-direita, entre as quais se destacam o autoritarismo, a intolerância religiosa e/ou étnica, e o uso da violência policial e/ou militar. Outras particularidades variam conforme o país e o contexto sociopolítico, como a predominância do nacionalismo xenofóbico, do racismo, do fundamentalismo religioso e do ódio direcionado à esquerda, ao feminismo e à diversidade de gênero e sexualidade (Löwy, 2020).

Nesse sentido, devemos compreender a extrema-direita e suas diversas manifestações enquanto um produto de processos histórico-sociais, que emerge em resposta ao aguçamento da luta de classes no capitalismo contemporâneo (Farage & Lacerda Jr., 2024; Silva & Sousa, 2024).

No contexto brasileiro, a ascensão da extrema-direita costuma ser demarcada a partir das Jornadas de Junho de 2013, período caracterizado por uma série de manifestações em todo o território nacional, articuladas por distintos setores da sociedade civil e orientadas por diferentes pautas, como as condições dos serviços de educação, saúde e transporte público, bem como pela insatisfação com a política e a corrupção (Calil, 2020).

Entretanto, esta demarcação é equivocada. Como afirma Calil (2020), posições conservadoras e de direita já vinham sendo sustentadas ao longo de todo o ciclo de governos do PT, estruturando-se em dois pilares principais: 1) a constituição de diversos aparelhos privados de hegemonia²¹ voltados à difusão de concepções “meritocráticas, individualistas, ultraliberais, antissociais, fundamentalistas, anarcocapitalistas, armamentistas e muitas outras situadas no campo conservador” (Calil, 2020, p. 71); e 2) a recusa ao embate ideológico, materializada na formação de alianças com lideranças reacionárias, processo que culminou, posteriormente, no Golpe de 2016, resultando no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff

²¹ Os aparelhos de hegemonia, no pensamento de Antonio Gramsci, podem ser compreendidos enquanto um conjunto de instituições, organizações e práticas – formais ou informais, estatais ou privadas – por meio das quais uma classe social organiza, difunde e consolida sua direção moral, intelectual e política sobre a sociedade, combinando coerção e consenso. Os aparelhos privados de hegemonia desempenham papel ativo na produção e reprodução de visões de mundo, moldando consciências e organizando o consenso social em torno de determinados interesses de classe (Hoeveler, 2019).

(Calil, 2020). Nesse sentido, as Jornadas se constituíram como uma expressão do reaquecimento das lutas de classes provocados por governos conciliadores (Farage & Lacerda Jr., 2024).

A estruturação político-ideológica da direita vinha sendo construída desde o início da década de 2000, por meio da criação e articulação de aparelhos privados de hegemonia, que disseminavam uma série de visões conservadoras. Dentre estes aparelhos, um dos mais importantes foi o Mídia sem Máscara (MSM), encabeçado por Olavo de Carvalho, criado em 2002 com a publicação de uma página eletrônica que continua ativa até o momento de realização desta pesquisa²². Os alvos centrais da crítica de Carvalho e consortes eram o marxismo cultural e o comunismo (Calil, 2020).

Além do MSM, o Movimento Escola sem Partido (MEsP), estruturado em 2004, surgiu a partir da falsa premissa de que uma infiltração comunista estaria em curso no interior das escolas brasileiras. Esta ação, supostamente, seria promovida por professores doutrinadores de esquerda. O MEsP se tornou especialmente relevante em 2010, quando designou o material didático oferecido pelo Programa Brasil sem Homofobia como “Kit Gay”, a partir da prerrogativa de combater a “ideologia de gênero”, mobilizando o pânico moral contra a suposta propaganda sexual (Calil, 2020; Miguel, 2021).

Outro aparelho importante é o Instituto Ludwig von Mises Brasil, constituído a partir de 2007. Sua atuação se dá principalmente por meio da internet, “disseminando valores ultraliberais e realizando uma formação política condizente com este ideário” (Calil, 2020, p. 75). Na mesma direção de defesa do ultraliberalismo econômico, surge, em 2013, o Movimento Brasil Livre (MBL), emergente do Estudantes pela Liberdade, criado no ano anterior. O MBL possui maior capacidade de mobilização social²³, o que foi muito importante

²² <https://midiasemmascara.net/>.

²³ Atualmente, o MBL possui um partido associado, o partido Missão, registrado como a 30ª legenda apta às disputas eleitorais no Brasil.

especialmente durante os anos de 2015 e 2016, período das marchas de oposição ao governo Dilma (Calil, 2020).

Estas ações são elucidativas sobre dois pontos. Em primeiro lugar, mostram que a ascensão da extrema-direita não foi algo que aconteceu espontaneamente ou como resultado de atos de rua, pois antes das Jornadas de 2013 mediações políticas já vinham sendo construídas no Brasil para promover valores conservadores, liberais, pró mercado capitalista, misóginos e homofóbicos. O fator decisivo após as Jornadas de 2013, entretanto, foi a falta de resistência política na classe trabalhadora, oriunda da fragilização da esquerda em decorrência das contradições e conciliações realizadas ao longo dos anos dos governos conduzidos pelo PT (Calil, 2020). Como apontam Farage e Lacerda Jr. (2024, p. 10), “a tática de conciliação de classes perdia espaço por não conseguir mais equilibrar concessões para o trabalho, enquanto priorizava a agenda do capital”.

Em segundo lugar, a emergência de aparelhos privados de hegemonia da extrema-direita em um momento de desmobilização dos movimentos populares, a desestruturação de organizações de trabalhadores e sindicatos, e a difusão de “discursos conciliadores e liberais propagados por dirigentes políticos identificados como de esquerda” (Calil, 2020, p. 79) colaborou com a adesão de setores populares a movimentos conservadores. A estruturação de uma base popular conservadora foi essencial para o impulsionamento tanto da deposição de Dilma do cargo da presidência do país, em 2016, quanto da eleição de Jair Bolsonaro, em 2018 (Calil, 2020).

2.1.3. O bolsonarismo no processo político brasileiro

A figura de Bolsonaro, embora importante e emblemática, precisa ser compreendida como manifestação de um movimento político mais amplo, para além do indivíduo isolado²⁴

²⁴ No momento da realização desta pesquisa, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro está condenado a 27 anos e três meses de prisão em regime inicial fechado, pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e ameaça

(Farage & Lacerda Jr., 2024). Nesse sentido, partiremos da compreensão não apenas de sua figura individual, como também do bolsonarismo, fenômeno político que se explicitou e ganhou força a partir de sua eleição em 2018 (Galetti, 2024).

Antes de ser eleito para a presidência do país, Jair Messias Bolsonaro foi vereador do Rio de Janeiro em 1988 e deputado federal entre 1991 e 2018. Embora fosse um *outsider* na política, ele já era conhecido por seus posicionamentos extremamente reacionários, machistas, racistas e homofóbicos, integrando diversos partidos conservadores tradicionais ao longo de sua trajetória parlamentar (Calil, 2020; Galetti, 2024). Além disso, desde seu ingresso na política, seus projetos sempre possuíram alguma forma de aliança com o militarismo, o que se deve, em grande parte, pela carreira militar que antecedeu sua carreira política (Galetti, 2024).

Como aponta Calil (2020), os anos de 2015 e 2016 foram marcados pela realização, pela primeira vez desde as manifestações golpistas que precederam o golpe de 1964, de grandes manifestações de massa de direita contra a presidenta Dilma Rousseff. Após o *impeachment* da presidenta, houve a unificação de diversas correntes fascistas que mobilizavam setores de classe média em apoio a Bolsonaro. No entanto, para vencer o processo eleitoral, Jair Bolsonaro precisava da adesão de setores populares para garantir a sua vitória. Neste sentido, a aproximação com o fundamentalismo religioso, concretizada principalmente pelo diálogo com diversas igrejas evangélicas e setores da Igreja Católica, foi de grande importância (Calil, 2020).

O bolsonarismo também se utilizou de estratégias anticientíficas e negacionistas como forma de mobilizar assuntos polêmicos e controversos dos interesses populares (Galetti,

grave e deterioração de patrimônio tombado. Atualmente, Bolsonaro cumpre pena no 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, conhecido como Papudinha, e está inelegível. Ele é o primeiro presidente da história do país a ser condenado por golpe de Estado. A condenação e prisão do ex-presidente, entretanto, não impediram que seus apoiadores e familiares – muitos dos quais também inseridos na carreira política, como seus filhos Carlos, Eduardo, Flávio e Jair Renan, além de sua esposa Michelle – dessem continuidade à agenda política por ele iniciada, o que elucida a consolidação do bolsonarismo enquanto um movimento político que ultrapassa a figura individual de Jair Bolsonaro.

2024). Bolsonaro já desqualificava as mudanças climáticas e o aquecimento global, mas o negacionismo ganhou maior notoriedade a partir da pandemia da Covid-19 em 2020. Mesmo diante da decretação da pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Bolsonaro sustentou “de forma sistemática e reiterada uma política de não contenção das contaminações” (Calil, 2020, p. 102).

O bolsonarismo também apelou ao discurso armamentista, advogando pela liberação do uso de armas e pela flexibilização da aquisição de armamento, ao mesmo tempo em que defendeu a redução da maioria penal no Brasil enquanto estratégias para se combater o aumento da criminalidade. De fato, o símbolo que se tornou representativo do bolsonarismo no processo eleitoral remete ao armamentismo: as mãos erguidas fazendo alusão a uma arma de fogo (Galetti, 2024).

Nas duas campanhas em que Jair Bolsonaro concorreu à presidência, bem como no decorrer de seu mandato entre 2019 e 2022, também foi marcante a crítica às instituições políticas e os processos eleitorais democráticos. Pode-se afirmar que o bolsonarismo aposta na figura do ex-presidente, ao mesmo tempo em que não acredita nas instituições estatais. Por isso, o líder político aparece como a única solução para os problemas e desordens sociais (Galetti, 2024).

A expressão máxima deste fenômeno foi a invasão de alguns milhares de apoiadores de Bolsonaro à Sede dos Três Poderes em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023. A eleição, em 2022, do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva gerou grande descontentamento para a base eleitoral de Bolsonaro e foi apontada como sinal de um processo eleitoral fraudulento. A partir de então, em todo o Brasil, foram organizados acampamentos na frente de quartéis gerais do exército. Os acampamentos eram organizados por autodenominados “patriotas”, que demandavam a intervenção das forças armadas no governo brasileiro (Souza & Leirner, 2024).

Em resumo, vemos no bolsonarismo uma extrema-direita identificada com características fascistas, que encontra sua expressão no lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, amplamente utilizado por Bolsonaro, bem como no slogan “Deus, pátria e família”, lema do Integralismo, principal movimento fascista desenvolvido no Brasil em 1930 (Calil, 2020).

Entre as características do bolsonarismo que podem ser associadas ao neofascismo, destaca-se o negacionismo e a promoção de ataques contra grupos historicamente oprimidos, sustentados por discursos e práticas de ódio que articulam gênero, sexualidade, raça e classe. Essas ações são frequentemente justificadas em nome da defesa de uma suposta ordem social, cuja manutenção implica, paradoxalmente, a exclusão e a marginalização daqueles grupos. Outro elemento é o nacionalismo, mobilizado por meio da construção de inimigos internos – os comunistas –, cuja eliminação é apresentada como condição necessária para a preservação da nação (Barroco, 2022; Calil, 2020).

De forma resumida, a organização da extrema-direita brasileira tem se caracterizado pelo incentivo ao ódio e à intolerância, apoiando-se em pautas antidemocráticas e reacionárias, além do fundamentalismo religioso e do anticomunismo (Farage & Lacerda Jr., 2024). Estes temas se organizam, de forma geral, em torno de um conservadorismo composto por forte elemento moral (Galetti, 2024; Löwy, 2015).

Nesse sentido, torna-se fundamental compreender mais profundamente o papel do conservadorismo na conformação ideológica da extrema-direita brasileira. Afinal, é a partir desse conjunto de valores morais, culturais e políticos que se estruturam as narrativas e práticas que legitimam tanto a rejeição a pautas progressistas quanto a defesa de uma ordem social hierarquizada e tradicionalista.

Contraditoriamente, por mais que os movimentos de extrema-direita se construam a partir de ideologias excludentes de grupos historicamente oprimidos, tais como população

LGBTQIAPN+, negra e de mulheres, percebe-se, na contemporaneidade, que aqueles grupos oprimidos também passam a compor o movimento conservador. Também se percebe a adesão massiva de setores da classe trabalhadora, apoiando “projetos que são totalmente contrários aos interesses das classes que dele não se beneficiarão” (Santos, 2024, p. 5).

Como afirmam Marx e Engels (2013, p. 47), “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”. Nesse sentido, na complexidade da vida cotidiana, setores da sociedade podem se articular ideologicamente e assumir ideias e posturas contrárias àquelas que lhes trariam algum benefício (Santos, 2024). É o caso do nosso objeto de pesquisa: as mulheres que participam de movimentos conservadores.

2.3. Mulheres e Conservadorismo no Brasil atual

2.3.1. Expressões históricas da relação entre mulheres e conservadorismo no Brasil

A adesão de mulheres a movimentos conservadores não é um fenômeno novo e exclusivo da conjuntura político-ideológica atual. Se olharmos para a história do Brasil, encontramos, pelo menos, dois momentos históricos em que o ativismo de mulheres conservadoras foi especialmente relevante.

O primeiro momento foi ao longo da década de 1930, com o protagonismo da Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado a partir da publicação do “Manifesto de Outubro” (1932), um documento que dissertava sobre as principais diretrizes do Movimento Integralista (Ferreira, 2016; Manfrinatti, 2023).

Inicialmente, a AIB se caracterizava enquanto um movimento cultural, o integralismo, mas em 1935 se registrou como partido político. Enquanto movimento, se orientava para as massas, pretendia a transformação da ordem política, social e econômica do Brasil a partir

das categorias que se conformaram em um lema “Deus, Pátria e Família” (Ferreira, 2016; Manfrinatti, 2023; Marques, 2024).

O integralismo foi um movimento conservador e fascista com caráter de massas. Segundo Calil (2005), é possível categorizar o integralismo enquanto um projeto fascista a partir de suas características: defesa do Estado Integral, autoritário, unipartidário e regulador do equilíbrio social; adoção de posições ultramoralistas, embasadas no fundamentalismo religioso; anticomunismo ativo; discurso nacionalista, com valorização extrema de heróis e símbolos nacionais.

O movimento integralista possuía uma série de mecanismos destinados à socialização ideológica de seus militantes. Existiam cerimônias específicas para datas importantes, além do uso de uniformes e saudações particulares e hinos. Além disso, a letra grega Sigma (Σ) era utilizada como símbolo oficial do movimento, aparecendo em bandeiras, publicações e uniformes dos militantes. Os integralistas também promoviam atividades de socialização cotidiana e possuíam uma organização paramilitar própria, a Milícia Integralista (Calil, 2005).

O momento histórico de desenvolvimento do movimento integralista foi marcado por uma série de disputas político-ideológicas, dentre elas disputas do movimento feminista. Como demonstra Marques (2024), o sufrágio feminino no Brasil foi decretado em 1932, mesmo ano de publicação do Manifesto de Plínio Salgado. A maior inserção da mulher no espaço público e na política institucionalizada era uma preocupação política que aparecia ao lado de outros temas, como as discussões sobre o mundo do trabalho e o comportamento feminino. De forma geral, os temas eram mobilizados principalmente por movimentos feministas “que se expressavam de diferentes formas, com diferentes ideologias e consequentemente diferentes graus de radicalidade” (Marques, 2024, p. 105).

Naquele cenário de disputas, também surgiram grupos de mulheres que negavam o feminismo. O integralismo se preocupava em desenvolver um tipo específico de feminilidade, o que resultou na organização de um braço feminino do movimento integralista: o movimento Blusas Verdes (Marques, 2024).

A denominação “Blusas Verdes” – feminino para “Camisas Verdes”, que é como eram chamados os militantes integralistas – fazia referência à cor do uniforme das militantes (Marques, 2024; Simões, Simões & Silva, 2012). Sua emergência se deu como forma de contraposição às aspirações feministas da época. Ao analisar os textos produzidos pelas Blusas Verdes, publicados no jornal “A Offensiva” – principal jornal da AIB, publicado entre 1934 e 1938 no Rio de Janeiro –, Marques (2024) aponta que as principais temáticas versavam sobre:

o cuidado do lar, da família e dos filhos, o papel de uma Blusa Verde dentro do movimento e depoimentos de militantes. Também eram combatidos os males do capitalismo e liberalismo e era enaltecida a mulher cristã, mãe e construtora do pilar mais importante da nação: a família (Marques, 2024, p. 108).

Segundo Simões, Simões e Silva (2012), a inserção das mulheres integralistas na sociedade e na política partiu de uma adaptação do discurso integralista às necessidades ideológicas de seu contexto histórico. A reivindicação da função social feminina de cuidadora do lar e construtora da família contrastava fortemente com as reivindicações por trabalho e direitos políticos. As mulheres eram direcionadas ao exercício de trabalhos considerados intrínsecos à natureza feminina, principalmente aqueles que envolvessem a educação e o cuidado, atividades entendidas como uma extensão do papel feminino. As Blusas Verdes atuavam com educação das crianças e dos analfabetos, além de oferecerem orientações sexuais e familiares a outras mulheres (Ferreira, 2016; Simões, Simões & Silva, 2012).

Importante assinalar que a participação política das mulheres integralistas era contraditória, já que elas “ocupavam os espaços públicos, através de discursos que incentivavam as mulheres a se dedicar ao seu lar e à família” (Ferreira, 2016, p. 35).

Características parecidas aparecem em outro momento emblemático da relação entre mulheres e o conservadorismo no Brasil, isto é, no período que antecedeu a instauração do Regime Militar, quando foram realizadas as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, protagonizadas por mulheres .

Antes do golpe, as mulheres foram responsáveis pela criação de diferentes grupos de engajamento político: a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), no Rio de Janeiro; a Liga da Mulher Democrata (LIMDE), em Belo Horizonte; e a União Cívica Feminina (UCF), em São Paulo (Costa, Santana & Sobral, 2005). Estas eram organizações femininas conservadoras, que buscavam o combate ao feminismo e a conservação de valores morais cristãos, supostamente ameaçados pela agenda política comunista de João Goulart.

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram um conjunto de manifestações organizadas por uma frente ampla de grupos de direita e conservadores que convocava a sociedade brasileira à defesa da família, da pátria, da democracia, da constituição e da religião. No dia 19 de março de 1964, as manifestações reuniram cerca de 500 mil pessoas em São Paulo, que reivindicavam que os militares “salvassem” o país da ameaça comunista. No dia 2 de abril, no Rio de Janeiro – dia da formalização da deposição de João Goulart e intervenção militar –, cerca de 800 mil pessoas foram às ruas para celebrar a “salvação” do país (Cordeiro, 2021).

De acordo com Cordeiro (2021), a evocação do papel da mulher foi um dos elementos centralizadores e organizativos das Marchas, principalmente as que antecederam o golpe militar. Mas é importante sinalizar que, diferentemente das mulheres integralistas, a participação das mulheres nas Marchas de 1964, bem como nas associações e ligas que

surgiram naquela conjuntura, não possuíam um caráter de massas. Solange Simões (1985) pontua que, na articulação do golpe militar, as mulheres não eram vistas pelos organizadores como cidadãs, mas como figuras ideológicas, por meio das quais era possível mobilizar temáticas importantes: a destruição da família, a ameaça da perda da propriedade privada, valores que fazem parte da construção cultural do gênero feminino (Costa, Santana & Sobral, 2005).

Assim, o Integralismo se caracterizava como uma movimento de tipo fascista, o que pedia uma organização orgânica e permanente no tempo, enquanto o movimento que apoiou o Golpe de 1964, se caracterizava por seu aspecto conservador, recorrendo à mobilização episódica das mulheres. Apesar das diferenças contextuais, políticas e organizacionais, os dois movimentos também possuem um elemento comum: ambos surgiram quando o país enfrentava um cenário de instabilidade, criando um terreno fértil para a emergência de movimentos conservadores e reacionários. A instabilidade também é uma marca da conjuntura atual.

Segundo Saffioti (2013), no desenvolvimento do capitalismo, a mulher é reduzida a uma posição social de dependência e submissão, exercendo a função de mãe, esposa, cuidadora oficial do lar e realizando o trabalho doméstico, pilar essencial para a reprodução social. Ainda segundo a autora, o núcleo familiar heteropatriarcal realiza uma função dentro do capitalismo, removendo a responsabilidade estatal de subsídio financeiro e social aos cidadãos.

Assim, as ideias ligadas à liberdade e autonomia da mulher são vistas como uma ameaça ao funcionamento do sistema capitalista, e o conservadorismo passa a funcionar como justificação ideológica do tradicionalismo dos papéis de gênero, constituindo-se enquanto um mecanismo de sustentação do capitalismo (Escorsim Netto, 2011).

2.3.2. *As mulheres conservadoras no Brasil contemporâneo*

No momento atual, vivemos uma crise estrutural do capital. Assim como nas conjunturas passadas, há a colaboração de mulheres na reatualização de práticas e discursos autoritários e excludentes. Hoje, identificamos a existência de duas principais instâncias de mobilização que promovem a relação entre mulheres e conservadorismo no Brasil: a política institucional e as redes sociais.

Na política institucional, há a organização de mulheres em partidos, projetos, campanhas e movimentos sociais em defesa de pautas conservadoras. Neste espaço, o movimento de maior relevância é o Partido Liberal Mulher (PL Mulher), atualmente presidido pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. O PL Mulher foi constituído como um segmento interno do Partido Liberal (PL), com o objetivo de fomentar, qualificar e ampliar a inserção de lideranças políticas femininas de orientação conservadora na atuação partidária. Além de Michelle Bolsonaro, o PL conta com a filiação de diversas figuras políticas de destaque, como as deputadas federais Bia Kicis (Distrito Federal), Caroline de Toni (Paraná), Júlia Zanatta (Santa Catarina), Carla Zambelli (São Paulo) e Chris Tonietto (Rio de Janeiro), além da deputada estadual Ana Caroline Campagnolo (Santa Catarina).

O perfil do PL Mulher no *Instagram* (@partidoliberalmulher) acumula mais de 210 mil seguidores e é utilizado como principal canal de comunicação entre o partido e suas filiadas. Além disso, possui como canal oficial um *website*²⁵, por meio do qual é possível se filiar ao partido, acessar notícias e notas oficiais, bem como entrevistas e cursos de formação política.

O PL Mulher realiza investimentos significativos na formação territorial de lideranças políticas femininas. O partido conta com representações relevantes em todo o território nacional e, desde 2023, tem promovido uma série de eventos com a finalidade de articular

²⁵ Disponível em: <https://plmulher.org.br/>

propostas políticas e empossar lideranças municipais e estaduais em diversas regiões do Brasil. Por meio da campanha “Juntas Transformando o Brasil”, o PL Mulher organiza encontros itinerantes que têm como objetivo central o fortalecimento do vínculo com as lideranças partidárias, com ênfase na mobilização da base feminina para as eleições presidenciais de 2026.

Com um funcionamento muito similar ao PL Mulher, o Movimento Mulheres Republicanas (MMR) também foi fundado como um setor feminino do partido Republicanos e atualmente é presidido pela senadora Damares Alves. O setorial surgiu com a missão de intensificar o conservadorismo nos costumes, a economia liberal e a defesa do sistema democrático.

O MMR acumula mais de 22 mil seguidores em sua página oficial do *Instagram* (@mulheresrepublicanas10). Além disso, possui um *website*²⁶, por meio do qual é possível acessar artigos, notícias e diversos materiais relativos à organização partidária, dentre eles o *jingle* oficial do movimento, “Mulher, tome partido!”, de autoria do vereador Ronaldo Martins, presidente do Republicanos de Fortaleza (Ceará):

Mulher, tome partido, venha se unir/ Por você, sua família e pelo Brasil/ Com influência e voz, fazemos acontecer/ Mulheres Republicanas, garra e força pra vencer/ Mulheres líderes, construindo hoje o amanhã/ Conservadoras, a nossa voz ecoa pelo Brasil/ Pelo presente e pelo futuro/ Unidas estamos conseguindo mudar o Brasil/ Respeito e valores, progresso em ação/ O nosso compromisso é com o presente e com o futuro da nação (Republicanos, 2026).

Em 2024, fundou-se o Movimento Mulheres Conservadoras (MMC), idealizado pela economista Viviane Petinelli e apoiado por Damares Alves e por Michelle Bolsonaro, quem atuam como embaixadoras. O MMC surgiu com o objetivo de “unir mulheres conservadoras

²⁶ Disponível em: <https://mulheres.republicanos10.org.br/>

e formar o maior movimento conservador feminino no Brasil”, bem como com a missão de “defender e promover a vida, os valores morais e os princípios constitucionais conservadores por meio de ativismo, educação e mobilização” (Mulheres Conservadoras, 2024, página inicial).

O MMC também fomenta diferentes iniciativas conservadoras. Atualmente, tem articulado as campanhas Mulheres pela Família – em defesa da família heteropatriarcal, à qual é chamada de “família natural” – e Mulheres pela Vida, uma iniciativa pela defesa da vida desde a concepção, combatendo a descriminalização do aborto e outras reivindicações relativas à natalidade.

A principal forma de articulação política²⁷ do MMC tem se dado por meio do seu *website*²⁸, onde é possível encontrar matérias e artigos sobre temas reivindicados pelo movimento. Além disso, o perfil no *Instagram* (@movimentomulheresconservadoras) tem sido o principal meio de comunicação para a divulgação de vídeos, notícias e informações. Embora tenha surgido com a proposta de ser o maior movimento feminino conservador do Brasil, o MMC tem menor presença digital e política. Seu perfil no *Instagram* possui pouco mais de 11 mil seguidores, número relativamente baixo se comparado com outros movimentos parecidos.

A organização de movimentos conservadores pela política institucional tem sido fortemente associada ao antifeminismo de Estado. Esta é uma prática que se define pela utilização dos agentes e das forças estatais para se contrapor às ações feministas por meio da disputa no âmbito da política institucional, desmantelando políticas públicas relacionadas a gênero e direitos femininos (Galetti, 2024; Silva, 2025).

²⁷ Quando foi criado, o Movimento Mulheres Conservadoras divulgou um evento de lançamento, que havia sido programado para acontecer no mês de outubro de 2024. Em decorrência das eleições municipais que estavam acontecendo ao redor do Brasil, o evento foi adiado para o mês de novembro de 2024. Entretanto, até o momento de realização desta pesquisa, em 2025, este evento de lançamento ainda não aconteceu. Mesmo assim, o MMC continua ativo em postagens diárias em suas redes sociais.

²⁸ Disponível em: <https://mulheresconservadoras.com/>

A segunda instância de mobilização é o conjunto de redes sociais, principalmente o *Instagram* e o *TikTok*. Neste caso, há atuação de criadoras de conteúdo digital voltado para a divulgação de debates mobilizados pelo campo conservador. Estas mulheres não necessariamente integram algum movimento político partidário, mas utilizam suas plataformas digitais para difundir valores, crenças e posicionamentos de direita e extrema-direita.

Algumas influenciadoras se dedicam à divulgação política conservadora mais ampla, mobilizada principalmente, no momento atual, por ataques ao PT. É o caso, por exemplo, de Estefane Sampaio (@estefanesampaio, 449 mil seguidores), quem se define como “antiwoke e anticomuna”. Também é o caso de Paula Marisa (@profpaulamarisa, 225 mil seguidores), quem se apresenta como antifeminista, conservadora, cristã e influenciadora dos pensamentos politicamente incorretos. A pauta político-partidária é discutida de forma aberta e explícita, em formato de conteúdos educativos e informativos.

Outras influenciadoras abordam temas como a divisão dos papéis de gênero, as noções de provisão e submissão no casamento, o trabalho doméstico e a maternidade. Jordana Vucetic (@jordanavucetic, 1,8 milhões de seguidores) e Bruna Lohaine (@brunalohaine, 6,7 milhões de seguidores) produzem conteúdos sobre cuidados do lar, feminilidade cristã, teologia, modéstia, matrimônio e criação dos filhos. Nos seus perfis, o posicionamento político aparece de forma menos explícita: não há declaração clara de vínculo partidário ou apoio a lideranças específicas, embora as publicações sejam atravessadas por um marcante viés conservador.

Os exemplos citados estão associados ao antifeminismo cibernético, ou ciber antifeminismo, que consiste na utilização do ciberespaço – por meio da criação de *sites*, fóruns e comunidades virtuais, ou por meio de redes sociais como o *Instagram*, *TikTok*, *Facebook*, *YouTube* e X (antigo *Twitter*) – para a divulgação de conteúdos antifeministas.

Este é um movimento mais amplo, que tem sido nomeado pela comunidade científica como “ativismo cibernético” ou “ciberativismo” (Galetti, 2024).

O antifeminismo cibernético não é a única manifestação de ciberativismo relacionado à temática do gênero. Existem diversos grupos masculinistas que se articulam no ciberespaço, como aqueles que integram a manosfera/machosfera – dentre eles, o movimento *The Red Pill*, os *incel* ou celibatários involuntários e os MGTOW (*Men Going Their Own Way*) –, uma subcultura masculinista que se organiza majoritariamente por meio de plataformas digitais anonimizadas, disseminando conteúdos misóginos (Vilaça & D’Andréa, 2021).

Nas disputas relativas à masculinidade, outro grupo tem ganhado espaço: o Movimento Legendários. Este foi fundado em 2010 pelo pastor guatemalteco Chepe Putzu e ganhou espaço em diversos países da América Latina. Identificados com camisetas na cor laranja, os Legendários possuem um grito de guerra: “AHU”, que é a sigla para Amor, Honra e Unidade (Legendários International, 2026).

Autodenominado enquanto um movimento cristocêntrico interdenominacional, este projeto se volta para a formação e transformação de homens a partir dos valores bíblicos, por meio de experiências que englobam desafios físicos, reflexões espirituais e momentos de confronto pessoal, realizadas por meio de retiros intensivos denominados como TOP (*Track Outdoor* de Potencial). O TOP consiste em uma experiência de trilha intensa, geralmente em ambiente natural, composta por desafios físicos, dinâmicas emocionais e momentos espirituais (Legendários International, 2026).

Durante quatro dias de trilha e acampamento, os homens são instigados ao desenvolvimento de seu potencial, orientados por estereótipos de masculinidade: força, coragem e provisão. Grande parte dos participantes integra o movimento como forma de lidar com problemas matrimoniais. Não à toa, algumas figuras representativas para o cenário

político conservador brasileiro compõem o movimento, como os empresários Pablo Marçal e Thiago Nigro, além do *coach* Paulo Vieira (Legendários International, 2026).

Embora se destine ao público masculino, o Legendários possui uma ala feminina: as Esposas de Legendários. Este setor é composto por mães, filhas, noivas e esposas dos homens integrantes do movimento e constitui um espaço destinado à comunhão e apoio entre as mulheres (Legendários International, 2026). Ao passo que os homens se reúnem nos retiros para o desenvolvimento espiritual e pessoal, as mulheres se ocupam de interceder por seus maridos. Quando eles retornam das trilhas, elas realizam recepções acaloradas. As Esposas não são uma parte funcional direta do movimento, mas são consideradas parte essencial da estrutura familiar que o movimento busca fortalecer. Por isso, são apresentadas como parceiras no projeto de restauração da identidade masculina e da família.

Embora tenhamos identificado a atuação de duas instâncias distintas, elas se articulam entre si. A maioria das mulheres que atuam na política institucional utiliza as redes sociais como espaço de militância e divulgação de pautas, propostas e projetos. Os próprios partidos também recorrem a plataformas digitais, as quais operam como canais de comunicação de amplo alcance, capazes de atingir grandes públicos, de forma que as lideranças políticas e os próprios partidos funcionam como influenciadores digitais.

Ao mesmo tempo, algumas influenciadoras digitais do meio conservador após ganharem reconhecimento buscam poder político por meio da política institucional. Exemplo disso é a atuação de Eduarda Campopiano (PL), vereadora no município de Praia Grande (São Paulo). Em 2021, ela começou a utilizar seu canal no *YouTube* e seu perfil no *Instagram* – plataformas em que acumula, respectivamente, mais de 18 mil inscritos e 747 mil seguidores – para divulgar seus posicionamentos políticos conservadores. Em 2022, atuou como comentarista política na rádio Jovem Pan, resultando em uma influência ainda maior em suas redes sociais. Foi a partir do reconhecimento proporcionado pela influência digital

que, em 2024, Eduarda se candidatou, pelo PL, ao cargo de vereadora em Praia Grande e foi eleita como a 4ª vereadora mais votada do município naquele ano.

Apesar da diversidade de temáticas e formas de atuação, existe um elemento centralizador dos debates e das propostas políticas: a religião cristã. Tanto em sua matriz católica quanto em sua matriz protestante, o cristianismo aparece como regulador de uma suposta guerra cultural em curso, partindo para demonização daquilo que rompe com os padrões religiosos-culturais aliados à direita: movimentos de esquerda, religiões de matriz africana, as pessoas LBGTQIAPN+ e os chamados movimentos identitários (Galetti, 2024).

Baseando-se em valores e princípios cristãos para legitimar suas posições e oferecer uma narrativa moral sobre o papel feminino na sociedade contemporânea – por meio da combinação entre elementos de fé, comportamento e estética –, as mulheres conservadoras constroem uma prática baseada no resgate da tradição, frequentemente contraposta às pautas feministas (Galetti, 2024).

No âmbito da política institucional, a religião tem sido utilizada como instrumento de legitimação de projetos autoritários, embora o Brasil possua como um de seus princípios constitucionais a laicidade²⁹. Apesar disso, o contexto sociocultural religiosamente pluralista e formalmente democrático fomenta disputas ideológicas. Estas vêm se explicitando atualmente por meio da interferência de grupos religiosos – representados principalmente pela chamada bancada evangélica – na elaboração do ordenamento jurídico-político, das políticas públicas de saúde e educação, dos direitos reprodutivos e dos órgãos estatais³⁰ (Mariano, 2011).

²⁹ A laicidade refere-se ao princípio de separação entre o Estado e as instituições religiosas, garantindo que o poder público e as políticas estatais não sejam subordinados a doutrinas ou autoridades eclesiais. Nesse sentido, implica a neutralidade confessional das instituições estatais, bem como a autonomia entre as esferas política e religiosa. Além disso, a laicidade pressupõe o tratamento igualitário do Estado em relação às diferentes religiões e a garantia das liberdades de consciência, de crença e de culto, incluindo o direito de não possuir religião, promovendo um ambiente de tolerância e pluralismo religioso (Mariano, 2011).

³⁰ A laicidade implica a separação entre religião e Estado, orientando decisões públicas por critérios jurídicos e racionais. Ao mesmo tempo, esse princípio permite a atuação de lideranças religiosas na esfera pública, amparada pela liberdade religiosa, frequentemente mobilizada – como apontam grupos evangélicos – para legitimar sua intervenção política (Galetti, 2024; Mariano, 2011).

Desde a promulgação da Lei 9.100/1995, o Brasil passou a adotar políticas de cotas específicas voltadas à ampliação da participação feminina nos processos eleitorais. Inicialmente, a legislação estabeleceu a reserva de vagas para candidaturas de mulheres, percentual que posteriormente foi ampliado e tornou-se de preenchimento obrigatório, buscando enfrentar a sub-representação feminina na política (Silva, 2025).

Com o passar do tempo, novas medidas foram incorporadas à legislação eleitoral, incluindo a destinação de recursos do fundo partidário e a reserva de tempo nas propagandas eleitorais para promover a participação das mulheres. Mais recentemente, reformas ampliaram esses mecanismos, estabelecendo percentuais mínimos tanto para financiamento de campanhas quanto para visibilidade nas propagandas eleitorais, com o objetivo de fortalecer a presença feminina na disputa política e reduzir desigualdades de gênero no sistema representativo (Silva, 2025).

Precisamente em 2018, ano da vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, o Brasil registrou os dois maiores saltos de presença de mulheres na Câmara Federal (Silva, 2025). A representatividade feminina nos processos eleitorais, entretanto, é perpassada pelo fato de que a maioria das mulheres era filiada a partidos de centro-direita ou extrema-direita (Galetti, 2024).

Notamos, assim, que a ampliação da presença feminina nos partidos e nos cargos públicos não assegura, por si só, a redução das desigualdades de gênero nem a efetivação de propostas comprometidas com a emancipação das mulheres. A inserção de mulheres na política expressa a disputa entre diferentes projetos político-ideológicos, os quais nem sempre se orientam por perspectivas transformadoras ou libertadoras. Não basta indagar se as mulheres estão ocupando espaços de poder; é necessário problematizar quem são essas mulheres, quais interesses representam, a quais classes sociais se vinculam, quais visões de

mundo sustentam e quais compromissos assumem com a transformação das estruturas históricas que produziram e perpetuam a opressão de gênero.

A articulação entre a proposição de uma Psicologia Política de orientação marxista e o estudo das mulheres conservadoras permite deslocar radicalmente o modo como esse fenômeno é compreendido, recusando interpretações que o reduzam a escolhas individuais ou contradições pessoais. Partindo de uma perspectiva materialista histórico-dialética, entendemos este fenômeno como parte de um processo histórico de reprodução das relações sociais capitalistas.

Nesse sentido, a presença feminina em movimentos conservadores constitui um elemento ativo de sustentação da ordem social. A mobilização de mulheres em defesa da família, da moral cristã e dos papéis tradicionais de gênero revela o funcionamento da ideologia enquanto mecanismo de naturalização da dominação, operando precisamente por meio daqueles sujeitos que também são por ela subordinados.

A perspectiva da totalidade, conforme delineada no capítulo anterior, evidencia que essa adesão é funcional à dinâmica do capital. A centralidade da família heteropatriarcal, reiterada nos discursos e práticas dessas mulheres, cumpre um papel estratégico na reprodução social, deslocando para o âmbito privado responsabilidades que são estruturais, ao mesmo tempo em que reforça a divisão sexual do trabalho e a subordinação feminina (Federici, 2023; Saffioti, 2013). Nesse sentido, o conservadorismo não apenas preserva valores tradicionais, como também garante a continuidade das relações de exploração.

Além disso, a análise histórica que fizemos ao longo do capítulo demonstra que o fortalecimento desses movimentos se intensificam em contextos de crise e instabilidade. Nessas conjunturas, a mobilização feminina aparece como recurso ideológico, seja por meio de organizações de massa, seja por meio de formas mais difusas, como as redes sociais. A ampliação contemporânea da participação feminina na política institucional e no

ciberativismo conservador não deve ser interpretada como avanço, mas como expressão de uma disputa entre projetos antagônicos, na qual a presença de mulheres pode servir tanto à reprodução quanto à transformação da ordem social.

Ao mesmo tempo, a centralidade atribuída aos discursos religiosos e morais evidencia o papel da ideologia na construção de uma subjetividade ajustada às exigências do conservadorismo contemporâneo. A Psicologia, nesse cenário, não fica à margem do problema: ela participa ativamente, seja ao fornecer justificativas científicas para a naturalização de papéis de gênero, seja ao produzir leituras despolitizadas que obscurecem as determinações estruturais do fenômeno. É precisamente contra essa tendência que se coloca a necessidade de uma Psicologia Política crítica, capaz de desvelar as mediações entre subjetividade e estrutura social.

Por fim, assumir uma orientação ético-política comprometida com a transformação social implica não apenas compreender, mas tensionar esse fenômeno. Nesse sentido, o estudo das mulheres conservadoras não pode se limitar à mera descrição. É necessário explicitar as contradições de uma participação que, ao mesmo tempo em que amplia a presença feminina no espaço público, reforça projetos políticos que aprofundam as desigualdades e restringem possibilidades de participação social.

Nesse contexto, compreender a atuação dessas iniciativas torna-se fundamental para analisar as reconfigurações contemporâneas da participação feminina na direita brasileira. É precisamente nesse horizonte que se insere a análise do PL Mulher, atualmente o maior movimento organizado de mulheres conservadoras no país, cuja atuação e estratégias políticas serão examinadas no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 – MULHERES CONSERVADORAS E O PL MULHER

Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado. Eles chamam de frigidez. Nós chamamos de absenteísmo. Todo aborto é um acidente de trabalho. Tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade são condições de trabalho [...]. Neuroses, suicídios, dessexualização: doenças ocupacionais da dona de casa.
(Silvia Federici, 2019)

3.1. Notas introdutórias

Após a realização de uma extensa apresentação sobre a forma como a Psicologia Política pode ser utilizada de para a análise dos fenômenos políticos e tendo apresentado um histórico sobre a instrumentalização das mulheres para o recrudescimento de políticas conservadoras ao redor do mundo e, em especial, no Brasil, analisaremos materiais produzidos sobre a participação de mulheres em movimentos conservadores no cenário político brasileiro atual.

Como apresentamos no capítulo anterior, o principal movimento organizado de mulheres conservadoras no Brasil é o PL Mulher. Ao longo do nosso processo de pesquisa identificamos que, desde sua fundação, o partido tem empreendido esforços contínuos na formação política de mulheres no âmbito da direita conservadora brasileira, buscando ampliar a participação feminina nos espaços de decisão e fortalecer lideranças comprometidas com os seus valores. Atualmente, tudo isso se concretiza no Projeto Alicerça Brasil (PAB).

O PAB é um projeto de formação política lançado em junho de 2025 pelo PL Mulher, como um dos braços do projeto “Juntas Transformando a Nação”. Neste, Michelle Bolsonaro e outras lideranças partidárias se reúnem com as eleitoras de cada estado para mobilizar, formar e ampliar a base feminina do partido³¹ (PL Mulher, 2025). O PAB é voltado para

³¹ Os eventos da campanha *Juntas Transformando a Nação* são realizados, em sua maioria, em igrejas ou espaços vinculados a comunidades religiosas evangélicas, evidenciando a forte articulação entre a atuação partidária e redes religiosas já consolidadas nos territórios. Geralmente, são eventos grandes, com estrutura profissionalizada, ampla divulgação e significativa capacidade de mobilização de público, o que sugere a existência de investimentos financeiros expressivos. Ainda que não seja possível mensurar com precisão os recursos envolvidos – seja pela dificuldade de rastrear os custos operacionais, seja pelas especificidades do regime jurídico das instituições religiosas no Brasil, que contam com imunidade tributária –, observa-se que essas iniciativas se apoiam em infraestruturas já disponíveis nas igrejas, como espaços físicos, equipamentos e

mulheres interessadas em atuar na vida pública e incentiva a ampliação da consciência política e da participação orientadas por princípios da direita conservadora nos processos eleitorais e nas instâncias representativas. Seu documento organizador, intitulado “Temário 1”, possui 100 páginas e está disponível para *download* gratuito³² no *website* do PL Mulher (2025).

Pela importância e amplitude do PL Mulher na organização dos movimentos conservadores na atualidade, faremos uma análise crítica do conteúdo do Temário do PAB com o objetivo de identificar qual é a ideologia que orienta a tentativa de angariar mulheres para movimentos conservadores. Nosso trabalho analisou a maneira pela qual o PL Mulher concebe o poder necessário para a satisfação de seus interesses sociais na formação política brasileira, o que requer a identificação de atores políticos, seus objetivos e o efeito histórico de sua atuação (Martín-Baró, 1994).

Este capítulo está dividido da seguinte forma: primeiramente, apresentamos uma breve história sobre o Partido Liberal e o surgimento do PL Mulher. Em seguida, apresentamos o Projeto Alicerça Brasil e seu documento orientador, o “Temário 1”. Por fim, realizamos uma análise de conteúdo partindo principalmente do documento organizador do PAB, destacando as categorias Mulher, Família e Trabalho.

A leitura crítica dos textos do Temário resultou na identificação dos principais temas expostos, apresentados na Tabela 1. Na primeira coluna, encontram-se os títulos dos textos do Temário, enquanto na segunda coluna encontram-se os principais temas identificados pela análise de conteúdo.

redes de fiéis. Nesse sentido, mais do que investimentos diretos, as comunidades religiosas são bases de apoio material, simbólico e organizacional, contribuindo de forma decisiva para a viabilização dessas ações.

³² Disponível em: [PROJETO - Alicerça Brasil](#).

Tabela 1: Principais temas dos textos do Temário 1 do Projeto Alicerça Brasil (PAB)

Título do Texto	Temas abordados
• Esperança em tempos difíceis	1. Aumento da inflação de insumos básicos; 2. Falta de qualidade dos serviços públicos de transporte, saúde, educação e segurança pública; 3. Ideologias políticas de esquerda na educação pública; 4. Consciência política. 5. Participação política.
• Participar e influenciar para não sermos tutelados	• Papel da família tradicional; • Ideologias woke e de gênero; • Participação política comunitária.
• Quando o básico vira luxo, o povo pode virar a mesa!	• Aumento da inflação de insumos básicos; • Redução do poder de compra; • Participação política comunitária; • Mobilização popular.
• O peso invisível nos ombros de Alice e César	• Aumento dos impostos; • Falta de qualidade dos serviços públicos de transporte, saúde e educação; • Aumento da carga tributária; • Participação política comunitária; • Mobilização popular.
• Alice e César: quando o Brasil escorre pelo ralo	• Falta de qualidade dos serviços públicos de transporte, saúde e educação; • Consciência política; • Participação política comunitária.
• Coloque a agenda <i>woke</i> para dormir: surge uma nova esperança para Alice e sua família	• Ideologia <i>woke</i> e de gênero; • Identidade de gênero; • Sexualidade; • Feminilidade e masculinidade; • Complementaridade entre os sexos; • Estrutura familiar.
• A escolha de Lucas: um dilema sobre o futuro	• Ideologias de esquerda na educação pública; • Desenvolvimento econômico; • Baixa produtividade nacional; • Doutrinação ideológicas nas universidades;

	• Incentivo ao ensino técnico.
• O eco do medo e as correntes invisíveis	• Aumento da criminalidade; • Falta de qualidade dos serviços de segurança pública; • Crime organizado; • Armamento da população; • Participação popular comunitária; • Mobilização popular.
• Vida: fonte de esperança em tempos difíceis	• Aborto; • Maternidade; • Religiosidade; • Participação popular comunitária.
• Se os governantes não deixam outra saída senão ir morar na rua, a sociedade pode acabar em uma rua sem saída!	• Complementaridade entre os sexos; • População em situação de rua; • Falta de políticas públicas destinadas à população em situação de rua; • Segurança pública; • Incentivo à filantropia; • Mobilização popular.
• Brilha, brilha, estrelinha	• Maternidade; • Estruturação familiar; • Ideologias políticas de esquerda; • Divisão do trabalho; • Conciliação trabalho-família; • Ausência de políticas públicas de incentivo à maternidade; • A mulher no mercado de trabalho.
• Política é coisa de gente do bem?	1. Participação política; 2. Corrupção; 3. Restauração política.

Fonte: elaboração própria.

Após identificar os temas, foi realizado um agrupamento em três categorias: Mulher, Família e Trabalho. Essas categorias expressam os temas mais recorrentes nos materiais associados ao PAB. Além disso, são frequentemente mobilizadas pelo campo conservador de forma mais ampla. No contexto do PL Mulher, entendemos que elas funcionam como eixos organizadores dos sentidos e valores que orientam a forma como a participação feminina na política é concebida e legitimada.

Nesse sentido, as três categorias permitem examinar as principais reivindicações pertencentes ao campo conservador feminino, evidenciando a maneira como suas pautas são articuladas na formulação de propostas políticas e na construção de narrativas públicas. A Tabela 2 indica como cada categoria aparece nos textos do Temário.

Tabela 2: Aparecimento das categorias Mulher, Família e Trabalho no Temário 1

Título do texto	Mulher	Família	Trabalho
• Esperança em tempos difíceis		X	X
• Participar e influenciar para não sermos tutelados	X	X	
• Quando o básico vira luxo, o povo pode virar a mesa!			X
• O peso invisível nos ombros de Alice e César			X
• Alice e César: quando o Brasil escorre pelo ralo	X		X
• Coloque a agenda woke para dormir: surge uma nova esperança para Alice e sua família	X	X	X
• A escolha de Lucas: um dilema sobre o futuro			X
• O eco do medo e as correntes invisíveis	X		
• Vida: fonte de esperança em tempos difíceis	X	X	
• Se os governantes não deixam outra saída senão ir morar na rua, a sociedade pode acabar em uma rua sem saída!	X		
• Brilha, brilha, estrelinha	X	X	X
• Política é coisa de gente do bem?		X	
Total:	7	6	7

Fonte: elaboração própria.

É importante destacar que as categorias analíticas selecionadas estão intimamente ligadas entre si e estão alicerçadas na realidade material. Em primeiro lugar, revelam que as

mudanças geradas na reprodução da força de trabalho pelo capitalismo estão diretamente ligadas à história das mulheres, da família e da propriedade privada. Para compreender a construção histórica e social do que significa ser mulher – bem como as reivindicações políticas, econômicas e sociais que emergem dessa condição – é necessário analisar a família enquanto instituição central de organização da reprodução social, na qual se estruturam práticas, normas e responsabilidades relacionadas à reprodução da força de trabalho. Por sua vez, esta análise exige a compreensão do trabalho como uma categoria estruturante da vida cotidiana, das divisões sociais e sexuais das atividades e das formas de hierarquização presentes na sociedade capitalista (Federici, 2023).

Além do Temário do PAB, nos apoiaremos sobre outras produções organizadas no campo das mulheres conservadoras, como o livro “Edificando a Nação: sobre bases e valores”, organizado por Nídia Regina Limeira e André de Sousa Costa, e publicado concomitantemente ao lançamento do PAB como material de apoio do projeto. Este livro conta com textos com autoria de diversos nomes do campo conservador ligados ao PL – como Bia Kicis, Alexandre Garcia, Caroline de Toni, Gustavo Gayer, Michelle Bolsonaro e o próprio Jair Bolsonaro – e versa sobre temas mobilizados pela direita brasileira, ancorando-se em seis pilares: vida e família; liberdade e democracia verdadeira; juventude e futuro; justiça social pelo trabalho; liderança feminina com propósito; e responsabilidade social e soberania (Limeira & Costa, 2025).

Também utilizaremos publicações e notícias de outros movimentos que se organizam em torno da relação entre mulheres e conservadorismo no Brasil. A seleção desse material se orientou pela pertinência temática, isto é, conteúdos que abordem diretamente a articulação entre mulheres e conservadorismo, e pela existência de vínculos diretos ou indiretos com o PL Mulher. Nesse sentido, incluímos, por exemplo, o Movimento Mulheres Conservadoras,

cuja conexão indireta com o PL Mulher se estabelece pela atuação de Michelle Bolsonaro como uma de suas embaixadoras.

Nossa análise apresenta os argumentos principais organizados nos conteúdos previamente analisados para problematizá-los criticamente, com o objetivo de compreendermos como se constrói a ideologia das mulheres conservadoras. Considerando que a Psicologia Política possui um escopo teórico mais amplo do que aquele estritamente delimitado pela Psicologia – conforme explicitado no capítulo 1 –, ampliamos nosso diálogo teórico, incorporando contribuições de autoras e autores de diferentes campos do conhecimento como parte da construção de nossa análise crítica.

3.1.1. O Partido Liberal Mulher no cenário político brasileiro

No contexto de redemocratização do país, o Partido Liberal (PL) foi fundado em 1985, idealizado pelo deputado federal Álvaro Valle – quem também presidiu o partido até falecer, em 2000. À época de sua fundação, o partido surgiu com a proposta de promover reformas políticas orientadas por uma doutrina liberal em diversos âmbitos: econômico, social, tributário, agrário, urbano, educacional. Seus fundadores buscavam criar uma alternativa política moderada, que se diferenciasse tanto do neoliberalismo quanto do socialismo, defendendo a iniciativa privada, a propriedade e políticas sociais voltadas à redução das desigualdades. Além disso, o PL pretendia formar uma militância política engajada e promover debates públicos sobre suas ideias (Luan, 2025).

Durante as primeiras décadas de atuação, o partido buscou expandir sua presença política no país, participando de eleições e formando alianças com diferentes governos. Nos anos 1980 e 1990, o PL apoiou diversos presidentes, como Fernando Collor, Itamar Franco e, inicialmente, Fernando Henrique Cardoso. Ao longo do período, a legenda ampliou sua representação no Congresso e em governos locais, mas também enfrentou conflitos internos e

dificuldades para manter uma identidade ideológica coesa entre suas lideranças regionais (Luan, 2025).

A partir dos anos 2000, sob a liderança de Valdemar Costa Neto, atual presidente do PL, o partido passou por mudanças significativas. O PL aproximou-se de diferentes grupos políticos, incluindo uma aliança com o Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2002, quando José Alencar foi eleito vice-presidente na chapa de Lula. Posteriormente, o partido esteve envolvido no escândalo do “Mensalão” e, em 2006, fundiu-se com o conservador e nacionalista Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA)³³, formando o Partido da República (PR). Em 2019, voltou a adotar o nome Partido Liberal, visando explicitar a sua defesa do liberalismo (Luan, 2025).

Quando pensamos na representação do PL no processo político atual, imediatamente nos lembramos da figura de Jair Bolsonaro. A consolidação do partido como principal representação do bolsonarismo ocorreu, sobretudo, a partir de 2019, quando o ex-presidente deixou o Partido Social Liberal (PSL), pelo qual havia sido eleito em 2018. Naquele momento, o ex-presidente tentou fundar um outro partido, o Aliança Pelo Brasil, mas não conseguiu arrecadar a quantidade necessária de assinaturas para a criação. Assim, em 2022, filiou-se ao PL, processo que representou não apenas uma mudança partidária individual, mas também a reorganização institucional de seu grupo político. A partir de então, o PL passou a concentrar grande parte das lideranças e candidaturas alinhadas com o projeto político bolsonarista, tornando-se o seu principal canal de articulação eleitoral e institucional (Luan, 2025).

³³ O Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), fundado em 1989 pelo médico e político Enéas Carneiro, destacou-se no cenário político brasileiro do período pós-ditadura por defender um discurso fortemente nacionalista, conservador e crítico às elites políticas e às reformas neoliberais dos anos 1990. O partido enfatizava valores morais tradicionais, a defesa da soberania nacional – incluindo propostas como o fortalecimento das Forças Armadas e o domínio de tecnologia nuclear – e um Estado forte em áreas estratégicas. O PRONA é frequentemente associado a elementos de autoritarismo ou a comparações com ideologias de extrema-direita e com o fascismo (Lopes, 2016).

Nas eleições de 2022, o PL elegeu a maior bancada da Câmara dos Deputados. Se tornou a principal referência partidária do bolsonarismo e passou a funcionar como plataforma de mobilização de setores conservadores, grupos religiosos e segmentos mobilizados por pautas morais e identitárias da direita e extrema-direita.

Todos os filhos de Jair Bolsonaro – Carlos, Flávio, Eduardo e Jair Renan – são filiados ao Partido Liberal (PL) e mantêm, em diferentes níveis, inserção na vida política. Carlos Bolsonaro atuou como vereador na cidade do Rio de Janeiro entre 2001 e 2025, mas renunciou ao mandato para concorrer ao senado pelo estado de Santa Catarina³⁴. Flávio Bolsonaro é senador e pré-candidato à presidência da república em 2026³⁵ e Eduardo Bolsonaro é deputado federal, ambos pelo estado do Rio de Janeiro. Por fim, Jair Renan Bolsonaro atua como vereador no município de Balneário Camboriú e, embora possua uma trajetória ainda recente na política institucional, destacou-se ao ser o candidato mais votado na eleição em que conquistou seu primeiro mandato³⁶.

Além deles, Michelle Bolsonaro, esposa do ex-presidente, é presidenta do PL Mulher, a ala feminina do PL, desde o ano de 2023. De todos os movimentos de mulheres conservadoras em construção no Brasil que foram descritos no capítulo anterior, o mais significativo é o PL Mulher. Esta consideração se sustenta a partir de quatro pontos.

Primeiramente, o PL destaca-se como o único partido representativo da direita brasileira que possui uma ala institucional estruturada especificamente para o público feminino³⁷. Diferentemente do Mulheres Republicanas – que não se configura formalmente como um setor interno do partido Republicanos, mas sim como uma forma de movimento social vinculado a ele –, o PL Mulher apresenta uma organização mais integrada à estrutura partidária.

³⁴ Disponível em: [Carlos Bolsonaro anuncia renúncia ao cargo de vereador do Rio de Janeiro | CNN Brasil](#).

³⁵ Disponível em: [Flávio diz que será candidato mesmo se Bolsonaro reverter inelegibilidade | CNN Brasil](#).

³⁶ Disponível em: [Jair Renan Bolsonaro é eleito vereador mais votado em Balneário Camboriú | VEJA](#).

³⁷ Na verdade, o PL tem investido na setorialização do partido voltada para populações específicas, como PL Mulher, PL Jovem e PL 60+.

Embora seja classificado, conforme prevê o Estatuto do PL³⁸, como um órgão de cooperação, ele não opera apenas como um apêndice do partido principal, mas assume características próximas às de uma instância autônoma com pautas, demandas e estratégias próprias, voltadas à formulação e à consolidação de projetos políticos de orientação conservadora direcionados especificamente ao público feminino. Entretanto, essa independência é apenas aparente, já que o PL Mulher não possui autonomia financeira ou administrativa, sendo subordinado à estrutura da Comissão Executiva Nacional do PL (Marques, Sena & Barreto, 2025).

Em segundo lugar, o PL Mulher destaca-se pela maior presença nas redes sociais, reunindo o maior número de seguidores entre os grupos analisados no capítulo anterior. O ativismo cibernético do partido é uma de suas características mais relevantes e, embora a quantidade de seguidores nos canais oficiais de um partido não seja, necessariamente, um indicador determinante de sua capacidade efetiva de alcançar o eleitorado, entendemos que é uma informação relevante, pois o perfil do partido no *Instagram* configura-se como a principal plataforma de divulgação de suas atividades. É por meio daquela rede que são publicadas as notícias oficiais e os acontecimentos mais importantes relacionados às ações partidárias, ainda que tais informações também estejam disponíveis no *website* oficial e no canal do *YouTube*.

Além de sua função informativa, o perfil no *Instagram* também funciona como um espaço de conexão entre filiadas e eleitoras do partido. Por meio de perfis secundários, pertencentes às repartições estaduais do PL Mulher, a plataforma possibilita a troca de contatos, opiniões e experiências entre as participantes, contribuindo para a construção de vínculos e para o fortalecimento da proximidade entre as integrantes do movimento.

³⁸ Disponível em: [Estatuto do Partido Liberal](#).

Em terceiro lugar, outros movimentos de mulheres conservadoras têm se articulado com o PL Mulher de diferentes maneiras. Por exemplo, o Movimento Mulheres Conservadoras³⁹ tem Michelle Bolsonaro como uma de suas embaixadoras e lidera, em parceria com o partido, a campanha Mulheres Pela Vida⁴⁰, que atua contra o aborto e em defesa da vida desde a concepção. Até mesmo o Movimento Mulheres Republicanas, vinculado a um partido concorrente, mantém sua aproximação com o PL Mulher, sobretudo por meio do vínculo de parceria e amizade entre suas presidentas, Damares Alves e Michelle Bolsonaro.

Por último, a atuação de Michelle Bolsonaro como presidente do PL Mulher é um fator central para a compreensão da importância do partido para o bolsonarismo e para o cenário político conservador brasileiro. Sua posição não é apenas de liderança partidária, mas também de esposa de Jair Bolsonaro e ex-primeira-dama do país, fator que mobiliza diversas disputas político-ideológicas no âmbito da representatividade política feminina. A presença de Michelle Bolsonaro foi decisiva para a criação do PL Mulher. Sem sua atuação à frente da iniciativa, é possível supor que este setorial do partido não teria alcançado o mesmo grau de visibilidade e capacidade de mobilização, podendo inclusive não ter sido estruturado nos moldes em que se apresenta atualmente.

É importante apontar o momento de criação do PL Mulher: o primeiro ano de mandato de Lula da Silva (PT), após um processo eleitoral extremamente polarizado. É notável a utilização da figura de Michelle e a mobilização da pauta feminina como forma de instrumentalizar as mulheres para a manutenção do projeto político conservador, fato que se comprova pela filiação de 22,5 mil mulheres ao PL entre 2023 e 2024, o que significa um aumento de 370% nas filiações femininas em comparação ao período anterior (PL Mulher, 2024; Rechmann, 2024).

³⁹ Disponível em: [Mulheres Conservadoras](#).

⁴⁰ Disponível em: [Mulheres Conservadoras pela Vida | Mulheres Pela Vida](#).

A atuação política de Michelle Bolsonaro é marcada por envolvimento em muitas controvérsias. Ela é a terceira esposa de Jair Bolsonaro e o conheceu enquanto trabalhava como secretária parlamentar na Câmara dos Deputados, tendo se casado com o ex-presidente em 2007, após seis meses de relacionamento (Galetti, 2024). Como primeira-dama, não se exige o cumprimento de nenhum comportamento ou função – pelo menos, não oficialmente. Apesar disso, no contexto brasileiro, a primeira-dama costuma encarregar-se das ações ligadas à assistência social, exercendo um papel sociopolítico de destaque na gestão de seus cônjuges (Nascimento, Lopes & Lima, 2023).

A prática do primeiro-damismo – ou seja, a presença e atuação das primeiras-damas em cargos de gestão e direção de serviços públicos – se consolidou no Brasil durante a Era Vargas (1930-1945), com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), a primeira instituição nacional estatal de assistência social, presidida pela então primeira-dama Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas (Nascimento, Lopes & Lima, 2023; Torres, 2002).

Desde então, o primeiro-damismo se repete em níveis municipal, estadual e federal, embora não seja uma função oficial e nem acompanhada de prerrogativas. Michelle Bolsonaro, durante todo o período de gestão de seu marido, atendeu às expectativas sociais e culturais que circundam o imaginário popular a respeito da figura de uma primeira-dama, correspondendo aos ideais de afeto, amor e cuidado, isto é, características tidas como essenciais na prestação de ações filantrópicas (Torres, 2002).

Para além da dimensão da representação de gênero, Michelle também se destacou por se autodeclarar evangélica, elemento que contribuiu para ampliar o diálogo com segmentos do eleitorado religioso. Marcou presença em eventos religiosos de base protestante, como a Marcha Para Jesus, e teceu alianças com lideranças fundamentalistas evangélicas muito relevantes, como o pastor e televangelista Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo (Galetti, 2024). A ênfase neste aspecto religioso possibilitou, em certa medida, uma

articulação simbólica com a base eleitoral de seu marido, que se identifica publicamente como católico.

Quando Jair Bolsonaro foi eleito, em 2018, Michelle Bolsonaro representava publicamente o ideal da mulher evangélica bela e recatada, associada a uma postura discreta e alinhada a valores familiares tradicionais, que não se identificava com pautas feministas nem incentivava discursos de empoderamento feminino. Entretanto, sua imagem e representação passaram por mudanças estratégicas ao longo dos anos de mandato do marido. No contexto das eleições de 2022, sua atuação foi intensificada como parte da estratégia de campanha, sobretudo na mobilização do eleitorado feminino e evangélico (Galetti, 2024).

Se durante os primeiros anos do governo Bolsonaro a exploração da imagem de Michelle era no sentido do reforço a posturas de feminilidade padrão e de discrição, ao final do seu governo reforçaram-se as performances de combatividade na defesa da ideologia familista e no estabelecimento do diálogo direto e próximo com as classes populares (Galetti, 2024, p. 239).

As participações de Michelle Bolsonaro em eventos políticos foram tão relevantes que desencadearam a criação do PL Mulher, em 2023, visando a “realização do sonho de um Brasil com estruturas políticas voltadas para o serviço à pátria e para a formação de uma sociedade justa e cristã” (PL Mulher, 2023). Desde então, o partido tem empreendido ações para angariar eleitorado feminino para a política conservadora. Como explicitamos na introdução deste capítulo, a concretização daquele objetivo tem se dado por meio da organização do Projeto Alicerça Brasil (PAB).

3.1.2. O Projeto Alicerça Brasil (PAB)

A organização proposta para o PAB é a formação de grupos de 12 a 15 mulheres⁴¹, com reuniões semanais ou quinzenais e duração de cerca de 2 horas e 30 minutos, em ciclos de 36 encontros. As reuniões são inspiradas nas reuniões de células ou pequenos grupos que existem em igrejas evangélicas. As orientações presentes no documento do PAB sugerem que os encontros sejam realizados na casa das participantes, enfatizando a necessidade de criação de um ambiente acolhedor (PL Mulher, 2025).

Os grupos formados pelas denominadas “Alicerçadas” não podem ser criados e organizados de maneira independente. Devem ser coordenados por uma líder, que precisa responder às respectivas presidências municipais ou estaduais de cada repartição do PL Mulher (PL Mulher, 2025).

Cada reunião é estruturada a partir de um texto previamente selecionado, disponível no Temário fornecido pela organização nacional do PAB. Até o momento de realização desta pesquisa, o PAB disponibilizou um único documento orientador, o, já citado, “Temário 1”.

Todo o documento é permeado por um forte apelo emocional, evidenciado na valorização de elementos como pertencimento, escuta, partilha de experiências e fortalecimento coletivo. A dimensão afetiva constitui parte relevante da proposta metodológica do projeto, funcionando como um recurso de mobilização e engajamento das participantes.

O material reúne todas as orientações necessárias para a realização dos encontros, contemplando desde os princípios organizativos que os fundamentam até a recomendação de encerrá-los com pequenas confraternizações, favorecendo a convivência e o fortalecimento dos vínculos entre as participantes. Também para motivar suas participantes e promover um senso de comunidade, o PAB possui um brado oficial:

⁴¹ Na página 6 do Temário 1, há uma nota de rodapé informando que o número ideal de participantes para a realização das reuniões é de 12 pessoas, podendo chegar a até 20 mulheres, desde que a qualidade dos encontros não seja comprometida. No entanto, essa orientação se mostra contraditória, pois em outros trechos do documento é indicado que o número ideal varia entre 12 e 15 participantes.

Ao final de cada reunião, antes de partirmos para nosso lanchinho, podemos segurar as mãos umas das outras e responder ao chamado da coordenadora que dirá em alta voz: edificando a nação! E todas as mulheres do grupo responderão com voz mais alta ainda: alicerçadas! (PL Mulher, 2025, p. 15).

Os textos disparadores iniciam com histórias fictícias, representando situações cotidianas das famílias brasileiras. Os personagens principais são Alice e César⁴² – um trocadilho com o nome do projeto: Alicerça. Eles são casados e possuem dois filhos, Lucas e Ana. Os quatro personagens formam uma família tradicional. Outros personagens são adicionados ao longo do Temário, mas as histórias giram em torno principalmente da vida de Alice, já que o PAB é destinado ao público feminino.

Cada texto possui quatro etapas complementares: 1) ver: apresentação de uma história disparadora – fictícia, porém inspirada em situações reais – que evidencia um problema concreto; 2) refletir: formulação de questionamentos a partir da história apresentada, com o objetivo de estimular o debate e aprofundar a compreensão do problema; 3) iluminar: problematização das questões levantadas, fundamentada em dados e informações que ampliam e qualificam a discussão; 4) agir: proposição e elaboração de ações concretas, voltadas à intervenção na realidade e à transformação das situações analisadas.

Os textos presentes no Temário possuem temáticas diversas, relacionadas principalmente com os debates e reivindicações da direita conservadora brasileira. Assim, cada texto trabalha, de forma didática, temas presentes no cenário político atual: gênero e sexualidade, estruturação da família tradicional, papel da mulher e do homem na sociedade, natalidade, defesa do conservadorismo e da moral cristã, etc..

Uma consideração importante sobre o Temário, é que ele não apresenta nenhuma referência bibliográfica ou teórica. Ao longo dos textos, há dados e estatísticas sobre o

⁴² No texto 1 do Temário, os personagens aparecem pela primeira vez com os nomes Alice e Carlos. Cremos que este seja apenas um erro organizativo do documento.

cenário político e econômico brasileiro, a maioria muito contundentes, mas sem citar fontes jornalísticas ou pesquisas científicas. As únicas referências presentes no documento são as indicações de leituras, vídeos e cursos, que não servem como base teórica para a elaboração do projeto, mas apenas como complemento para a formação política das participantes. Nesse sentido, os dados, exemplos ou afirmações desempenham sobretudo uma função de legitimação e agitação de determinados posicionamentos ideológicos.

Esse pragmatismo político, no qual a coerência narrativa e a eficácia mobilizadora do discurso tendem a prevalecer sobre a comprovação dos fatos é, segundo Konder (2009), um traço recorrente em movimentos de inspiração fascista. São movimentos que frequentemente subordinam a consistência teórica e a precisão factual às necessidades táticas de mobilização política e de construção de adesão ideológica. Assim, o discurso político tende a operar de forma instrumental, privilegiando narrativas capazes de produzir identificação e engajamento.

Também não há informações sobre quem são as pessoas responsáveis pela organização e pelo desenvolvimento do PAB. Na página 3 do Temário, há apenas uma indicação de que a criação e revisão do documento são de autoria de Ana Muñoz (Secretária Nacional do PL Mulher), André de Sousa Costa (Secretário Nacional de Comunicação) e Matusael Jorge (Assessor Especial de Eventos).

Embora tais informações não estejam explicitadas nos documentos informativos do PAB, a idealização do projeto é atribuída, de forma extraoficial, à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Ela tem atuado como a principal divulgadora das iniciativas relacionadas ao projeto, participando da promoção de eventos, da mobilização de participantes e da difusão pública das atividades vinculadas ao programa. Nesse sentido, sua atuação tem contribuído para dar visibilidade e centralidade política às ações desenvolvidas no PAB.

O PAB foi criado com o objetivo de “incentivar a promoção e o aprimoramento do conhecimento político entre as mulheres de bem do Brasil” (PL Mulher, 2025, p. 10). É um

projeto voltado, principalmente, para a formação de um movimento de massas e uma base eleitoral de mulheres conservadoras. Em diversos trechos do Temário, há uma ênfase na forma como a política não é feita apenas nos mandatos e palanques, mas principalmente no interior da vida cotidiana, nas relações familiares, comunitárias e religiosas, consideradas como espaços fundamentais de formação moral.

Este é um aspecto interessante e contraditório, particular do tipo de organização política que as mulheres conservadoras têm adotado. Apesar do incentivo à participação feminina nos debates e decisões políticas, ela é frequentemente orientada para espaços considerados socialmente apropriados ao papel feminino, como a família, a comunidade e as redes locais de sociabilidade e não para a ocupação direta de cargos e posições institucionais de poder. Essa ideia fica explícita no trecho:

Você não precisa de um mandato para mudar o Brasil. Sua casa é sua trincheira e seu abrigo seguro. Sua voz é sua arma. Suas amigas são seu exército. E o Projeto Alicerça Brasil é o mapa para guiá-la. Imagine o impacto: uma mulher inspira 12, que inspiram 144, que transformam milhares. Essa é a matemática do poder da mulher de bem, do poder conservador, do poder de quem acredita em Deus, Família, Pátria e Liberdade. Não é só um sonho – é uma missão! E ela começa agora, com você, na sua sala, com uma xícara de café e a coragem de dizer: “Eu sou o alicerce. Eu sou a mudança” (PL Mulher, 2025, p. 95).

Dessa forma, promove-se uma ampliação da presença feminina na esfera política em termos de engajamento e mobilização social, ao mesmo tempo em que se preserva uma divisão tradicional entre os papéis atribuídos ao feminino e ao masculino, com as mulheres mantidas na posição de auxiliares. Esta contradição também estava presente na forma de organização política das mulheres integralistas, as Blusas Verdes, que ocupavam os espaços

públicos de disputa política, ao mesmo tempo em que incentivavam as mulheres ao cuidado doméstico e familiar (Ferreira, 2016).

Nesse sentido, há de se perguntar: quais são as mulheres autorizadas à composição da política partidária? E quais mulheres são o público-alvo do Projeto Alicerça Brasil? Observa-se um claro recorte de classe quando se analisa a construção do PAB, considerando que grande parte das situações retratadas ao longo do Temário refere-se a dilemas e problemas das famílias trabalhadoras brasileiras. As narrativas mobilizadas no material – centradas na rotina doméstica, na organização da vida familiar, na educação dos filhos, nas dificuldades financeiras e nos conflitos morais enfrentados no ambiente social – dialogam diretamente com a experiência de mulheres inseridas nos setores populares.

Essa captura não é acidental. Ao direcionar suas histórias aos setores populares, o Temário produz uma identificação entre as participantes e as personagens apresentadas, o que facilita a internalização das interpretações políticas propostas ao longo dos textos. A política é apresentada como algo próximo, que emerge das experiências cotidianas e não como um campo restrito às elites institucionais. Assim, mobiliza-se a figura da mulher como mãe, esposa e responsável pela estabilidade do lar, posições a partir das quais ela seria capaz de transformar a sociedade e edificar a nação.

As temáticas mobilizadas pelo PAB dialogam diretamente com dificuldades concretas enfrentadas no cotidiano das famílias brasileiras. Questões como a redução do poder de compra decorrente da inflação, as múltiplas jornadas de trabalho, a baixa remuneração, a precariedade dos serviços públicos de saúde, educação e transporte, bem como a insuficiência de políticas de apoio à maternidade, constituem problemas reais que atravessam a vida de grande parte da população.

Ao mobilizar esses temas, o material se aproxima das experiências vividas por muitas mulheres, reconhecendo desafios que impactam diretamente na organização da vida familiar,

no cuidado com os filhos e na estabilidade econômica dos lares. Portanto, as pautas mobilizadas trabalham com a forma como a crise social se manifesta no cotidiano de amplos setores da sociedade brasileira.

Entretanto, o PAB compreende a crise social como resultado da hegemonia de ideologias políticas de esquerda no interior do aparelho estatal, deslocando o foco das contradições estruturais do próprio sistema capitalista para um suposto excesso de intervenção do Estado.

Assim, diversos trechos do Temário mencionam o predomínio de ideologias esquerdistas nas instâncias políticas e nos serviços públicos. No Texto 2, por exemplo, é apresentada uma situação na qual Alice e César descobrem que os conselheiros do “Semselho Nutelar” – uma ironização pejorativa com o Conselho Tutelar – interferem de forma considerada abusiva na educação tradicional das famílias, baseando-se em “ideologias *woke* e socialistas” (PL Mulher, 2025, p. 23), fazendo o alerta de que os órgãos públicos estão tomados por ideologias esquerdistas.

Em resumo, o PAB dialoga com problemas da crise social mas buscando a formação de uma base eleitoral atuante no combate à hegemonia de valores progressistas no espaço público. Para isso, não busca apenas a mobilização eleitoral das mulheres, mas a produção de uma identidade e a construção de um tipo de sujeito político feminino específico, articulado pelo conservadorismo moral, pela religiosidade e pelo pertencimento às camadas trabalhadoras.

Partiremos, agora, para a análise detalhada do documento descrevendo cada uma das categorias criadas a partir da leitura do documento: Mulher, Família e Trabalho.

3.2. Mulher

A categoria "Mulher" é articulada em sete dos doze textos do Temário⁴³. Ela é, ao lado do Trabalho, a categoria mais frequente, o que se dá em decorrência do fato de o projeto ser voltado ao público feminino.

As reivindicações em torno da categoria “Mulher” organizam-se, de modo geral, em torno de dois eixos principais: o combate à chamada “ideologia de gênero” e a construção de uma identidade política sobre “ser mulher”. Estas duas dimensões estão articuladas: a rejeição à categoria gênero exige a defesa de uma concepção restrita de feminino, associada a valores tradicionais, à centralidade da família e à maternidade.

3.2.1. *A ideologia de gênero*

A “ideologia de gênero” consiste em uma narrativa política que afirma que existiria um projeto deliberado destinado a relativizar ou negar as diferenças biológicas entre homens e mulheres, por meio da categoria gênero. Esta ideologia enfatizaria o gênero como uma construção social dissociada do sexo biológico para redefinir papéis de gênero, família e sexualidade na sociedade. Grupos conservadores apontam para a “ideologia de gênero” com a finalidade de criticar políticas de igualdade de gênero, educação sexual nas escolas e o reconhecimento de direitos de pessoas LGBTQIAPN+ (ABIA et al., 2021)

Na política institucional brasileira, o termo foi utilizado pela primeira vez pelo deputado Elimar Damasceno (PRONA), em 2003, em um discurso que criticava a adoção do conceito de gênero em detrimento da noção de sexo biológico, direcionando ataques especialmente às pessoas trans. Entretanto, a expressão ganhou maior projeção pública a

⁴³ Quando mencionarmos a quantidade de vezes em que uma determinada categoria de análise aparece no documento do PAB, não estaremos nos referindo à simples repetição de uma palavra ou termo ao longo do texto. Em vez disso, estaremos considerando o papel que essa categoria desempenha como eixo estruturante dos discursos e práticas, ou seja, a forma como ela é mobilizada para fundamentar reivindicações relacionadas a aspectos relevantes para a análise. O foco não está na frequência literal de menções, mas na centralidade analítica atribuída à categoria no documento.

partir de 2011, durante os ataques sistemáticos ao Programa Escola sem Homofobia, iniciativa do Ministério da Educação e Cultura (MEC) voltada ao enfrentamento de práticas homofóbicas no ambiente escolar (ABIA et al., 2021).

O programa incluía a distribuição de materiais educativos destinados a orientar educadores e estudantes sobre diversidade sexual e respeito às diferenças. Esses materiais passaram a ser alvo de ataques por parte de parlamentares ligados a bancadas religiosas e conservadoras, que difundiram a narrativa de que o governo estaria distribuindo cartilhas destinadas a “ensinar crianças a serem gays”. Neste contexto, o kit contra a homofobia, material didático do programa, foi rotulado de forma pejorativa como “Kit Gay”. Diante da pressão política, a então presidenta Dilma Rousseff (PT) decidiu suspender a distribuição do material (ABIA et al., 2021; Mendes, Maheirie & Gesser, 2020).

Em 2013, a bancada evangélica e católica do Senado orquestrou a retirada dos termos “igualdade de gênero e orientação sexual”⁴⁴ do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, argumentando que o conceito de gênero era ideológico. Posteriormente, em 2015, o então ministro da Educação Renato Janine Ribeiro cedeu à pressão das bancadas religiosas e substituiu a portaria que nomeava o “Comitê de Gênero” pela designação “Comitê de Combate às Discriminações” (Mendes, Maheirie & Gesser, 2020).

Assim, o combate à chamada “ideologia de gênero” consolidou-se como uma política que interferiu na formulação de políticas públicas e na oferta de serviços voltados a populações específicas. Tal processo se intensificou após a eleição de Jair Bolsonaro. Durante o seu governo, as ofensivas contra a “ideologia de gênero” se deram principalmente pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), sob a liderança de Damares Alves. Ao assumir o cargo, a ministra sinalizou de forma clara a orientação política

⁴⁴ A alteração feita pelo Senado foi de retirar o foco da promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” e substituir pela promoção da “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (Brasil, 2014, p. 22).

de sua gestão ao declarar publicamente a célebre frase “meninos vestem azul e meninas vestem rosa” (ABIA et al., 2021).

A própria estruturação do MMFDH foi, à época, reveladora das suas concepções ideológicas. O MMFDH passou a concentrar três secretarias nacionais que anteriormente eram autônomas: Direitos Humanos, Políticas para as Mulheres e Igualdade Racial. Além disso, criou-se um setor dedicado exclusivamente à família, sob a responsabilidade de Angela Gandra, advogada conservadora católica conhecida por sua vinculação a instituições ultraconservadoras e por sua atuação em defesa de pautas relacionadas à família, bem como de posições antigênero e antiaborto (ABIA et al., 2021).

Um elemento central das ofensivas antigênero é a produção de pânico moral, em que questões relacionadas a gênero e sexualidade são construídas como ameaças iminentes à ordem social, à família e à infância. Esta é uma estratégia de mobilização política rápida e de forte apelo emocional, que recorre à produção do medo e da indignação coletiva como forma de angariar apoio social (Miguel, 2021).

A principal forma de articulação da categoria “ideologia de gênero” no Temário do PAB ocorre por meio da produção de pânico moral, associando gênero com processos de doutrinação política e identitária. No Texto 1, por exemplo, essa ideia aparece vinculada à atuação de professores, acusados de não cumprir sua função pedagógica para “impor ideologias políticas e de gênero” (PL Mulher, 2025, p. 17).

O Texto 2 afirma que órgãos públicos seriam orientados por “ideologias *woke* e socialistas”. Assim, seriam instrumentos de promoção de narrativas progressistas, entre elas “a defesa do aborto, da liberação das drogas e a ideologia de gênero” (PL Mulher, 2025, p. 23). Aqui, a “ideologia de gênero” é inserida em um campo mais amplo de disputas morais e culturais, em associação a outras pautas que também são mobilizadas para produzir pânico moral.

Já no Texto 6, afirma-se que o ensino de “identidades fluidas” e “expressões de gênero” nas escolas produz confusão nas crianças, ao alterar concepções tradicionais de gênero. O texto chega a afirmar que “a agenda *woke* frequentemente incentiva crianças a questionarem sua identidade de gênero desde cedo, sugerindo que ser menino ou menina é uma escolha fluida” (PL Mulher, 2025, p. 47), o que provocaria insegurança e desorientação identitária.

Igualmente contundente é a afirmação de que a agenda *woke* contribui para a erotização precoce de crianças e adolescentes, por meio de “programas de TV e redes sociais que apresentam temas sexuais de forma explícita ou romantizam comportamentos inadequados para a idade” (PL Mulher, 2025, p. 48).

É possível identificar a mobilização de categorias oriundas da Psicologia com o objetivo de conferir cientificidade e legitimidade às informações. A chamada “ideologia de gênero” e a “agenda *woke*” acarretariam, segundo o Temário, danos psicológicos significativos, especialmente no desenvolvimento infantil, ainda que tais efeitos não sejam devidamente fundamentados em evidências empíricas.

Os argumentos de ordem psicológica são utilizados para sustentar uma noção discriminatória quanto ao gênero e à sexualidade. Ao contrário do que é apresentado pelo Temário, o que de fato acarreta sofrimento psíquico e danos psicológicos é a negação da possibilidade de vivenciar plenamente a própria orientação sexual e identidade de gênero, bem como o preconceito estrutural contra a população LGBTQIAPN+, que se concretiza por meio de diversas formas de violência (Conselho Federal de Psicologia, 2023).

O documento é dotado de um pragmatismo exacerbado. Não são apresentadas fontes concretas ou exemplos reais de situações nas quais professores tenham abandonado planos de ensino para ministrar aulas sobre gênero. Tampouco há evidências que sustentem a ideia de uma atuação sistemática e coordenada para doutrinação. As afirmações são construídas de

forma genérica, sem indicação de pesquisas ou dados oficiais, a partir do posicionamento da figura do educador como um inimigo.

Toda a argumentação é tecida por meio de uma narrativa alarmista que não depende de comprovação factual. O foco não é a verificabilidade das informações, mas sim a produção do sentimento de medo, terror e insegurança. Ademais, todo o Temário possui um caráter apelativo. Esse alarmismo, sustentado pela disseminação de desinformação, se direciona à fabricação de inimigos simbólicos, dentre os quais destacam-se principalmente os movimentos feministas e LGBTQIAPN+, com incidência especial sobre pessoas trans, frequentemente posicionadas como figuras de maior estigmatização.

O ataque às pessoas trans se dá, principalmente, por meio da reivindicação da categoria “sexo” em detrimento do gênero. Adota-se a diferença sexual biológica como critério único e incontestável de definição dos sujeitos, reduzindo identidades de gênero diferentes a desvios ou negações de uma suposta ordem natural e divina.

A noção de complementaridade biológica entre os sexos é evocada como sustentação principal do argumento: o homem é o indivíduo humano caracterizado pela presença de cromossomos XY, pênis e sistema reprodutor masculino; a mulher é compreendida como o indivíduo humano portador de cromossomos XX, vagina e sistema reprodutor feminino. Por meio de uma união sexual entre estes dois indivíduos, é possível criar vida. Qualquer corpo que fuja a norma é interpretado como desviante ou ilegítimo.

Em vez de defender a dignidade da mulher com base na complementaridade entre homem e mulher, a Agenda *Woke* frequentemente ensina meninas a verem os meninos e os homens como inimigos. Isso incentiva o confronto entre os sexos, em vez de promover o respeito mútuo e a colaboração dentro da família e, por consequência, na sociedade como um todo, pois a família é a célula mater da sociedade (PL Mulher, 2025, pp. 48-49).

O ataque às identidades trans tem sido articulado de forma recorrente pelo PL Mulher, o que justifica a necessidade de que esta temática também seja apresentada no documento do PAB. A recente eleição da deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) para a presidência da Comissão dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados foi alvo de diversas críticas, provenientes sobretudo de setores conservadores e religiosos, mas também de segmentos do feminismo radical que defendem que a comissão deveria ser presidida por uma mulher cisgênero. A crítica parte principalmente da deslegitimação da identidade de gênero de Erika, negando-lhe o reconhecimento enquanto mulher e, conseqüentemente, sua legitimidade para ocupar um espaço institucional voltado à promoção dos direitos das mulheres. No dia de sua eleição, o perfil do PL Mulher Nacional publicou uma postagem no *Instagram*. Nela, vemos uma foto de uma mulher grávida e se lê:

Daqui 100 anos, a ciência continuará identificando os ossos de mulheres como sendo ossos de mulher. E os ossos de homens como sendo de homem. Parabéns às parlamentares que, na votação de hoje, lutaram para manter os direitos das mulheres para as mulheres (Partido Liberal Mulher, 2026).

Este posicionamento é – além de transfóbico – contraditório, já que o próprio PL Mulher tem promovido iniciativas que relativizam o protagonismo feminino nos espaços que afirma defender. Um exemplo disso foi a realização, em 2023, de um evento voltado ao público feminino cuja divulgação e programação destacavam exclusivamente homens como palestrantes. No material de divulgação do encontro, realizado em Parauapebas (PA), apareciam Gustavo Gayer, Nikolas Ferreira, Éder Mauro, Delegado Caveira, Joaquim Passarinho, Delegado Toni Cunha e Rogério Barra, mesmo se tratando de uma atividade organizada pela ala feminina do partido e direcionada às mulheres⁴⁵.

⁴⁵ Disponível em: [Divulgação de outdoor com sete homens pelo PL Mulher no Pará gera críticas por misoginia | Brasil 247](#).

A situação evidenciou a tensão entre o discurso de defesa das “mulheres” mobilizado pelo partido, enquanto, ao mesmo tempo, não prioriza a participação feminina, reforçando a instrumentalização das mulheres pelo conservadorismo. A reivindicação da “verdadeira mulher” não implica um compromisso consistente com o fortalecimento da participação política das próprias mulheres, mas é mobilizada sobretudo como recurso retórico para a exclusão de identidades trans.

A articulação da categoria sexo em detrimento do gênero⁴⁶ se relaciona com o processo de “transformação da atividade sexual feminina em um trabalho a serviço dos homens e da procriação” (Federici, 2023, p. 354). No desenvolvimento do capitalismo, o corpo feminino é, antes de mais nada, uma máquina de produzir mão de obra. Portanto, o sexo é uma categoria produtiva, no sentido mais direto que esta palavra consegue assumir: ele se inscreve como força material de produção e reprodução da vida social, explorado como parte integrante do próprio processo de acumulação capitalista, ao garantir a renovação contínua da força de trabalho (Federici, 2023).

Assim, o gênero é, ao contrário do sexo, uma categoria improdutiva. É por isso que, ao longo da história, observa-se a criminalização e degradação social de toda atividade sexual que não fosse produtiva ou procriativa: as relações homoafetivas, o sexo anal, a utilização de métodos contraceptivos e a prática do aborto (Federici, 2023).

Como defende Berenice Bento (2012), qualquer formulação teórica ou prática que não se articule pela complexidade da relação sexo-gênero tende a cair em leituras essencialistas e reacionárias. O sexo não pode ser entendido como um dado puramente biológico, pois também é atravessado por normas sociais que definem quais corpos são legítimos. Do mesmo

⁴⁶ É importante considerar que movimentos conservadores não são os únicos a recorrer à categoria “sexo”. As feministas radicais trans-excludentes, conhecidas como TERFs (do inglês *trans-exclusionary radical feminist*), também defendem uma concepção ancorada no binarismo e na biologia. Neste enquadramento, a capacidade de gestar é frequentemente mobilizada como critério central de definição do feminino, funcionando como fundamento para a exclusão de pessoas trans das categorias políticas e dos espaços reivindicados por essas correntes. Nos voltaremos para esta questão com mais calma em outros tópicos deste capítulo.

modo, o gênero não se limita a uma camada cultural sobreposta a um corpo natural, mas produz e regula os próprios corpos, estabelecendo expectativas, práticas e formas de reconhecimento. Nesse sentido, sexo e gênero não podem ser compreendidos como esferas isoladas – natureza de um lado e cultura de outro –, mas sim como dimensões mutuamente constituídas em processos históricos e políticos.

Deve-se considerar, assim, que a relação sexo-gênero constitui uma dialética, onde não há um anterior absoluto nem uma hierarquia estável entre ambos, mas um processo contínuo de co-produção, no qual as normas de gênero dão sentido ao sexo, ao mesmo tempo em que o sexo é mobilizado para legitimar as normas (Bento, 2012).

Ao se estabelecer a noção do que é uma mulher exclusivamente a partir de critérios biológicos, como cromossomos ou capacidade reprodutiva, constrói-se simultaneamente uma categoria de “não-mulheres”. Se ser mulher é ser heterossexual, possuir cromossomos XX, um aparelho reprodutivo feminino e a capacidade de gestar, então ficam à margem daquela categoria diversas experiências: mulheres lésbicas, trans e travestis, pessoas intersexo, mulheres que passaram por cirurgia de histerectomia, mulheres inférteis ou que nunca desejaram a maternidade, além de mulheres idosas, cujo corpo já não corresponde ao citado ideal reprodutivo.

Delimitando quem pode ser reconhecida como mulher, define-se que o corpo feminino deve estar prioritariamente a serviço da reprodução e da família, alinhando-se a uma lógica histórica de exploração do trabalho reprodutivo. A exclusão de uma diversidade de experiências e identidades que não correspondem ao ideal opera como instrumento de normatização, restringindo o próprio campo de atuação política das mulheres.

3.2.2. Uma identidade política para as mulheres conservadoras

O que significa, então, ser mulher? Existe algo essencial, intrinsecamente característico, que define essa condição de maneira estável e universal? A própria elaboração destes questionamentos já pressupõe a dificuldade de definir a experiência feminina.

A partir dos pressupostos adotados pelo campo conservador, a condição de “ser mulher” se constrói a partir de uma lógica negativa: a mulher é aquilo que não é homem. Essa concepção revela uma estrutura simbólica hierarquizada em que o masculino ocupa o lugar de referência normativa. É nesse campo de tensões que se inscrevem as definições de feminilidade e masculinidade, bem como a atribuição de seus respectivos papéis, constantemente reivindicados pelo conservadorismo.

A figura da mulher conservadora é definida por normas restritas: ela é uma mulher cisgênero e heterossexual, cuja identidade se organiza em torno dos papéis de esposa, mãe, filha e dona do lar. Contudo, mesmo essa identidade aparentemente afirmativa permanece ancorada em uma definição negativa. Sua condição de esposa se estabelece pela existência de um marido; a maternidade, pela presença de filhos. Eva não é criada a partir do pó da terra, mas a partir da costela de Adão. Em última instância, a mulher é posicionada como “outro” em relação a um sujeito universal implícito – o homem –, o que impede seu pleno reconhecimento como sujeito integral (Federici, 2019).

Em contraste, as identidades que escapam ao modelo hegemônico de feminilidade são potencialmente plurais, podendo abarcar diferentes orientações sexuais, trajetórias profissionais, posicionamentos políticos e maneiras de existir em sociedade. A figura da feminista enquanto a mulher que recusa o trabalho doméstico ou rejeita o casamento e a maternidade como destinos é uma ameaça à própria existência e reprodução do capitalismo (Federici, 2019).

Esta ameaça cria a necessidade de construir uma identidade política feminina que garanta a manutenção de certas funções, naturalizando papéis de gênero e reforçando normas

que vinculam a mulher à esfera doméstica e à reprodução social. Assim, reivindica-se de um modelo de feminilidade muito específico: tradicional e cristã, representada pela figura da mulher bela, recatada e do lar. Esta figura contrasta com aquelas que reivindicam autonomia sobre seus corpos e formas de vida, frequentemente retratadas como desviantes, imorais ou ameaçadoras à ordem social (Federici, 2023).

O processo de construção da identidade feminina requer a produção de uma lógica dialética de equivalência e diferenciação. É necessário algo para se identificar algum nível de coesão e pertencimento a um grupo, à mesma medida que se estabelecem fronteiras que distinguem o grupo de outros. Nesse sentido, “a identificação (afirmar que se é semelhante a outras pessoas por meio da categorização) e a diferenciação são processos simultâneos e intrínsecos” (Sousa, 2021, p. 23) para a construção da identidade coletiva.

A feminilidade evidencia um processo de construção identitária que busca, ao mesmo tempo, definir um pertencimento e estabelecer fronteiras normativas que excluem outras formas de existência. Embora a palavra “feminilidade” não seja mencionada explicitamente no Temário do PAB, ela opera como uma categoria estruturante ao longo de todo o projeto. A recusa e o combate ao movimento feminista se articulam na defesa de um ideal específico de feminilidade, que prescreve como as mulheres devem se comportar e existir (Galetti, 2024).

A reivindicação do direito de ser feminina, e não feminista, é um dos eixos organizadores da identidade da mulher conservadora (Galetti, 2024). A posição antifeminista opera um movimento de diferenciação, por meio do qual define-se quem se é a partir daquilo que se combate, acusando as feministas de serem identitárias. Nesse ponto, o combate ao feminismo se dá de forma generalista, como se este fosse um movimento homogêneo e não composto por diversas vertentes – como o feminismo negro, liberal, marxista, decolonial, interseccional, radical, o transfeminismo –, construídas a partir de diferentes disputas históricas, ideológicas e políticas.

Como pontua Kollontai (1907/2022), não é possível falar sobre um movimento homogêneo de libertação feminina, pois, ao passo que a sociedade é dividida em classes, também é dividido o mundo das mulheres. As demandas e reivindicações de mulheres pertencentes à classe burguesa são drasticamente diferentes daquelas pertencentes à classe trabalhadora.

A própria criação das “Alicerçadas” constitui também uma forma de identitarismo. À medida em que se produz um ideal normativo sobre o que significa ser mulher, apresentado como natural, correto e moralmente superior, a construção de um modelo específico de feminilidade estabelece um projeto político que constitui, no fim das contas, uma forma de “ideologia de gênero”.

No Texto 11, a mulher é retratada como o esteio e firmeza da família, incumbida de acolher, estabilizar e agregar o núcleo familiar, “como indica a antropologia e o direito natural” (PL Mulher, 2025, p. 86). Essa perspectiva, aliás, atravessa diversos textos analisados: os atributos associados às mulheres são apresentados como inerentes à sua natureza, de origem biológica, apagando seu caráter histórico.

As características “naturais” da mulher são apresentadas por Michelle Bolsonaro no texto “Uma Política Diferente” no livro *Edificando a Nação* (2025):

As mulheres podem amenizar os confrontos, gerir os conflitos, buscar soluções mais equilibradas, exercer seu “sexto sentido” em horas estratégicas, discernir intenções e trazer palavras que geram consenso. As mulheres são pessoas de multitarefas e multifocos, por isso têm uma visão ampla, e parece que veem o que ninguém está vendo (Bolsonaro, 2025, p. 14).

A mulher é apresentada neste texto quase como um ser místico, dotada de habilidades espirituais por meio das quais pode contribuir com a construção de uma nova política. Na perspectiva de Michelle, as mulheres são criadas a partir de um senso de missão, chamadas à

luta para a transformação social, capazes de influenciar positivamente a sociedade (Bolsonaro, 2025). Todos os textos do Temário convocam as mulheres à mobilização popular e à participação política comunitária, a partir da proposição de ações concretas direcionadas à resolução de problemas do cotidiano da vida política.

Este aspecto fica explícito no Texto 10⁴⁷ do Temário, no qual as mulheres são convocadas à realização de práticas de voluntariado direcionadas à população em situação de rua, sobretudo por meio da distribuição de alimentos e cobertores. Incentiva-se, também, a articulação com empresas, universidades e igrejas, visando promover ações de caráter filantrópico. Neste texto, a categoria Mulher é mobilizada a partir do papel de cuidado, afeto e sensibilidade, características tomadas como naturalmente femininas, associando as mulheres a práticas de assistência, acolhimento e responsabilidade social.

Por trás da concepção de feminilidade tradicional que impera na contemporaneidade, existiu um longo e intenso processo de degradação social das mulheres. O período de transição para o capitalismo foi marcado pela necessidade de construir “novos cânones culturais que maximizavam as diferenças entre homens e mulheres, criando protótipos mais femininos e mais masculinos” (Federici, 2023, p. 208-209). Os adjetivos utilizados para se referir às mulheres eram sempre difamatórios: vaidosas, selvagens, pouco razoáveis, esbanjadoras, luxuriosas, excessivamente emocionais, rebeldes. As representações mais degradantes eram as da esposa desobediente, da bruxa e da puta, insubordinadas à autoridade masculina e patriarcal (Federici, 2023).

⁴⁷ Este é um texto emblemático, ao passo que evidencia as múltiplas vulnerabilidades que atravessam a população em situação de rua e propõe estratégias de intervenção enquanto, contraditoriamente, contribui para a reprodução de estigmas, a partir de uma perspectiva assistencialista e moralizante. O eixo estruturante do texto se organiza em torno da chamada “guerra às drogas”, que emerge como chave interpretativa central para a compreensão das dinâmicas associadas à população em situação de rua. No item “agir”, são disponibilizados cinco links de vídeos que abordam tanto a situação da cracolândia, na cidade de São Paulo, quanto a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da descriminalização do porte de até 40 gramas de maconha para uso pessoal. Dos cinco materiais indicados, quatro são produzidos pela Brasil Paralelo, empresa de mídia conhecida por sua orientação ideológica de extrema-direita.

Como forma de controle e imposição de uma nova função social feminina, o processo de degradação social contribuiu para consolidar uma nova ordem patriarcal associada ao advento do capitalismo. Nesse contexto, intensificaram-se e se reconfiguraram mecanismos já existentes de regulação sobre os corpos das mulheres, sua sexualidade e sua capacidade reprodutiva, que passaram a ser mais sistematicamente subordinados aos interesses do Estado e da ordem econômica (Federici, 2023).

Assim, foi construído um novo modelo ideal de feminilidade. Outros adjetivos começaram a ser utilizados para a construção desta nova mulher: “passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas” (Federici, 2023, p. 213). A nova esposa ideal é domesticada, enquanto sua identidade e seu valor social são definidos sobretudo por sua função reprodutiva e pelo cuidado com o lar e a família.

Este modelo de feminilidade passou a ser concebido como natural e instintivo. O amor, o cuidado e o acolhimento aparecem como características intrínsecas ao ser feminino, e o trabalho doméstico passa a ser interpretado como expressão espontânea de sua natureza, parte de sua essência, ainda que sejam “necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamento diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida” (Federici, 2019, p. 43).

A restrição do “ser mulher” ao lar aparece no Texto 8, o qual inicia enfatizando o cenário do ambiente doméstico: a casa limpa e arrumada, aconchegante e acolhedora, pronta para receber a comunidade de Alicerçadas. Aponta-se para o fortalecimento dos laços de amizade, fé e esperança. Esta ambientação prévia de um cenário feminino, cheio de delicadeza, contrasta com o teor do restante do texto, no qual as mulheres conversam sobre o aumento da criminalidade, a situação do crime organizado e a defesa do armamento da população.

As mulheres delicadas e gentis são rapidamente substituídas por pessoas agressivas, motivadas por um senso de justiça. A personagem Alice questiona suas colegas sobre o que fariam se pudessem mudar as leis e as Alicerçadas defendem, de maneira fervorosa, medidas como o endurecimento das penas, a ampliação do direito à legítima defesa, a posse de arma para a proteção dos lares e a intensificação das ações policiais em combate a facções criminosas (PL Mulher, 2025).

No Texto 6, há uma menção a professores que dão aulas sobre feminismo radical⁴⁸ e a toxicidade da masculinidade, “muitas vezes ridicularizando valores tradicionais” (PL Mulher, 2025, p. 45). Aos valores tradicionais atribui-se à noção da família tradicional heteropatriarcal, composta por um pai, uma mãe e seus filhos, permeada pela concepção de que a união entre um homem e uma mulher é necessária “para criar filhos com estabilidade emocional e moral” (PL Mulher, 2025, p. 48).

Nesse sentido, a “agenda *woke*” é criticada por promover uma visão feminista divisionista, que rompe com a complementaridade entre homem e mulher, supostamente ensinando as meninas a enxergarem os homens como inimigos (PL Mulher, 2025). Esta perspectiva da complementaridade é ancorada, além da biologia, na religião cristã. A ideia do homem como líder e provedor do lar, e da mulher como auxiliadora e submissa, é apresentada na bíblia como uma estrutura tradicional de organização familiar. A religião fornece o arcabouço metafísico necessário para legitimar e dar sentido à divisão sexual do papel masculino e feminino na sociedade (Federici, 2023).

Este é o ideal identitário da mulher conservadora: ela é feminina, não feminista. Ela é uma mãe exemplar, que tem por seus filhos um amor sacrificial. Ela é uma esposa dedicada, parceira e serve, a força e alicerce da família. Ela é uma trabalhadora sem igual, pois é capaz

⁴⁸ É curioso o uso específico da expressão “feminismo radical” no texto. Não fica claro se o termo “radical” se refere a uma corrente teórica específica do feminismo ou se é empregado de forma genérica, como sinônimo de “extremo”. De todo modo, como já apontado, o feminismo radical, enquanto corrente do movimento, apresenta em alguns aspectos aproximações com formas de organização associadas à extrema-direita.

de ocupar tanto o ambiente doméstico quanto o trabalho formal assalariado. Ela não se sente oprimida ou explorada.

É importante observar que, ao longo das 100 páginas do Temário do PAB, não há menção nem consideração da raça como fator determinante na experiência das mulheres conservadoras. A raça aparece apenas uma única vez, no Texto 10, com a indicação de que 70% da população em situação de rua é composta por pessoas negras (PL Mulher, 2025). Ainda assim, não há qualquer análise sobre como a dimensão racial atravessa e constitui a experiência feminina, e quais as suas implicações políticas e sociais. A partir dessa ausência, é possível inferir que a identidade de “mulher conservadora” pressuposta no documento se aproxima, implicitamente, da experiência de mulheres brancas.

Ser feminina, ser mãe, ser esposa, ser amiga, ser voluntária, ser trabalhadora, amar a Deus e seguir a Cristo em um mundo marcado por ataques à família e à feminilidade, demanda que sejamos fortes, firmemente posicionadas e orgulhosas de nós mesmas. Não temos compromisso com ideologias progressistas, mas, com pessoas que amamos e com aquelas a quem servimos (Bolsonaro, 2025, p. 16).

Nessa concepção, uma mulher sábia pode até edificar o seu lar, mas a construção de uma rede de Alicerçadas é capaz de edificar uma nação inteira. O senso de pertencimento, gerado pelo compartilhamento de valores, comportamentos e objetivos, se direciona para a criação de uma comunidade de mulheres conservadoras, organizadas em pequenos grupos de mobilização política.

É possível notar que a noção de mulher busca resultar na formação de uma comunidade. Isto posto, podemos problematizar a comunidade proposta pelo PAB a partir de seus critérios implícitos de pertencimento e exclusão. Ao mesmo tempo em que se apresenta como um espaço de acolhimento e fortalecimento feminino, essa comunidade se estrutura

sobre uma identidade normativa, fundada em valores religiosos, heteronormativos e familiares que não contemplam a diversidade das experiências das mulheres.

O ser humano possui uma existência concreta, situada em condições históricas e sociais específicas, ao mesmo tempo em que também compartilha capacidades e determinações comuns ao gênero humano. Nos movimentamos constantemente, de forma dialética, entre a dimensão individual-particular e humano-genérica. É nesse sentido que Heller (1970) pontua que a individualidade humana não se define apenas enquanto uma “singularidade”, pois o indivíduo só se realiza plenamente na medida em que, sem deixar de ser singular em sua experiência, é capaz de ultrapassar sua particularidade imediata e se reconhecer como parte de uma totalidade social mais ampla.

Nesse sentido, uma comunidade é autêntica e positiva quando consegue aproximar o indivíduo de sua experiência humano-genérica, ou seja, da totalidade social, ampliando as possibilidades de objetivação e de consciência do indivíduo para a dimensão universal. Ou seja, a comunidade não apenas integra o indivíduo, mas o conecta à sua formação como sujeito ativo na história e na produção da humanidade (Heller, 1970).

Em contrapartida, quando uma comunidade é baseada em valores que limitam a realização humana – como a violência, a opressão, o cerceamento da liberdade –, ela não promove o desenvolvimento pleno do indivíduo, ainda que este se sinta pertencente e integrado. Nesse caso, a comunidade não aproxima o indivíduo de sua genericidade, formando apenas a particularidade pessoal, restrita a interesses imediatos (Heller, 1970).

É nesse sentido que Heller (1970) caracteriza certas formações como pseudocomunidades⁴⁹: espaços que, embora satisfaçam necessidades subjetivas e ofereçam um sentimento de pertencimento, não possibilitam a ampliação da consciência. Assim, longe de promover o desenvolvimento de uma individualidade autêntica, as pseudocomunidades

⁴⁹ O termo “pseudocomunidade” não significa a formação de uma comunidade falsa – como o termo nos induz a interpretar –, apenas de uma comunidade que não aproxima o ser social de sua experiência humano-genérica, apesar da existência de um senso comunitário, da sensação de pertencimento, amizade e fraternidade.

reforçam a cisão entre o indivíduo e sua dimensão genérica, limitando sua capacidade de se reconhecer e agir como parte da totalidade social.

Este parece ser o caso do tipo de formação comunitária proposta pelo PAB. A pretensa produção de consciência política não passa de produção de ideologia. Não se cria uma comunidade, mas sim a internalização do modelo identitário da mulher conservadora, a partir da mobilização de problemas concretos, gerando identificação e pertencimento entre as participantes, sem abrir espaço para a reflexão crítica sobre suas determinações sociais e históricas. Além disso, ao estabelecer o lar como o espaço natural das mulheres e um modelo restrito de feminilidade, o PAB reproduz um tipo de socialização que impede as mulheres de ampliarem sua consciência e suas possibilidades de objetivação.

A falência do senso comunitário no atual momento do desenvolvimento capitalista cria abertura para o individualismo mas, ao mesmo tempo, produz uma grande necessidade de criação de comunidades. Se, por um lado, a dissolução das comunidades naturais possibilitou a emergência do indivíduo como sujeito relativamente autônomo, por outro, essa mesma ruptura produziu um cenário de fragmentação social, no qual os vínculos coletivos deixam de ser estruturantes da vida social (Heller, 1970). É justamente nesse vazio que o individualismo se consolida como princípio organizador, ao mesmo tempo em que emerge uma demanda crescente por pertencimento e conexão.

Observa-se, nesse contexto, um crescimento expressivo de movimentos que buscam construir espaços coletivos de pertencimento, nos quais os indivíduos se articulam a partir de identificações comuns. Alguns desses movimentos já foram mencionados no capítulo anterior – como o Movimento Legendários –, e a constituição da comunidade de “Alicerçadas” proposta pelo PAB parece se inscrever em uma lógica muito semelhante.

No entanto, essa forma de comunidade se constitui de maneira limitada, pois ao mesmo tempo em que oferece identidade e integração em um contexto de fragmentação

social, restringe as possibilidades de desenvolvimento pleno das mulheres. A comunidade de “Alicerçadas”, nesse sentido, funciona menos como espaço de emancipação e desenvolvimento da consciência e mais como mecanismo de sustentação ideológica e limitação do indivíduo.

3.2.3. Síntese

No Temário do PAB, a categoria “Mulher” se consolida como uma mulher conservadora ideal: a mulher de bem, feminina, cristã, heterossexual, orientada pela família e realizada nos papéis de mãe, esposa e cuidadora. Essa identidade é apresentada como natural e desejável, na qual o cuidado e a dedicação ao lar aparecem como expressões espontâneas do ser feminino, e não como construções históricas. Essa concepção de mulher serve também para orientar a oposição a outras formas de família e de ser mulher.

Vimos que a mulher conservadora é convocada à ação política, mas sobretudo a partir de práticas comunitárias e voluntárias que reforçam sua posição tradicional, sem tensionar as estruturas que a produzem. Assim, mais do que ampliar possibilidades, o que se observa é a produção de um modelo normativo de mulher que organiza pertencimento e sentido, mas também restringe, silenciosamente, a autonomia das próprias mulheres. A pseudocomunidade de mulheres das alicerçadas é sempre voltada para criar mulheres auxiliares de homens.

3.3. Família

A possibilidade de escolher as comunidades das quais se participa, inaugurada pela autonomização do indivíduo no capitalismo, abriu uma nova possibilidade: a escolha da família. Se antes se nascia em uma família e a existência individual subordinava-se à primeira, agora é possível ascender ou mudar socialmente sem depender da família, na medida em que os vínculos deixaram de ser estritamente determinados pela origem familiar e

passaram a ser, ao menos em parte, mediados por escolhas individuais e trajetórias sociais (Heller, 1970).

A instituição familiar passa por uma crise, associada à crise geral do capital. Enquanto o capitalismo se desenvolvia, a família cumpria papéis importantes: garantir a reprodução da força de trabalho, organizar a vida doméstica de forma privatizada e estabilizar minimamente os indivíduos em uma sociedade baseada na concorrência. Porém, com a crise estrutural do capital – marcada por desemprego, precarização, intensificação da exploração e insegurança generalizada – essas bases materiais começam a se desorganizar, criando uma contradição: por um lado, a sociedade continua exigindo que a família cumpra suas funções; por outro, as condições materiais para que ela funcione se deterioram cada vez mais (Lessa, 2022).

O PAB tenta responder à crise tentando reforçar de alguma maneira a instituição familiar e remontando a um passado idílico em que supostamente a família não enfrentava problemas e o mundo era melhor.

A seguir, apresentamos como o PAB mobiliza as discussões sobre Família a partir de dois pontos centrais: defesa de um modelo de família tradicional, que dita os papéis e funções sociais de cada membro e atribuição de centralidade à natalidade.

3.3.1. A família tradicional

A família tradicional é apresentada no Texto 2 e em outros textos do Temário como aquela composta por pai, mãe e filhos. No Texto 11 é definida como o “conjunto de pessoas ligadas por vínculos biológicos, de afeto, parentesco e relacionamento” (PL Mulher, 2025, p. 86). Nesse sentido, entende-se que a família tradicional é monogâmica e heteropatriarcal, modelo que é frequentemente defendido pelo campo conservador como “família natural”. Conforme expõe Viviane Petinelli (2024), em artigo no blog do Movimento Mulheres

Conservadoras⁵⁰, a “família natural” é a primeira instituição criada por Deus, incumbida da responsabilidade de procriar, multiplicar e povoar a terra. Nessa definição, realizada unicamente a partir de diversos versículos bíblicos, entende-se a família como o lugar de cuidado e proteção social, base de toda a sociedade.

A “naturalidade” contida no modelo familiar monogâmico heteropatriarcal é acompanhada de um apagamento histórico, como se ela fosse universal e atemporal. No entanto, a história revela outra coisa. A existência da espécie humana como a conhecemos foi possível porque nossos antepassados se desenvolveram a partir do gregarismo, isto é, do agrupamento em populações. Entre o desenvolvimento de agrupamentos humanos e o surgimento da família tal como a conhecemos hoje, existe um longo percurso histórico marcado por transformações econômicas, sociais e culturais profundas (Lessa, 2022).

Engels (2019) identifica que, em um período pré-histórico, a forma mais antiga de família era o casamento grupal, caracterizado por relações sexuais irrestritas, nas quais “cada mulher pertencia igualmente a cada homem e cada homem igualmente a cada mulher” (Engels, 2019, p. 39), sem leis proibitivas quanto às práticas sexuais e às uniões, em um contexto de divisão do trabalho funcional e coletiva, não hierárquica, no qual as mulheres desfrutavam de maior liberdade e consideração social (Engels, 2019; Lessa, 2022).

A partir das pesquisas de Lewis Morgan, Engels (2019) aponta ainda outros modelos familiares ao longo da história, como a família consanguínea, organizada por gerações, a família punalua, que surge com a proibição de casamentos entre irmãos da mesma mãe e dá origem às gens, e a família de um par, na qual, embora houvesse maior restrição das relações e imposição de fidelidade feminina, ainda era possível dissolver o vínculo, mantendo-se a centralidade da mulher e o direito materno.

⁵⁰ Disponível em: [A gênese da Família Natural | MULheres Conservadoras](#).

Somente com o advento da propriedade privada e da necessidade de garantir a hereditariedade e a paternidade é que se estabelece a família monogâmica, marcada por submissão feminina e controle da sexualidade das mulheres (Engels, 2019; Lessa, 2022).

Nesse sentido, a derrubada do direito materno representou “a derrota do sexo feminino no plano da história mundial” (Engels, 2019, p. 60), pois as questões relativas à coletividade se tornaram uma função masculina. Ao homem foi delegado o papel de produzir os meios materiais necessários à subsistência e à manutenção da família, assumindo a posição central na esfera produtiva e no controle dos recursos econômicos (Engels, 2019).

No entanto, não é possível existir sociedade sem a reprodução biológica, assim as atividades fundamentais para a reprodução da vida social (cozinhar, lavar, gerar e cuidar dos filhos e fazer a manutenção do espaço doméstico) tornaram-se função das mulheres. Submetidas a um intenso processo de subordinação e degradação social, as mulheres foram gradativamente afastadas da vida coletiva e confinadas ao interior do lar (Lessa, 2022).

Com o surgimento da família monogâmica junto com a sociedade de classes, aquela passa a constituir uma instituição fundamentada no domínio masculino, responsável por garantir a transmissão da propriedade privada e a reprodução da força de trabalho, tanto por meio da herança quanto pela geração de novos trabalhadores (Engels, 2019; Federici, 2023).

Com o desenvolvimento de novas condições econômicas de vida, as relações sociais e sexuais começaram a se tornar mais humilhantes para as mulheres. O afastamento feminino da vida coletiva representou o rebaixamento das possibilidades de socialização e realização na vida cotidiana. Nessa direção, o casamento virou uma “carreira” para as mulheres e “aparecia como garantia de status social, felicidade pessoal e estabilidade econômica” (Resende, 2023, p. 79), protegendo-as de sua condição fragilizada (Federici, 2023; Lessa, 2022).

A partir do século XIX, surge a figura da “família moderna” que se centralizava “no trabalho reprodutivo, em tempo integral e não remunerado da dona de casa” (Federici, 2023, p. 204). Esta representação se deu a partir da limitação da empregabilidade de mulheres e crianças nas fábricas, organizada pela promulgação das Leis Fabris. Para tal, foi necessário garantir aos homens que seus salários fossem maiores, capazes de sustentar uma esposa que não fosse trabalhadora assalariada (Federici, 2023). Esta forma de estrutura familiar não oprime as mulheres apenas enquanto sujeitos, mas também como mães e esposas (Kollontai, 1907/2022).

Este breve histórico elucida que a família que se consolida como tradicional não é, em nenhuma medida, natural. Ao contrário, é fruto de um processo histórico de opressão e subordinação feminina. Por isso, o problema da família é tão crucial para as mulheres, tão importante quanto a igualdade política e a independência econômica, já que seu aprisionamento também acontece por meio do modelo familiar “tradicional” (Kollontai, 1907/2022).

O Temário, a partir do pressuposto de que existe um modelo familiar correto e moralmente superior, exclui e combate diversas formas de organização familiar. No que se refere à categoria Família, o Temário se desenvolve principalmente em torno da produção de pânico moral quanto às supostas tentativas de destruição da instituição familiar por parte de grupos comunistas ou ligados a agendas progressistas. No Texto 2, Alice e César querem educar seus filhos a partir de valores morais conservadores e baseados em métodos de criação tradicionais, isto é, pelo estabelecimento de limites e pela aplicação de disciplina.

Subentende-se que este último ponto faz referência à aplicação de disciplina física⁵¹, já que o texto se desenvolve a partir de críticas ao excesso de intervenção do Conselho

⁵¹ A aplicação de castigos físicos ou de tratamentos degradantes como forma de educar, disciplinar ou corrigir crianças é proibida no Brasil desde a promulgação da Lei nº 13.010/2014, popularmente conhecida como Lei Menino Bernardo ou Lei da Palmada. A efetivação dessa norma ocorre, principalmente, por meio da atuação dos Conselhos Tutelares, responsáveis por zelar pelos direitos da criança e do adolescente.

Tutelar na organização da vida familiar. A invasão à privacidade das famílias e a imposição de visões políticas contrárias às da família tradicional estariam sendo ocasionadas pela influência da agenda *woke* e socialista na formação dos conselheiros (PL Mulher, 2025).

Um caso marcante foi o de um casal amigo, que recebeu uma visita desses agentes públicos após uma denúncia anônima sobre sua forma de educar os filhos, sendo acusado de rigidez excessiva. Para Alice e César, isso é um alerta de que o Estado, por meio dos órgãos como esse, poderia invadir sua privacidade e impor visões contrárias às suas, colocando em risco sua autonomia como pais, bem como a existência de sua família (PL Mulher, 2025, p. 23).

No que diz respeito à educação das crianças, Lessa (2022) aponta que a passagem para a sociedade de classes deu início a um tipo de educação familiar baseada na violência, em que o castigo físico se tornou representativo da normatização da autoridade paterna, remetendo também à violência que perpassa a relação entre os homens e as mulheres.

Além disso, as crianças passaram a ser ensinadas a desempenhar determinados papéis sociais imputados ao feminino ou ao masculino, inclusive por meio das brincadeiras. A família cumpria o papel de “preparar pessoas passivas, acríticas, conservadoras, sem espontaneidade e incapazes de criar, meras repetidoras das fórmulas propagadas pela ideologia dominante, prontas para seguir e obedecer a quem se apresentasse como autoridade em defesa da ordem estabelecida” (Resende, 2023, p. 80), introjetando não apenas os papéis de gênero, como também o papel de opressores ou oprimidos (Lessa, 2022).

O saber psicológico tem sido utilizado como sustentáculo científico e ideológico da defesa da família tradicional, direcionando-se principalmente ao ataque de famílias homoafetivas. Na aba “Matérias & Blog” do *website* do MMC, encontra-se uma série de publicações em que é possível baixar artigos e pesquisas científicas, disponibilizadas como aporte às argumentações apresentadas.

Um dos artigos disponibilizados é intitulado “*How different are the adult children of parents who have same-sex relationships? Findings from the New Family Structures Study (NFSS)*”⁵², de Mark Regnerus e publicado em 2012. O artigo é resultado de uma pesquisa que investigou as diferenças entre jovens adultos criados por pais que tiveram relacionamentos homoafetivos, em comparação aos criados pela chamada “família biológica intacta”, uma família composta por mãe e pai heterossexuais e casados.

Regnerus (2012) aponta que filhos de famílias homoafetivas apresentam piores índices de saúde mental, maior incidência no uso de drogas, maior probabilidade de desenvolver depressão e de se envolver com atos criminosos. Dados como estes estão sendo utilizados pelo MMC para sustentação da defesa da “família natural” e legitimação de práticas discriminatórias contra outros modelos familiares, a partir de evidências científicas quanto aos malefícios da desestruturação familiar.

Esta é a mensagem que aparece no Texto 6 do Temário, o qual descreve como Alice e César se preocupam muito com a influência da agenda *woke* na educação de seus filhos Lucas e Ana, após as crianças retornarem da escola falando sobre pautas relacionadas à gênero e sexualidade. No texto, a agenda *woke* é responsabilizada pelo enfraquecimento dos valores familiares:

A Agenda *Woke* muitas vezes ridiculariza valores tradicionais, como o papel da família nuclear (pai, mãe e filhos) – tratando os pais como obstáculos ao progresso – ou ainda quanto a importância da religião. Em palestras escolares, pode-se ouvir que “famílias tradicionais são ultrapassadas” ou que “qualquer arranjo familiar é igual”. Para uma família conservadora, isso desvaloriza a base que sustenta sua visão de mundo, na qual a união entre homem e mulher é essencial para criar filhos com estabilidade emocional e moral. Essa crítica constante pode levar os filhos a

⁵² Em tradução livre: “Quão diferentes são os filhos adultos de pais que têm relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo? Resultados do Estudo das Novas Estruturas Familiares (ENEF)”.

desrespeitarem os pais ou a questionarem ensinamentos que antes eram sólidos (PL Mulher, 2025, p. 48).

Ainda no Texto 6, Alice e César decidem levar seus filhos para um dia de piquenique em família, como forma de reforçar os laços familiares. Neste contexto, a educação para os papéis de gênero aparece de forma sutil. A cena não demonstra apenas um momento de afeto e união familiar, mas também a reprodução, ainda que implícita, de expectativas sociais diferenciadas para meninos e meninas.

Enquanto as crianças brincavam, César contou histórias de sua infância, quando valores como respeito e trabalho eram o foco. Ana riu, desenhando flores no caderno, e Lucas jogou bola com o pai. Por um momento, a família sentiu esperança. Alice pensou: “Se conseguirmos proteger isso, vai valer a pena” (PL Mulher, 2025, p. 46).

A agenda *woke* é novamente apresentada como a grande responsável pelas tentativas de desconstrução dos valores familiares tradicionais, ao impactar famílias que prezam pela ética, pelo respeito e pela preparação para a vida prática. Na perspectiva do texto, as práticas promovidas pela agenda *woke* “apresentam riscos concretos para a estrutura familiar, pois interferem diretamente na formação das crianças e no papel dos pais” (PL Mulher, 2025, p. 49).

A Agenda *Woke* é um conjunto de ideias que promove mudanças radicais em temas como gênero, família e sociedade, muitas vezes em conflito com os valores tradicionais de uma família brasileira comum. Para uma família que valoriza a ética, o respeito e a preparação para a vida prática, essa agenda pode trazer impactos negativos significativos, especialmente no desenvolvimento moral e emocional de crianças e adolescentes (PL Mulher, 2025, p. 47).

Além da agenda *woke*, no Texto 11, o comunismo é responsabilizado explicitamente por introduzir a rejeição à instituição familiar na política, na cultura e nos meios acadêmicos, por enxergar na família um obstáculo para a sociedade coletivista. Nessa perspectiva “quanto mais fortalecida for a família [...] menos dependente é do Poder Público. Trata-se de um núcleo social extremamente poderoso para não ser desmantelado pela ação comunista!” (PL Mulher, 2025, p. 86).

Segundo o texto, uma família estruturada em valores tradicionais representa um obstáculo ao avanço do comunismo, pois garante a defesa da propriedade privada, da autonomia na educação dos filhos e da “livre iniciativa do pai trabalhador” (PL Mulher, 2025, p. 86). Essa visão extremamente restritiva e limitada sobre a família é, de fato, combatida pela perspectiva comunista, pois o objetivo é construir “uma nova forma de organização da vida social, uma sociedade emancipada da exploração do homem pelo homem” (Lessa, 2022, p. 14), o que implica a superação de um modelo social que sustenta a separação de determinadas atividades de reprodução social da vida coletiva, fazendo com que aqueles que as realizam permaneçam alienados daqueles que delas se beneficiam (Lessa, 2022).

A própria configuração da “família tradicional”, composta pelo homem provedor e a mulher submissa, mudou muito com o passar do tempo. Durante a primeira Guerra Mundial, a quantidade de força de trabalho masculina foi drasticamente reduzida, já que os homens foram convocados para o exército e as mulheres passaram a ocupar o lugar de provisão, inclusive em trabalhos nas fábricas, aumentando a proporção de mulheres economicamente ativas (Lessa, 2022; Saffioti, 2013).

Embora isso não tenha se mantido de maneira estável após o fim da guerra, a maior participação feminina na vida pública coletiva abriu possibilidades históricas para a

reivindicação de direitos políticos e igualdade de gênero, ainda que no interior do casamento monogâmico (Lessa, 2022).

Assim, no início do século XXI, a família tradicional burguesa heteropatriarcal não representava mais o modelo de organização familiar da maior parte das pessoas. Tornava-se possível – com todas as contradições e implicações políticas e culturais – formar famílias homoafetivas, famílias em que a mulher ocupa posições de trabalho formais, famílias compostas por pais ou mães solteiros, dentre outros arranjos familiares (Lessa, 2022).

É claro que este movimento não acontece livre de disputas ideológicas. A família tradicional é extremamente funcional e necessária para a manutenção e sobrevivência do sistema capitalista. Por isso, desde as décadas de 1980 e 1990, há esforços para o retorno ao modelo restritivo, apoiado em princípios conservadores, valorizando não apenas o casamento, mas principalmente a divisão dos papéis de gênero (Lessa, 2022).

Cabe ainda observar que, nas últimas décadas, a inserção das mulheres no trabalho formal, se deu em um momento marcado por taxas de desemprego elevadas e condições de trabalho cada vez mais precárias. Neste contexto, é um enorme privilégio a possibilidade de uma família contar com alguém que não precise se submeter ao trabalho assalariado, dedicando-se integralmente ao trabalho doméstico não remunerado.

Este é um dos motivos pelos quais torna-se cada vez menos atraente, para muitas mulheres, a perspectiva de se casar e ter filhos. Passa a ser necessário não apenas valorizar, mas também reconstruir o desejo pela maternidade como uma escolha significativa e reconhecida socialmente. É nesse contexto que emerge um importante eixo de organização para mulheres conservadoras: o debate em torno da natalidade.

3.3.2. Natalidade e aborto

A extrema-direita tem adotado o natalismo – ou seja, a defesa da reprodução humana – como uma bandeira política, ancorando-se em uma visão ultraconservadora de família⁵³. Esse posicionamento ganha força sobretudo com a inversão da pirâmide etária e suas implicações econômicas, trazendo à tona a necessidade de aumentar a taxa de fecundidade, bem como mudanças na previdência social (Almeida & Gomes, 2025).

No Temário do PAB, a pauta natalista aparece no Texto 9, no qual a adolescente Lidiane, uma amiga de Lucas, descobre que está grávida e sua mãe incentiva a realizar um aborto, dizendo: “você é uma criança e criança não é mãe. Vamos comprar um remedinho e resolver logo essa situação para que você não destrua a sua vida” (PL Mulher, 2025, p. 69).

A fala da personagem faz referência à Campanha “Criança Não É Mãe”, a qual conta com o apoio de diversos coletivos, entidades da sociedade civil e organizações – dentre elas, o Conselho Federal de Psicologia –, atuando em favor da proteção integral de crianças no Brasil, para que não passem por experiências de gravidez forçada. A campanha ficou mais conhecida em 2024, quando organizou ações coletivas direcionadas à derrubada do Projeto de Lei 1.904/2024, popularmente conhecido como PL do Estupro ou PL da gravidez infantil (Esquenazi & Marques, 2025), o qual propunha a criminalização de vítimas de violência sexual que realizavam abortos após a 22ª semana de gestação, equiparando-o ao crime de homicídio simples, passível de punição com reclusão de 6 a 20 anos (Criança Não É Mãe, 2026).

No Brasil, a interrupção da gravidez é legalmente permitida em três situações específicas: quando a gestação resulta de estupro, até a 22ª semana de gestação, quando há risco de vida para a gestante, em decorrência de condições de saúde pré-existentes e nos

⁵³ Em alguns países, a defesa da pauta natalista tem sido articulada pela extrema-direita como uma política eugenista, ligada principalmente ao combate de processos migratórios. Não vamos aprofundar esse tema aqui, pois ele não aparece dessa forma nos documentos analisados nesta pesquisa e, de modo geral, também não é tão central no contexto brasileiro. Maiores informações sobre este ponto estão disponíveis no episódio “Por que a ultradireita quer que você tenha mais filhos”, do *podcast* Café da Manhã, produzido pelo jornal Folha de São Paulo no *Spotify*. Disponível em: [Por que a ultradireita quer que você tenha mais filhos](#).

casos de anencefalia fetal. Nestes casos, o aborto é legal e deve ser assegurado o acesso integral aos serviços de saúde necessários, antes e após o procedimento (Ministério da Saúde, 2026).

Apesar disso, o campo conservador articula ações para tentar impedir a realização de aborto legal, por meio de projetos de lei que buscam restringir ainda mais as hipóteses legais e por pressões institucionais e sociais que dificultam o acesso das pessoas gestantes aos serviços de saúde.

Em 2020, no estado do Espírito Santo, uma menina de 10 anos engravidou após ser sistematicamente violentada pelo tio e foi assediada por conservadores instalados na porta do hospital onde o procedimento abortivo foi realizado e que também chamavam o médico responsável de “assassino”. Na ocasião, a então ministra Damares Alves teria agido para tentar impedir a interrupção da gravidez, mobilizando integrantes do ministério para acompanhar o caso e buscando alternativas para que o procedimento não fosse realizado, mesmo sendo legal e autorizado pela Justiça (Jiménez, 2020).

A oposição ao aborto por parte de grupos de mulheres conservadoras tem se traduzido na criação de movimentos organizados e cada vez mais articulados em torno da pauta da natalidade. O Movimento Mulheres Conservadoras, por exemplo, lidera a campanha Mulheres Pela Vida, que também conta com o apoio de Michelle Bolsonaro, e que se orienta pela defesa da vida desde a concepção. Essa campanha reúne diversas organizações privadas – como o *Brazil 4 Life International*⁵⁴, o Instituto Vida Maria⁵⁵ e a Casa Mãe⁵⁶, todos de orientação religiosa – que oferecem apoio psicossocial a gestantes e puérperas em situação de vulnerabilidade, incluindo mulheres cuja gravidez é decorrente de violência sexual. Tais organizações atuam como uma alternativa às clínicas de aborto, funcionando como clínicas

⁵⁴ Disponível em: [Brazil 4 Life International](#).

⁵⁵ Disponível em: [Instituto Vida Maria](#).

⁵⁶ Disponível em: [Casa Mãe](#).

pró-vida. Nesses locais, são oferecidos atendimentos psicológicos, orientação jurídica, assistência social e acompanhamento durante a gestação e no puerpério.

A ideia de defender a vida desde a concepção é o ponto de partida de grande parte das discussões sobre aborto e natalidade organizadas no campo do conservadorismo, partindo da premissa da inviolabilidade do direito à vida desde a fecundação. No âmbito legal, essa perspectiva deu origem à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 164/2012, que – apoiando-se na falsa equivalência entre embrião, feto e pessoa – propunha não apenas acabar com as situações que garantem o aborto já previstas em lei, como também inviabilizar procedimentos de fertilização *in vitro* e pesquisas com utilização de células-tronco (Esquenazi & Marques, 2025).

A ideia de inviolabilidade do direito à vida aparece no Texto 9, no qual a vida humana é apresentada como o bem mais precioso da sociedade e a prática do aborto é equiparada às práticas nazistas. Afirma-se que considerar a vida da mulher como mais importante do que a vida de um bebê é a mesma coisa que diminuir “o valor da pessoa com deficiência porque ela não consegue entregar os mesmos resultados do que uma pessoa sem deficiência” (PL Mulher, 2025, p. 71).

Parece algo que Hitler pensaria, não é mesmo? O ser humano tem valor intrínseco, ou seja, ele vale por aquilo que é, sem precisar fazer atividade alguma para demonstrar seu valor. Assim é salvaguardada sua dignidade. Será que queremos selecionar quem pode ou não viver, deteriorando nossa família humana como Hitler fez? (PL Mulher, 2025, p. 72).

Como discutimos nos tópicos anteriores, a capacidade reprodutiva da mulher é definida como principal fator de estruturação da identidade feminina.

De acordo com os dados demográficos de 2024 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil está passando por um processo de diminuição do número de

nascimentos, ao mesmo tempo em que a proporção de idosos quase duplicou. Considera-se que o número de nascimentos necessário para a manutenção da população é de 2,1 filhos por mulher. A taxa de fecundidade brasileira caiu de 2,32 filhos para 1,57 filhos por mulher entre 2000 e 2023 (Almeida & Gomes, 2025).

A diminuição da taxa de fecundidade é um fenômeno mundial e multifatorial, resultante de transformações econômicas, sociais e culturais. De forma geral, pode-se elencar como algumas das principais razões: a ampliação das possibilidades de planejamento familiar, o maior acesso da população a métodos contraceptivos, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a busca por maior qualificação profissional. Além disso, considera-se a insuficiência de políticas públicas de apoio à maternidade e à infância, além do elevado custo de criação e manutenção dos filhos (Almeida & Gomes, 2025).

Como demonstramos anteriormente, as mulheres não foram sempre subordinadas à autoridade masculina e cerceadas em sua liberdade sexual. Houve momentos na história em que a mulher tinha domínio sobre seu próprio corpo e sua capacidade reprodutiva. Desde a Idade Média, as mulheres desenvolveram e utilizaram métodos contraceptivos, como poções e supositórios vaginais que podiam estimular a menstruação, provocar aborto ou induzir a esterilidade (Federici, 2023).

Segundo Federici (2023), a formação da pauta natalista começou a se delinear durante a crise populacional europeia entre os séculos XVI e XVII. Nesse período, a regulação da procriação tornou-se uma função do Estado.

[...] não pode ser apenas coincidência que, no momento em que os índices populacionais caíam e em que se formava uma ideologia que enfatizava a centralidade do trabalho na vida econômica, tenham se introduzido nos códigos legais europeus sanções severas, destinadas a castigar mulheres consideradas culpadas de crimes reprodutivos (Federici, 2023, p. 178).

Entretanto, a necessidade de aumentar a população levou à adoção de medidas pró-natalistas, visando principalmente o crescimento da força de trabalho. Em um primeiro momento, essas medidas se materializaram por meio do aparato jurídico. Foram criadas leis que concediam remuneração ao casamento e penalizavam o celibato. Este período também inaugurou o “início dos processos de registro demográfico e da intervenção estatal na sexualidade, procriação e vida familiar” (Federici, 2023, p. 181).

Posteriormente, as medidas de regulação da natalidade se tornaram mais severas, sendo decretada uma espécie de guerra contra as mulheres, com o objetivo de retirar o controle que elas possuíam sobre a reprodução, demonizando qualquer forma de controle de natalidade e de sexualidade não procriativa” (Federici, 2023, p. 182).

As medidas para garantir que as mulheres não interrompessem a gravidez foram se tornando cada vez mais severas e, gradativamente, os corpos femininos foram sendo transformados em instrumento para a reprodução da força de trabalho (Federici, 2023).

Como observa Federici (2023), embora a procriação seja um processo biológico, ela não é um processo meramente natural. Se o corpo feminino assume, no desenvolvimento capitalista, a função de uma máquina produtora de novos trabalhadores, a possibilidade de que as mulheres entrem em greve contra a produção de crianças torna inviável a própria reprodução do sistema. O controle (ou não) da natalidade expressa o conflito entre, de um lado, a necessidade social do capital de regular a reprodução e, de outro, a possibilidade das mulheres de se apropriarem dessa capacidade como decisão própria.

No texto 11, o “dom” de gerar vida é apresentado como parte da experiência que constitui a identidade feminina. Nele, Alice conversa com sua filha Ana sobre a maneira como compreende a maternidade e a família, como escolhas dotadas de significado e valor. Ao relatar sua própria trajetória, marcada inicialmente por discursos que rejeitavam o casamento e a maternidade, Alice demonstra uma mudança de perspectiva, passando a

enxergar aquelas dimensões como fundamentais para sua realização pessoal como mulher. As “ideologias socialistas” são novamente evocadas como responsáveis pela desvalorização e demonização da maternidade e da família:

As falácias apontam que o Comunismo combate a instituição “família” e a ordem social contra machismo, patriarcado, misoginia, submissão e exploração da mulher. Todos esses pontos devem ser combatidos, de fato. Mas você já reparou com atenção na alternativa que o Comunismo oferece a mulher ao dizer que combate tais pontos? Basicamente, concebe e valorização a mulher apenas como um ser que precisa ser qualificado para o mercado de trabalho – preferencialmente, sem família, pois esta tomaria seu tempo de estar no mercado! Como reduzir a mulher a tão pouco! Um mero instrumento laboral! (PL Mulher, 2025, p. 86).

Apesar da distorção presente no argumento, ele parte de algum reconhecimento – ainda que limitado, contraditório e acrítico – de que a maternidade constitui, de fato, uma forma de trabalho, embora seja naturalizada como expressão “inerente” da condição feminina. Como já demonstramos, não foi o comunismo o responsável pela transformação das mulheres em instrumentos de trabalho. Ao contrário disso, foi no processo de desenvolvimento do capitalismo que os corpos femininos foram expropriados e convertidos em máquinas de produção de mão de obra (Federici, 2023).

Nesse sentido, compreender a maternidade como trabalho abre caminho para questionar as bases materiais que sustentam a divisão sexual do trabalho e as formas pelas quais o sistema capitalista se apropria não apenas da força de trabalho produtiva, mas também das atividades de reprodução social.

3.3.3. Síntese

A categoria “Família” no Temário do PAB aparece como um dos pilares centrais de organização da vida social, sendo apresentada não apenas como um espaço de afeto e proteção, mas como fundamento moral e político da sociedade. Essa centralidade se constrói a partir da naturalização de um modelo familiar específico: a família monogâmica heteropatriarcal, apresentada como tradicional, natural, universal e atemporal, apesar de seu caráter histórico.

O documento define esse modelo como o único capaz de garantir ordem e estabilidade, delimitando papéis rígidos para homens e mulheres e reforçando a divisão sexual do trabalho, sendo a mulher responsável pela reprodução e pelo cuidado. Além disso, a criação de ameaças externas, como a “agenda *woke*” ou o comunismo, mobilizadas a partir do pânico moral, produz um senso de urgência em torno da defesa da família.

Nesse contexto, a pauta da natalidade e a oposição ao aborto reforçam a centralidade da função reprodutiva feminina, associando a maternidade a um dever moral e social. Assim, mais do que um espaço de organização da vida, a família é construída como um ideal normativo que orienta comportamentos e sustenta uma determinada ordem social, limitando o reconhecimento de outras formas de existir e se relacionar, além de retirar direitos sociais e manter as mulheres na posição de auxiliadoras.

3.4. Trabalho

Nos tópicos anteriores, discutimos sobre a forma como a categoria Mulher é mobilizada no Temário do PAB, tanto por meio do combate à “ideologia de gênero” quanto pela construção de uma identidade política específica para as mulheres conservadoras, evidenciando a articulação entre os papéis de gênero e a valorização da feminilidade tradicional.

Posteriormente, analisamos como a categoria Família se insere como um desdobramento das formulações sobre Mulher. Afinal, a definição do que é ser mulher está profundamente vinculada ao lugar que ela ocupa no interior da estrutura familiar, especialmente enquanto mãe, esposa e responsável pelo cuidado e pela reprodução social da vida. Nesse sentido, a mobilização da categoria Família no Temário se articula à defesa do modelo familiar monogâmico heteropatriarcal.

Tanto a categoria Mulher, quanto a categoria Família devem ser articuladas com a categoria Trabalho. Mesmo quando este não aparece explicitamente, há noções sobre papel e função social da Mulher ou da Família, que estão diretamente relacionadas com o Trabalho. A identidade política feminina é construída, primordialmente, a partir de seu lugar enquanto trabalhadora, ainda que seu trabalho seja frequentemente naturalizado ou invisibilizado.

3.4.1. Trabalho feminino

No Texto 1, Alice e Carlos (personagem que, nos outros textos, se chama César) são apresentados como um casal que trabalha arduamente para garantir o sustento da família. Eles enfrentam o aumento da inflação e, conseqüentemente, a perda do poder de compra e diminuição do acesso a serviços de saúde, educação e transporte de qualidade, questões que também aparecem nos Textos 3 e 4. Em todos os textos, o trabalho é caracterizado como uma atividade marcada por esforço e dificuldades: exige acordar mais cedo do que o desejado e lidar com um transporte público lotado, caro e escasso. Nos dois últimos textos, destaca-se também uma discussão sobre os impactos do aumento da carga tributária no cotidiano das famílias brasileiras, apresentada como um “peso invisível” que prejudica a vida familiar (PL Mulher, 2025).

Alice e sua família pertencem à classe trabalhadora. As dificuldades enfrentadas ao longo dos textos estão diretamente ligadas com questões específicas da população que

depende da venda de sua força de trabalho, em troca de um salário, como condição fundamental para garantir a própria sobrevivência (Antunes, 2009). O documento do PAB sabe articular muito bem os problemas concretos da realidade brasileira para gerar identificações nas leitoras.

O trabalho é a categoria fundante do ser social e base da historicidade humana. O ser humano é produto social e histórico de sua atividade em constante transformação. A realização de um intercâmbio com a natureza, apropriando-se dela de forma consciente para satisfazer necessidades humanas, constitui o processo de trabalho. Ao transformar a natureza, o ser humano também transforma a si mesmo, desenvolvendo conhecimentos, habilidades e ampliando o horizonte da vida humana (Lessa, 2015; Lukács, 2013).

Com o desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho, surgem formas mais complexas de organização social. Nos modos de produção anteriores ao capitalismo, a produção estava voltada sobretudo à satisfação de necessidades imediatas. Com o advento do capitalismo, o trabalho passou a assumir uma forma específica, mediada pelo salário e orientada pela valorização do capital, possibilitando a extração de mais-valia, fundamento do lucro e da acumulação capitalista (Lessa, 2015; Resende, 2023).

Em uma perspectiva histórica, o trabalho também passou por uma divisão sexual, isto é, uma separação entre as atividades masculinas e femininas. Com a propriedade privada, aos homens foi atribuído o trabalho produtivo, enquanto às mulheres coube o trabalho reprodutivo, que abarca as atividades indispensáveis à manutenção da vida (Antunes, 2009; Kergoat, 2009).

Durante o processo histórico que subordinou as mulheres à realização do trabalho doméstico, houve um avanço significativo quando elas conquistaram acesso à educação, à formação acadêmica e ao exercício profissional. Contudo, como argumenta Antunes (2009),

esse processo configura apenas uma emancipação parcial da socialização feminina na sociedade de classes.

Ademais, Saffioti (2013, p. 61) destaca que as mulheres “das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços” sempre trabalharam, pois a subsistência de suas famílias dependia disso. O próprio desenvolvimento do capitalismo torna insustentável o modelo da “família tradicional” – no qual o homem assume o papel de provedor e a mulher, uma posição submissa –, pois as exigências materiais demandam que todos os membros da família contribuam para a composição da renda familiar.

No Texto 5, Alice é apresentada como uma mulher que enfrenta uma dupla jornada de trabalho: além de ser responsável pelos cuidados com a casa e os filhos, ela também atua profissionalmente como auxiliar administrativa em uma escola do bairro. Sua figura é construída a partir do estereótipo da mulher batalhadora e guerreira, que concilia as demandas do trabalho doméstico e de um trabalho formal remunerado (Galetti & Wardi, 2025). Essa representação dialoga com a realidade da maior parte das mulheres brasileiras e, principalmente, com o público-alvo do PAB.

Quando nos debruçamos sobre a ampliação do trabalho feminino, deve-se considerar duas principais implicações. Primeiramente, o trabalho feminino é mais precarizado, pois, geralmente, mulheres exercem trabalhos informais, com desníveis salariais em relação aos homens e jornadas de trabalho mais prolongadas. Mesmo quando exercem trabalhos formais, as mulheres são subvalorizadas e colocadas em posições periféricas no sistema de produção (Antunes, 2009; Saffioti, 2013).

Em segundo lugar, a inserção da mulher no mercado de trabalho não implicou sua redução ou desocupação das atividades domésticas não remuneradas. Isso significa que a mulher trabalhadora passou a desempenhar múltiplas jornadas de trabalho, atuando tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo (Antunes, 2009). Mesmo em arranjos familiares nos

quais homens e mulheres exercem atividades fora de casa e compartilham, em alguma medida, as tarefas domésticas, persiste uma desigualdade significativa na distribuição desse trabalho, pois “o tempo dedicado por mulheres aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, em média, é de 21,3 horas por semana, enquanto os homens dedicam às mesmas tarefas apenas 10,9 horas” (Martins, Ferreira & Costa, 2024, p. 79).

No *website* do Movimento Mulheres Conservadoras, há uma matéria intitulada “*É possível ser ‘bela, recatada e do lar’ e trabalhar fora?*”. A pergunta é respondida afirmativamente, e utiliza a figura de Cristina Junqueira, cofundadora do Nubank, como exemplo de mulher que consegue administrar uma carreira profissional e, ao mesmo tempo, se dedicar à maternidade e à família (Mulheres Conservadoras, 2024).

Assim como Cristina, milhares de mulheres no mundo escolheram viver as duas opções de forma distinta: ser mãe e mulher de negócios. Tarefa fácil, sabemos que não é. Ao sonhar, pensar, planejar e realizar é preciso fazer as contas do que pode sair dos trilhos, deixar pronto os planos, B, C, D etc, ver o que é prioridade. O que realmente importa e que de fato move o nosso coração (Mulheres Conservadoras, 2024).

Ao contrário do que é apresentado na matéria, não é como se as mulheres tomassem a decisão livre e espontânea de se dedicarem a múltiplas jornadas de trabalho. Segundo dados do último censo do IBGE, as mulheres representam 52,8% da força de trabalho que está trabalhando ou procurando emprego —, um número consideravelmente inferior ao dos homens, que representam 72,6%. As mulheres são a grande maioria no trabalho doméstico: representam 82,7% das pessoas com carteira assinada e 90% das que trabalham sem carteira assinada em atividades domésticas (Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, 2025).

Chega a ser cômico, embora trágico, que a base comparativa seja a terceira mulher mais rica do Brasil, com patrimônio acumulado de 9,9 bilhões de reais (IstoÉ Dinheiro, 2026). Como se fosse possível para a maioria das mulheres brasileiras que se desdobram

entre cuidar dos filhos, cumprir os afazeres domésticos, trabalhar fora e enfrentar todo o contexto de precarização e desvalorização atingirem o mesmo patamar de vida de Cristina Junqueira.

Além disso, é pouco provável que Cristina Junqueira – na posição de bilionária – seja responsável pela realização do trabalho doméstico. Ao contrário, é mais plausível que esse trabalho seja desempenhado por outras mulheres contratadas, como empregadas domésticas, mais pobres e em condições mais precárias.

O Texto 7 não trata especificamente do trabalho feminino, mas aborda a situação do trabalho de forma mais ampla. Nele, Lucas, filho de Alice e César, está passando por um dilema em sua escolha profissional: ingressar em uma faculdade ou realizar um curso técnico. Observa-se no texto um incentivo à escolha de formações técnicas em detrimento do ensino superior, sob a justificativa de promover o aumento da produtividade nacional. A defesa e o incentivo ao ensino técnico aparecem como forma de contornar a suposta doutrinação de esquerda das universidades públicas, especialmente nas Ciências Humanas.

Apesar dessa situação ser discutida a partir do trabalho de Lucas, o incentivo ao ensino técnico também aparece no Texto 5. Nele, são destacados alguns dos desafios enfrentados por mulheres que vivenciam a realidade de dupla jornada, assim como Alice. Evidencia-se que embora muitas mulheres tenham o desejo de investir nos estudos e desenvolver suas carreiras profissionais, encontram barreiras como a insuficiência de políticas públicas de apoio à maternidade, o acesso limitado a uma educação de qualidade e a má gestão de recursos públicos, atribuída, no texto, a “políticos corruptos”. O resultado disso seria, nessa perspectiva, um cenário marcado por “mulheres desempregadas, salários baixos e filhos sem perspectiva” (PL Mulher, 2025, p. 41).

Esse atraso brasileiro em formar profissionais capacitados não é por acaso. É fruto de políticas públicas que priorizam interesses de poucos em vez de educação de

qualidade e treinamento para o mercado atual. Enquanto países como Coreia do Sul cresceram investindo em ensino técnico, aqui a corrupção engole o dinheiro dos impostos – superfaturando obras inúteis, enchendo bolsos de quem já tem muito ou, até mesmo, investindo em um ensino superior com a única finalidade de doutrinar (PL Mulher, 2025, p. 41).

Embora, em uma primeira leitura, o texto pareça incentivar uma ampliação da presença feminina no mercado de trabalho, o estímulo é feito para o campo técnico-profissionalizante. Isso indica uma possível tentativa de manter as mulheres em ocupações de menor qualificação, fazendo com que, mesmo atuando profissionalmente, continuem conciliando suas funções com as responsabilidades domésticas e a maternidade. Essa perspectiva se evidencia quando observamos que o texto não defende políticas públicas voltadas à socialização do trabalho doméstico, mas medidas que priorizam a conciliação trabalho-família, conforme apontado no Texto 11.

A manutenção das mulheres em posições de trabalhos subalternos, condicionando-as a ocupar posições que dificultam sua ascensão social, é um dos fatores de contribuição para o empobrecimento feminino. Este cenário é ainda mais fragmentado quando nos voltamos para as diferenças entre experiências de mulheres brancas e negras, pois estas ainda ocupam posições distintas no mercado de trabalho, refletindo uma hierarquia socioeconômica marcada pela racialização do trabalho (Escorsim, 2024; Santos, 2025).

Esse contexto mantém heranças do período escravocrata e colonial, no qual populações não brancas foram submetidas, de maneira muito violenta, a funções servis. O mercado de trabalho feminino continua polarizado e dividido, com mulheres brancas ocupando funções “executivas, profissionais intelectuais de nível superior”, enquanto mulheres negras são submetidas aos “setores tradicionalmente femininos, como empregadas

domésticas e diaristas, setor público de saúde, educação primária, prestação de serviços e sobretudo, profissionais do trabalho de cuidado” (Santos, 2025, p. 45).

De modo geral, embora muitas mulheres alcancem cargos de liderança, exerçam diferentes profissões ou conquistem certa independência financeira, essas conquistas frequentemente ainda dependem da conciliação com o trabalho doméstico (Santos, 2025; Souza & Bezerra, 2024).

Independentemente do caso, o mais relevante é que o trabalho reprodutivo é necessário para a existência do sistema capitalista, pois não é possível que exista trabalho remunerado sem que alguém assuma as “tarefas domésticas, educação dos filhos, escolaridade, cuidados afetivos e uma série de outras atividades que servem para produzir nova geração de trabalhadores e substituir os existentes” (Fraser, 2023, p. 49).

3.4.2. Maternidade e trabalho

Até aqui, analisamos como a identidade da mulher conservadora é construída a partir de uma série de determinações sociais, culturais e ideológicas que, em conjunto, moldam sua representação e seu papel na sociedade. Entre esses elementos, como já foi afirmado, a maternidade não apenas é reivindicada como parte central da identidade, mas é exaltada.

Embora a pauta da maternidade como elemento estruturante esteja ligada com a natalidade, estamos realizando uma separação entre a discussão sobre estes dois tópicos por dois motivos principais. Primeiramente, a natalidade não envolve apenas o papel da mulher, mas sim uma série de outras determinações, como as condições materiais de vida, as relações de trabalho, o acesso a políticas públicas, as transformações culturais e os projetos societários em disputa.

Em segundo lugar, a maternidade, enquanto experiência social e histórica, possui determinações próprias que dizem respeito às formas de cuidado e à responsabilização socialmente atribuída às mulheres. Não há menções, nos textos do PAB, ao exercício da

paternidade em equiparação à função materna, demonstrando uma assimetria na atribuição das responsabilidades. Nesse sentido, a partir do nascimento, a função de cuidar, educar e criar é, de forma implícita, naturalizada como atribuição quase exclusiva da mulher.

Ao longo dos textos do Temário, as mulheres são chamadas à mobilização política a partir de atributos associados à maternidade, como o carinho, a sensibilidade e o cuidado. Sua participação na esfera pública deve se dar por meio dessas qualidades consideradas “naturais”. No âmbito da política partidária, existe uma frequente associação de que as mulheres podem ser “boas políticas” caso sejam, primeiramente, “boas mães” (Galetti & Wardi, 2025). Ao associar o engajamento político das mulheres à lógica do cuidado, é reforçada uma divisão simbólica que mantém os homens vinculados à racionalidade e ao poder decisório, enquanto às mulheres cabe a função de humanizar a política pelas emoções e pelo cuidado.

A figura da “boa mãe” aparece, no Temário, articulada à figura da “mulher de bem”. Segundo Galetti e Wardi (2025), a instrumentalização da maternidade na política posiciona a figura materna como guardiã da moral na guerra cultural da extrema-direita, responsável por educar os filhos e protegê-los contra as ameaças e inimigos simbólicos que, no caso do documento, são representados principalmente pela ideologia *woke*, o feminismo e o comunismo. Isso fica claro no Texto 11, no qual Alice declara que “o trabalho mais nobre e difícil do ser humano é formar bem outro ser humano” (PL Mulher, 2025, p. 85), ressaltando a dimensão educativa exercida pelas mães.

Nesse contexto, a mãe é a figura responsável pela socialização moral da família e pelo sucesso ou fracasso dos filhos. A maternidade deixa de ser uma experiência privada e passa a ser concebida como um dever político e moral, no qual a mulher deve assegurar a reprodução dos valores conservadores.

O Texto 9⁵⁷ afirma que as mulheres foram agraciadas com a “dádiva de exercer a mais valiosa atividade de todas, à qual nenhum emprego no mundo se equipara – a maternidade” (PL Mulher, 2025, p. 70). Existe nos textos algum reconhecimento da maternidade enquanto um trabalho, ainda que de forma acrítica. Esse ponto é abordado de uma forma mais contundente no Texto 11, enquanto Alice conversa com Ana sobre o valor da maternidade e do trabalho doméstico:

Quando Lucas nasceu, eu parei de trabalhar. Só retornei quando você já tinha 3 anos e foi para a creche. Foram incontáveis críticas ao seu pai, minha filha, porque ele precisava trabalhar muito para que eu estivesse disponível para cuidar de vocês. E eu então, nem se fala! Escutei de tudo... Mas o mais comum era assim: “por que você não trabalha?” E eu sempre perguntava um tanto brava: “como assim não trabalho?!!!!” (PL Mulher, 2025, p. 85).

Esse trecho evidencia uma contradição recorrente na percepção da maternidade e do trabalho feminino: embora o cuidado doméstico e materno exija dedicação integral, não é socialmente reconhecido como trabalho. Nesse sentido, quando Alice afirma que foi necessário “parar de trabalhar” para exercer a maternidade, ela revela a desvalorização das atividades reprodutivas, vistas como inatividade, mesmo demandando esforço, responsabilidade, tempo e dinheiro.

Embora a maternidade seja exaltada nos textos como uma missão nobre, uma dádiva ou um dom, ocupando um lugar quase transcendental na experiência feminina, há uma ausência de reconhecimento das implicações materiais para a vida das mulheres. Fala-se muito sobre o quanto a vida é importante e deve ser valorizada, mas não se considera a vida das próprias mulheres-mães, o impacto em sua inserção e permanência no mercado de trabalho, tampouco a sobrecarga de tarefas domésticas e de cuidado.

⁵⁷ Não incluímos o Texto 9 como parte da categoria Trabalho pois esta não é a categoria central deste texto, a não ser por esta única citação.

Apesar da participação das mulheres no mercado de trabalho ter passado por grandes avanços, a condição de mãe ainda representa um fator de desvantagem significativa. Muitas vezes, mulheres com filhos são preteridas em processos seletivos ou vistas como menos produtivas, devido à suposição de que terão maior nível de ausências ou menor dedicação ao trabalho, evidenciando a penalização associada à maternidade, que não se aplica da mesma forma aos homens, para os quais a paternidade tende a ser interpretada como sinal de responsabilidade e estabilidade (Damaceno, Amaral & Marciano, 2025).

Este cenário leva muitas mulheres a interromperem suas carreiras ou aceitarem empregos mais precários e mal remunerados, comprometendo sua independência financeira. Essa situação se agrava quando não há rede de apoio ou políticas sociais que favoreçam a conciliação entre trabalho e família. Dessa forma, a maternidade, longe de ser apenas uma experiência afetiva, é um fator de vulnerabilidade social e econômica (Damaceno, Amaral & Marciano, 2025).

Nesse sentido, o exercício da maternidade não deve considerar apenas a esfera afetiva, desconsiderando a dimensão econômica. É fundamental considerar que estruturas sociais desiguais exercem grande poder sobre a distribuição assimétrica dos custos e responsabilidades da reprodução da vida.

3.4.3. Síntese

A análise da categoria Trabalho no Temário do PAB evidencia que, embora o documento mobilize elementos concretos da realidade da classe trabalhadora para produzir identificação com seu público, o faz a partir de uma leitura que não questiona as determinações estruturais do capitalismo nem as formas de exploração que o sustentam. O trabalho aparece como esforço individual, marcado por dificuldades cotidianas, mas desvinculado de uma crítica às relações sociais que produzem as condições de desigualdade.

No que se refere ao trabalho feminino, o documento reafirma uma divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres são incentivadas a conciliar múltiplas jornadas, mantendo-se responsáveis pelo trabalho doméstico mesmo quando inseridas no mercado formal. A maternidade é simultaneamente valorizada como missão, mas desconsiderada em suas implicações materiais, mobilizada como fundamento da identidade feminina. Ainda que exista, em alguns momentos, o reconhecimento da sobrecarga e das dificuldades enfrentadas, não se problematizam as raízes históricas e as condições econômicas.

Dessa forma, o Temário articula a categoria Trabalho defendendo uma conciliação ideológica entre a necessidade de inserção feminina no mercado de trabalho formal e a manutenção de papéis tradicionais. Nesse sentido, o documento acaba reforçando uma perspectiva que naturaliza a sobrecarga do trabalho feminino e desloca para o âmbito moral e individual questões que são, fundamentalmente, históricas.

3.5. Conclusões gerais: a ideologia do PL Mulher

A análise das categorias Mulher, Família e Trabalho nos permitiu compreender como o PL Mulher reproduz projetos ideológicos mais amplos. Nesse sentido, a atuação do partido se insere em uma perspectiva que, embora se apresente como promotora da valorização e representatividade política feminina, opera fundamentalmente na manutenção de relações sociais desiguais historicamente estabelecidas.

Em primeiro lugar, no que se refere à categoria Mulher, observamos que os discursos e práticas do PL Mulher tendem a reforçar papéis tradicionais de gênero. A criação da identidade política das Alicerçadas, que valoriza a mulher a partir da feminilidade e da vinculação à sua função no âmbito privado, especialmente como mãe, esposa e cuidadora, contribui para a manutenção das relações sociais de dominação.

Ao invés de questionar as estruturas que produzem desigualdades de gênero, o posicionamento do PL Mulher limita a autonomia feminina e contribui para a perpetuação de hierarquias históricas entre homens e mulheres. A aparente valorização da mulher funciona, na verdade, como um mecanismo de conservação da ordem social vigente.

No que diz respeito à categoria Família, a adoção de uma concepção familiar normativa e restrita, centrada no modelo tradicional heteropatriarcal, atua como pilar ideológico de sustentação da ordem social, naturalizando relações de autoridade e subordinação no interior da família. Ao defender esse modelo como o único legítimo, o PL Mulher promove uma invalidação de outras formas de organização familiar, bem como reforça estruturas conservadoras que contribuem para a estabilidade das relações de poder existentes.

Como vimos, a defesa da família tradicional heteropatriarcal é extremamente útil para a manutenção do capitalismo, pois é no interior da família que se organiza e se naturaliza a divisão sexual do trabalho, garantindo que uma parcela significativa das atividades indispensáveis à reprodução da vida – como o cuidado, a educação dos filhos e a manutenção do lar – seja realizada de forma não remunerada, majoritariamente pelas mulheres, assegurando a reprodução da força de trabalho.

Na categoria Trabalho, a ideologia do PL Mulher se articula diretamente com a manutenção do capitalismo. Embora incentive a participação das mulheres no mercado, isso ocorre sem questionar as condições de exploração e precarização que estruturam a participação feminina no trabalho. Mais do que isso, o documento do PAB defende a conciliação entre a inserção no trabalho formal com a permanência das responsabilidades tradicionais atribuídas às mulheres, como a maternidade, o cuidado e o trabalho doméstico. Assim, o PL Mulher acaba reforçando a realidade de múltiplas jornadas de trabalho, bastante

comum nas famílias brasileiras, e a manutenção das mulheres no trabalho doméstico não remunerado, pilar da reprodução social.

A ideologia do PL Mulher converge para um alinhamento com aspectos neofascistas. Isso se manifesta, na valorização de uma ordem social rígida, na exaltação de valores tradicionais e na rejeição de perspectivas críticas que buscam ampliar direitos e questionar desigualdades, representada principalmente pelo combate à ideologia de gênero e ao comunismo.

Além disso, a convocação das mulheres à participação social e à mobilização política ativa – por meio da atuação em rede, da ampliação da participação nas instâncias representativas da sociedade civil, do desenvolvimento de uma pretensa consciência política e da tentativa de criação de comunidade – intenciona a mobilização das massas. A massificação das mulheres no campo conservador também tem se dado por meio da utilização da tecnologia, principalmente dos canais oficiais de comunicação do PL Mulher.

Nossa crítica do PAB revela uma ideologia que ataca mulheres, mas, ao mesmo tempo, é inegável que o setorial vem crescendo. Como explicar esse crescimento, apesar de ser uma ideologia retrógrada e que, ao fim e ao cabo, é desfavorável para mulheres?

O PL Mulher, por meio do Projeto Alicerça Brasil, aparenta dialogar com as camadas populares ao expor situações concretas que afetam diretamente a vida familiar e a qualidade de vida. O PAB se conecta com insatisfações reais da população, como a incerteza em relação ao futuro, a perda de direitos que deveriam ser assegurados, o desemprego persistente e a precariedade no acesso a serviços públicos de qualidade. Como já destacado, essas questões são legítimas, concretas e amplamente vivenciadas pelas famílias brasileiras e o PAB dá respostas e explicações para estes problemas.

No entanto, em vez de direcionar esse descontentamento para suas causas estruturais – ou seja, próprio sistema capitalista –, o PAB fabrica inimigos políticos a serem combatidos

e indica meios para enfrentá-los. Nesse sentido, o caráter reacionário do PL Mulher se manifesta especialmente por meio de uma retórica antissistêmica, que não nega a existência de uma crise e da deterioração das condições sociais, colocando-se contra uma suposta ideologia responsável pelo fracasso do país.

É importante observar que, embora o partido e o projeto analisados sejam claramente ideológicos, o documento do PAB tenta passar a ideia de que está acima de qualquer ideologia. Nele, os “ideológicos” seriam sempre os outros: os comunistas, os esquerdistas, as feministas ou defensores da “agenda *woke*”.

Martín-Baró (1994) chama a atenção para o fato de que, no campo político, é comum que os atores neguem suas próprias intenções e pretensões ideológicas, tentando se colocar como neutros ou acima de interesses específicos. Por isso, é importante não se deixar enganar por essa neutralidade aparente. O PL Mulher tem um objetivo bem definido: defender os interesses de um grupo social específico, que não é a classe trabalhadora, embora esta seja instrumentalizada ao longo de todo o documento que analisamos.

Não podemos afirmar que todas as participantes do PAB são fascistas, mas consideramos que a instrumentalização das mulheres no meio das políticas conservadoras, especialmente no âmbito do PL Mulher, possui fortes características de fascistização. O discurso do partido tende a simplificar conflitos sociais complexos, de forma muito pragmática, atribuindo-lhes soluções baseadas na moralidade e na autoridade, características típicas de projetos políticos autoritários de tipo fascista. Dessa forma, o PL Mulher contribui para a difusão de uma ideologia que, sob a aparência de defesa de valores sociais, reforça práticas excludentes, preconceituosas e opressoras.

Dessa maneira, nossa análise evidencia que o PL Mulher não apenas atua no campo da representação feminina, mas também desempenha um papel relevante na reprodução de estruturas sociais e econômicas mais amplas. Ao articular Mulher, Família e Trabalho sob a

perspectiva conservadora, sua ideologia contribui para a manutenção das relações de dominação, para a reprodução do capitalismo e para o fortalecimento de tendências neofascistas na sociedade contemporânea.

Considerações finais

Esta pesquisa, situada no campo da Psicologia Política, teve como objetivo investigar a participação de mulheres na construção e na perpetuação de movimentos conservadores e de extrema-direita. Para tanto, buscamos analisar a visão de mundo e as principais reivindicações que aparecem em ideologias de um movimento conservador, o PL Mulher.

Nossa intenção não foi a de compreender os motivos individuais pelos quais as mulheres participam de movimentos cerceadores de sua própria liberdade, mas identificar os eixos constitutivos que compõem a ideologia do PL Mulher, sem deixar de analisar os processos políticos, econômicos, históricos e sociais da totalidade social. Trata-se de uma análise de Psicologia Política orientada pelo marxismo.

O Capítulo 1 consistiu em um estudo aprofundado sobre a Psicologia Política, considerando que o campo possui diversas vertentes. Iniciamos o capítulo elencando alguns desafios teórico-metodológicos para a definição da Psicologia Política, que se deu por meio da identificação de seu objeto de estudo, das diferentes raízes históricas sobre a consolidação do campo, da interlocução entre Psicologia e Política e de seu projeto ético-político.

Posteriormente, vimos como a Psicologia Política latino-americana surgiu como uma produção situada, em ruptura com tradições hegemônicas e que dialoga diretamente com a história do continente e com os dilemas de seus povos, orientada por teorias críticas, como o marxismo. Sua característica mais marcante é o seu paradigma de transformação social, que configura um verdadeiro giro político no campo.

Entretanto, vimos que, ao longo de seu desenvolvimento, a Psicologia Política latino-americana foi atravessada por correntes pós-estruturalistas e pós-modernas, adotando diversos princípios teóricos e metodológicos, como as teorias socioconstrucionistas e as correntes discursivas, perdendo seu horizonte de transformação radical da realidade e de superação da ordem capitalista.

Diante dessa consideração, defendemos uma Psicologia Política que, em diálogo com o Marxismo, rompe com perspectivas psychologizantes, fragmentadas e anti-dialéticas. Para tanto, nos esforçamos muito para que nossas análises fossem orientadas por teorizações e leituras históricas, totalizantes e politicamente direcionadas para o horizonte de transformação social, por isso a escolha por referenciais teóricos que se orientassem pelo

marxismo. Além disso, nos preocupamos em compreender o nosso objeto de estudo sem recorrermos unicamente à Psicologia como ciência capaz de explicar a verdade sobre o mundo, valendo-nos do diálogo com outros campos do saber para a construção da pesquisa.

O Capítulo 2 teve início com um estudo sobre o conservadorismo e suas raízes históricas. Passamos pelo surgimento do pensamento conservador, indo de seu período clássico até o seu desenvolvimento para a contemporaneidade, explicitando também as interlocuções e diferenças entre o conservadorismo e o fascismo.

Depois, à guisa de compreendermos a conjuntura política brasileira atual – momento no qual movimentos antidemocráticos têm emergido com muita força –, fizemos um estudo da crise estrutural do capital enquanto o momento de crise profunda em todas as dimensões do capitalismo. Vimos que, sob ameaça, o capitalismo recorre ao enrijecimento das forças estatais como tentativa de administração da crise, favorecendo a ascensão do autoritarismo.

É neste cenário que a extrema-direita ganha força ao redor do mundo. No cenário brasileiro, vimos que a extrema-direita já vinha sendo construída desde as políticas de frente ampla dos governos do PT e no cenário atual tem sido representada principalmente pelo bolsonarismo. Este último surge com a figura de Jair Bolsonaro, mas passa a representar um movimento mais amplo, marcado pelo ultraconservadorismo moralista, pelo discurso armamentista, pelo fundamentalismo religioso, e pelo apoio a pautas reacionárias e antidemocráticas.

Embora as mulheres tenham seus direitos amplamente afetados por este tipo de política, contraditoriamente nota-se a crescente adesão feminina a movimentos conservadores. Como vimos, a interlocução entre mulheres e conservadorismo não é uma novidade no Brasil e identificamos outros dois momentos nos quais esta relação foi articulada: durante o período integralista, no qual as Blusas Verdes foram instrumentalizadas de forma orgânica e massificada; e durante as Marchas da Família com Deus pela Liberdade,

nas quais a participação feminina se deu de forma mais pontual, mobilizada com um objetivo mais específico.

Na contemporaneidade, identificamos duas principais formas de interlocução entre mulheres e conservadorismo: uma no âmbito digital, por meio das redes sociais, e outra no âmbito da política institucionalizada. No intercurso dessa relação, se localiza o Partido Liberal Mulher, o qual identificamos como o maior movimento de mulheres conservadoras vigente no Brasil, o que se dá em grande medida pela representação política de sua presidenta, Michelle Bolsonaro.

Esta identificação nos levou ao Capítulo 3, no qual fizemos um estudo aprofundado da ideologia do PL Mulher, com base na análise crítica do Temário 1 do Projeto Alicerça Brasil, voltado para a formação política de uma base eleitoral de mulheres conservadoras. Partimos de um breve levantamento histórico sobre a atuação do Partido Liberal no cenário político brasileiro, para compreendermos o surgimento e relevância do PL Mulher.

Depois, por meio das categorias Mulher, Família e Trabalho, vimos que a ideologia do PL Mulher é uma ideologia de manutenção das relações sociais de dominação e do capitalismo, que tem características fascistas e instrumentaliza as mulheres, principalmente das classes populares, para angariar eleitorado e poder político.

Kergoat (2009) problematiza que após diversas derrotas da classe trabalhadora – o desemprego em massa, o advento neoliberal, as consequências políticas e ideológicas da queda do muro de Berlim –, as Ciências Sociais passaram a estudar as relações sociais acima da lógica econômica. Esta é uma questão crucial para este estudo, que pretendeu fazer uma leitura da participação de mulheres em movimentos conservadores desde o Marxismo e a Psicologia Política.

Frequentemente, as análises das Ciências Sociais e Humanas – campo no qual também se insere a Psicologia Política –, tem se dado a partir de leituras que centralizam os

afetos como ponto de partida da compreensão sobre a adesão à extrema-direita (Gallego, 2018; Galetti, 2024; Kehl, 2020; Safatle, 2020). O medo, o desamparo, a paixão, o ódio, o amor e, em especial, o ressentimento são afetos comumente evocados como cruciais para entendermos os motivos pelos quais as pessoas têm aderido a movimentos autoritários, fascistas e antidemocráticos.

Enquanto elaborávamos a conclusão deste trabalho, foi aprovada a tramitação do Projeto de Lei 896/2023⁵⁸, que incluiu a misoginia entre os crimes de preconceito ou discriminação, equiparando-a ao crime de racismo. A aprovação da lei provocou intensas discussões nas redes sociais⁵⁹, especialmente entre setores dos movimentos masculinistas e antifeministas, que se preocuparam com a banalização do conceito de discriminação e com possíveis impactos sobre a liberdade de expressão.

Este cenário também acendeu discussões entre os campos mais progressistas, que articulam o ressentimento como afeto central para a compreensão do incômodo dos grupos opositores em relação à aprovação da lei e à ampliação de discussões sobre algumas pautas relativas aos direitos das mulheres.

Em meio a estas disputas, a ex-deputada federal e pré-candidata ao Senado Manuela d'Ávila (PSOL) fez um post⁶⁰ no seu perfil do *Instagram* falando sobre o ressentimento de gênero como locus de compreensão da violência de grupos masculinistas contra as mulheres. Na postagem, há uma identificação de que o momento atual da crise capitalista é marcado pela precarização do trabalho e pela queda da qualidade de vida, fazendo com que a masculinidade tradicional entre em crise. Entretanto, embora haja a identificação desta raiz econômica, a solução proposta é a de criação de novas perspectivas sobre masculinidade, por meio do diálogo com meninos e homens sobre suas próprias identidades.

⁵⁸ Disponível em: [SENADO APROVA CRIMINALIZAÇÃO DA MISOGINIA — Portal Institucional do Senado Federal](#).

⁵⁹ Disponível em: [Post](#).

⁶⁰ Disponível em: [Post](#).

Este post é ilustrativo da forma como as Ciências Sociais e a esquerda têm lidado com o recrudescimento da extrema-direita e o fortalecimento do conservadorismo na contemporaneidade. Mesmo quando há um reconhecimento da profunda relação da adesão a esses movimentos com a falência do capitalismo, a saída proposta é individualizada, psicologizada ou, ainda que se direcione para a coletividade, visa a formação de novas identidades, e não a transformação das raízes sociais que possibilitam o surgimento de ideologias autoritárias. Propõe-se o debate sobre as masculinidades e as feminilidades, sugere-se a criação de espaços seguros, mas não se questiona, nem por um momento, qual é o tipo de sociedade que torna necessário criar espaços apartados da vida comunitária para que seja necessário sobreviver.

À Psicologia recai, com frequência, a árdua tarefa de reerguer a consciência individual dos novos sujeitos em construção, como se ao educarmos adequadamente os indivíduos estes desenvolverão “uma consciência política capaz de alterar as condições sociais atuais” (Crochik, 1995, p. 53).

Enquanto os campos mais progressistas discutem sobre a criação de novas identidades e centralizam as discussões políticas nos discursos e afetos, a extrema-direita parece já ter compreendido que a discussão sobre economia tem sido mais importante para a classe que vive do trabalho (Antunes, 2017). O Temário do PAB é uma demonstração de que a extrema-direita tem empreendido esforços para responder as necessidades e dificuldades concretas. Não é apenas uma (in)feliz coincidência que a categoria Trabalho seja articulada com tanta veemência ao longo do documento que analisamos nesta pesquisa.

É necessário reconhecermos que, à parte do excessivo pragmatismo e da falta de qualidade do Temário, o PAB é um excelente instrumento de trabalho de base, pois consegue se aproximar das necessidades de seu público-alvo de forma didática, compreensível e acessível. A construção das situações ilustrativas que se assemelham aos dramas cotidianos

das famílias brasileiras, a criação de um passo a passo prático que dá soluções materiais quanto à participação política feminina e, principalmente, a profunda capacidade de articulação dos sofrimentos da classe trabalhadora fazem do PAB uma poderosa ferramenta educativa, embora não emancipatória.

Não estamos negando que os fenômenos políticos sejam constituídos, também, pelos afetos individuais e coletivos dos atores que os compõem. Entretanto, em vez de nos concentrarmos apenas em identificar quais afetos estão em jogo, talvez seja mais produtivo investigar os modos de socialização que dão origem ao ódio, ao ressentimento e ao desamparo, nos voltando para o horizonte de transformação radical de um sistema que se sustenta na opressão e na exploração.

Considerando nossa proposta de construirmos perspectivas teóricas e práticas voltadas para a transformação da realidade, pode ser mais produtivo que a Psicologia Política, assim como outras áreas dedicadas à compreensão da realidade social, desloque seu foco de uma análise centrada exclusivamente nas experiências subjetivas de sofrimento e emoção para uma investigação mais aprofundada dos processos materiais que produzem tais afetos. Afinal, como nos lembram Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, não é necessário muita inteligência “para compreender que, ao mudarem as relações de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções e conceitos, numa palavra, muda a sua consciência” (Marx & Engels, 2021, p. 75).

Diante disso, a reflexão que devemos fazer não é apenas sobre como compreender a adesão a projetos políticos conservadores, mas primordialmente sobre como intervir nas condições sociais que os tornam possíveis. Se os afetos são efeitos de formas específicas de organização social, então a tarefa da crítica não pode se esgotar em nomeá-los e

ressignificá-los, mas precisa avançar na direção de transformar as bases materiais que os produzem e os reproduzem.

Assim, mais do que disputar narrativas no plano simbólico ou promover rearranjos identitários, trata-se de recolocar no centro do debate as condições concretas de existência da classe trabalhadora e os processos de socialização que estruturam suas experiências. A maneira como a Psicologia Política pode contribuir de forma mais contundente pode ser resumida em uma paráfrase da 11ª de Marx sobre Feuerbach: não apenas interpretando o mundo social, mas articulando-se a projetos que visem, efetivamente, a sua transformação.

Referências

- Almeida, A. S., & Gomes, M. P. (2025). A demografia do Brasil no futuro: a taxa de fecundidade, projeção de idosos e seus reflexos na previdência. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, 8(18), e082171-e082171.
- Alves, A. M. (2010). O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 9(1), 1-13.

- Antunes, R. (2008). Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? *Margem Esquerda–Ensaio Marxistas, São Paulo*, (7), 55-61.
- Antunes, R. (2017). A era das contrarrevoluções e o novo estado de exceção. In: Lucena, C.; Prevital, F. S. & Lucena, L. (orgs.). *A crise da democracia brasileira – Volume I*. Uberlândia: Navegando publicações.
- Antunes, R. (2022). Crise do capitalismo e regressão social para a classe trabalhadora. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, 1(22), e13840-e13840.
- Barroco, M. L. D. S. (2022). Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, (143), 12-21.
- Belli, R. B. (2017). O irracionalismo como ideologia do capital: análises de suas expressões ideológicas fascista e pós-modernista [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Repositório UNESP.
- Bento, B. (2012). Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17, 2655-2664.
- Brasil (2014). Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.
- Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (2025). *Boletim mulheres no mercado de trabalho*.
- Brazilian Interdisciplinary Aids Association, Ação Educativa, Gênero e Educação, Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, Conselho Latino Americano das Mulheres, CONECTAS Direitos Humanos, Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+ da Universidade Federal de Minas Gerais, & Ipas (2021). Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social. <https://sxpolitics.org/ptbr/ofensivas-antigenero-no-brasil-politicas-de-estadolegislação-mobilização-social/12156>.
- Calil, G. (2020). Brasil: o negacionismo da pandemia como estratégia de fascistização. *Materialismo Storico Rivista di filosofia, storia e scienze umane*, 9(2), 70-122.
- Christlieb, F. (1987). Consideraciones teórico-metodológicas sobre la Psicología Política. In: Montero, M. (Coord.). *Psicología Política Latinoamericana*. Caracas: Editorial Panapo.
- Coutinho, C. N. (2010). O estruturalismo e a miséria da razão (2ª ed.). São Paulo: Expressão Popular.
- Coutinho, C. N. (2011). Prefácio. In: Escorsim Netto, L. O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez.
- Costa, A. A. A., Santana, E. L., & Sobral, R. (2005). As mulheres e as marchas da Família com Deus pela democracia e pela liberdade na Bahia. In: Motta, A. B; Azevedo, E.; Gomes, M. Q. C. (orgs). Reparando a falta: dinâmica de gênero em perspectiva

geracional. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM UFBA.

Criança Não É Mãe (2026). Sobre a Campanha. Disponível em: <https://criancanaoemae.org.br/sobre/>.

Crochík, J. L. (1995). A (im)possibilidade da Psicologia Política. In: Azevedo, M. A.; Menin, M. S. S. (Orgs.). *Psicologia e Política: reflexões sobre possibilidades e dificuldades deste encontro*. São Paulo: Editora Cortez.

Damaceno, N. S., Amaral, W. N., & Marciano, R. P. (2025). Mercado de trabalho: um desafio à mulher mãe. *Revista Uniaraguaia*, 20(2), 1-13.

Dantas, D. (2023). Sobre o conservadorismo e fascismo: algumas questões preliminares. *Entropia*, 7(14), 06-39.

Deutsch, M. (1983). What is political psychology?. *International Social Science Journal*, 35(96).

Eagleton, T. (1997). *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Escorsim, S. M. (2024). Trabalho no Brasil (1995 a 2020): desigualdades de gênero e étnico-raciais. *Serviço Social & Sociedade*, 147(1), e-6628374.

Escorsim Netto, L. (2011). O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez.

Esquenazi, A., & Marques, E. (2025). Aborto e reprodução social: desafios frente à contraofensiva reacionária. *Serviço Social & Sociedade*, 148(3), e-6628496.

Farage, E. & Lacerda Jr., F. (2024). Conjuntura, retrocessos e desafios na defesa de direitos. In: Ramos, A., Silva, L. B. & Paula, L. G. P. (orgs.). *Serviço social, política de saúde e conservadorismo: entre retrocessos e resistências*. Juiz de Fora: Editora UFJF.

Federici, S. (2019). *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante.

Federici, S. (2023). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2ª ed.). São Paulo: Elefante.

Ferreira, H. M. A. (2016). *As plinianas de Pernambuco: o cotidiano das mulheres na Ação Integralista Brasileira (1932-1938)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural de Pernambuco]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRPE.

Fraser, N. (2023) Crise do cuidado? Sobre as contradições sociorreprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: Bhattacharya, T. *Teoria da reprodução social*. São Paulo: Elefante.

Galetti, C. C. H. (2024). *Feminina sim, feminista não: uma análise das deputadas federais antifeministas de extrema-direita na 56ª legislatura*. [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. RIUnB - Repositório Institucional da Unb.

- Galetti, C., & Wardi, C. (2025). Maternidade, essencialismo e direitos reprodutivos: a extrema direita e o aborto nas campanhas das deputadas do PL (2018-2022). *Revista Ñanduty*, 13(22), 231-262.
- Greenstein, F. (1973). Political Psychology: A pluralistic universe. In J. Knutson (Org.), *Handbook of Political Psychology* (pp. 438- 470). San Francisco: Jossey Bass.
- Hoeveler, R. C. (2019). O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, 4(5), 145-159.
- Hobsbawn, E. J. (2005). *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848* (19ª ed.). Paz e Terra.
- Hur, D. U. & Lacerda Jr., F. (Orgs.) (2016). *Psicologia política crítica: insurgências na América Latina*. Campinas: Editora Alínea.
- Hur, D. U., Sabucedo, J. M., & Alzate, M. (2018). El giro político de la Psicología Política Latinoamericana: Crítica, rol social y proyecto ético-político. *Revista Electrónica De Psicología Política*, 41, 1-30.
- Hur, D. U. (2019). História da Psicologia Política: heterogeneidade e institucionalização. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(3), 826-846.
- Ianni, O. (1973). *O imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IstoÉ Dinheiro (2026). *Vicky Safrá, Cristina Junqueira, Luana Lara: veja as 13 mulheres bilionárias do Brasil em 2026*. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/mulheres-bilionarias-brasil-2026-forbes>
- Jacó-Vilela, A. M. (2023). *A psicologia no Brasil em seus atravessamentos políticos*. Em: Rodrigues, A. B., Rodrigues, D. J. S. e Lacerda Júnior, F. *História Social da Psicologia: aportes para a crítica da Psicologia (org)*. Goiânia: Cegraf UFG.
- Jiménez, C. (2020). Menina de 10 anos violentada faz aborto legal, sob alarde de conservadores à porta do hospital. São Paulo: El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-16/menina-de-10-anos-violentada-fara-aborto-legal-sob-alarde-de-conservadores-a-porta-do-hospital.html>.
- Kollontai, A. (1907). Os fundamentos sociais da questão feminina (extratos). In: Kollontai, A. (2022). *O Socialismo e a nova mulher: textos escolhidos de Alexandra Kollontai*. Terra Sem Amos.
- Konder, L. (1981). *O que é dialética*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Konder, L. (1990). História e política em Marx. In: Fogel, G.; Konder, L.; Katz, C. M. *As concepções revolucionárias do homem*. Rio de Janeiro: UNIVERSITA, UFRJ/IFCS.
- Konder, L. (2009). *Introdução ao fascismo* (2ª ed.). São Paulo: Expressão Popular.

- Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Hirata, H.; Laborie, F.; Doaré, H. & Senotier, D. (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*, São Paulo: EDUNESP.
- Lacerda Jr, F. (2007). ¿Liberarse de qué? ¿Liberarse para qué? Notas sobre marxismo, anticapitalismo y psicología de la liberación. *Psicología de la liberación en el contexto de la globalización neoliberal: Acciones, reflexiones y desafíos*, 201-208.
- Lacerda Jr, F. (2010). Psicologia para fazer a crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi. [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas]. Repositório PUC-Campinas.
- Lacerda Jr., F. (2014). Psicologia Política e Marxismo na História Recente: contribuições de Martín-Baró e Holzkamp. In: Sandoval, S. A. M., Hur, D. H. & Dantas, B. S. A. *Psicologia Política: temas atuais de investigação*. Campinas: Editora Alínea.
- Lacerda Jr., F. (2015). Marxism and Critical Psychology: identifying catalysts for building critical social theory. In: Tuleski, S. C. (ed.). *Liberation Psychology in Brazil*. Nova Iorque: Nova Science Publishers.
- Lacerda Jr, F. (2016). Insurgência, Psicologia Política e Emancipação Humana. In: Hur, D.U. e Lacerda Jr, F. *Psicologia Política Crítica: insurgências na América Latina*. Campinas: Editora Alínea.
- Lane, S. T. M. (1989). A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento* (8ª ed.). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Lessa, S. (1998). Beyond capital: Estado e capital. *Revista Serviço social e sociedade*, 56, 135-151.
- Lessa, S. (2015). Para compreender a ontologia de Lukács (4ª ed.). São Paulo: Instituto Lukács.
- Lima, A. F., Ciampa, A. C., & Almeida, J. A. M. (2009). Psicologia social como psicologia política? A proposta de psicologia social crítica de Sílvia Lane. *Revista Psicologia Política*, 9(18), 223-236.
- Lima, R. S. (2017). A história de uma crise: confrontos no campo da psicologia social. *XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social ABRAPSO*.
- Limeira, N. R. & Costa, A. S. (Orgs.) (2025). *Edificando a nação: sobre bases e valores*. Brasília: Editora Shilo.
- Lopes, G. E. G. (2016). Enéas Carneiro e o PRONA: nacionalismo e conservadorismo no Brasil pós-ditadura militar. *Dia-Logos*.
- Löwy, M. (2020). Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro. In: Faria, F. G. & Marques, M. L. B. (orgs.). *Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo libero-conservador*. Sobral: Sertão Cultural.

- Luan, F. F. (2025). O Partido Liberal é liberal? Uma análise ideológico-partidária. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Repositório UNESP.
- Lukács, G. (2016). Para uma ontologia do ser social. Boitempo Editorial.
- Manfrinatti, M. M. (2023). Mulheres integralistas e o mito da passividade feminina: Nilza Perez e o “feminismo verde” (1932-1937). [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- Marques, G. S. (2024). Blusas Verdes: um contramovimento de mulheres na década de 1930. *Plural*, 31(1), 98-118.
- Marques, G. S.; Sena, N. B. & Barreto, B. R. (2025). Representação política feminina e conservadorismo: um estudo de caso do movimento PL Mulher. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, 11(2).
- Mariano, R. (2011). Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 11(2), 238-258.
- Martín-Baró, I. (2009). Para Uma Psicologia da Libertação. In: Guzzo, R. S. L.; Lacerda Jr., F. (Orgs.). *Psicologia Social Para a América Latina: O Resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas: Editora Alínea.
- Martín-Baró, I. ([1983]2017). Entre o indivíduo e a sociedade. In: Martín-Baró, I. *Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Martín-Baró, I. (1990). *Acción y ideología: Psicología Social desde Centroamérica* (4ª ed.). San Salvador: UCA Editores.
- Martín-Baró, I. ([1990]2013). Psicologia Política Latino-Americana. *Revista Psicologia Política*, 13(28), 555-573.
- Martín-Baró, I. ([1991]2013). O Método em Psicologia Política. *Revista Psicologia Política*, 13(28), 575- 592.
- Martín-Baró, I. ([1994]2014). Processos Psíquicos e Poder. *Revista Psicologia Política*, 14(30), 591-608.
- Martín-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de psicologia (Natal)*, 2, 7-27.
- Martins, E. T. D. C. (2022). O avanço do neoconservadorismo e a extrema-direita no Brasil: uma análise a partir da Campanha Eleitoral de 2018 ao Governo Bolsonaro. [Monografia de Bacharelado]. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.
- Martins, S. D. S. V., Ferreira, V. C. P., & Costa, D. V. F. C. F. (2024). Casais de Dupla Jornada: Diferenças entre Homens e Mulheres frente à Conciliação entre Trabalho e Família. *Revista Economia & Gestão*, 24(68), 77-99.

- Mattei, C. E. (2022). *A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo*. Chicago: Boitempo Editorial.
- Marvakis, A. (2016). *A Psicologia (Crítica) Permanentemente na Encruzilhada: servos do poder ou ferramentas para a emancipação?* In: Hur, D. U. & Lacerda Jr., F. (Orgs.). *Psicologia política crítica: insurgências na América Latina*. Campinas: Editora Alínea.
- Marx, K. (2009). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. (2011). *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Marx, K. & Engels, F. (2021). *Manifesto comunista* [recurso eletrônico] 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Melo, D. (2024). *Prefácio: o fascismo segundo o enfoque dialético*. In: Renton, D. *Fascismo: história e teoria*. São Paulo: Usina Editorial.
- Mendes, P. O. S. P.; Maheirie, K., & Gesser, M. (2020). A retirada dos termos “igualdade de gênero e orientação sexual” do Plano Nacional de Educação–PNE 2014-2024. *Revista Diversidade e Educação*, 8(2), 128-151.
- Mészáros, I. (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (1ª ed.). São Paulo: Boitempo Editorial.
- Mészáros, I. (2009). *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Miguel, L. F. (2021). O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos pagu*, e216216.
- Ministério da Saúde (2026). *Interrupção gestacional prevista em lei*. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-mulher/saude-sexual-e-reprodutiva/interruptao-gestacional-prevista-em-lei>.
- Montero, M. (1987). *La Psicología Política en América Latina. Una revisión bibliográfica: 1956-1986*. In: Montero, M. (Coord.). *Psicología Política Latinoamericana*. Caracas: Editorial Panapo.
- Montero, M. (coord.) (1994). *Construcción y crítica de la psicología social*. Barcelona: Anthropos.
- Montero, M. (1994). *Un paradigma para la psicología social: reflexiones desde el quehacer en América Latina*. In: Montero, M. (coord.). *Construcción y crítica de la psicología social*. Barcelona: Anthropos.
- Montero, M. & Dorna, A. (1993). *La psicología política: una disciplina en la encrucijada*. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 25(1), 7-15.

- Montero, M. (2010). Crítica, autocrítica y construcción de teoría en la psicología social latinoamericana. *Revista colombiana de psicología*, 19(2), 177-191.
- Moya, M. & Morales, J. F. (1988). Panorama histórico de la Psicología Política. In: Seoane, J. & Rodríguez, A. (Eds.). *Psicología Política*. Madrid: Editorial Pirámide.
- Mulheres Conservadoras (2024). *É possível ser bela, recatada e do lar e trabalhar fora*. Disponível em: <https://mulheresconservadoras.com/e-possivel-ser-bela-recatada-do-lar-e-trabalhar-fora>
- Nascimento, G. P., Lopes, M., & Lima, C. (2023). Uma análise discursiva do pronunciamento em Libras de Michele Bolsonaro na posse presidencial de 2019. *Entretextos*, 23(4), 90-112.
- Netto, J. P. (1985). *O que é marxismo?* São Paulo: Editora Brasiliense.
- Oliveira, R. J. C., & Silva, W. H. F. (2025). A nova face da reação: Bolsonarismo e a legitimação da ordem neoconservadora. *Serviço Social & Sociedade*, 148(1), e-6628497.
- Outhwaite, W. & Bottomore, T. (1996). *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Parker, I. (2014). *Revolução na Psicologia: da alienação à emancipação*. 1º ed. Campinas: Editora Alínea.
- Pavón-Cuéllar, D. (2016). Para uma Redefinição Marxista da Psicologia Política. In: Hur, D. U. & Lacerda Jr., F. (Orgs.). *Psicologia política crítica: insurgências na América Latina*. Campinas: Editora Alínea.
- Pavón-Cuéllar, D. (2019). *Psicología Crítica: definición, antecedentes, historia y actualidad*. Cidade do México: Editorial Itaca.
- PL Mulher (2024). Partido Liberal celebra crescimento de 370% no número de filiadas em 2023 sob a liderança de Michelle Bolsonaro. Disponível em: <https://plmulher.org.br/2024/02/02/partido-liberal-celebra-crescimento-de-370-no-numero-de-filiadas-em-2023-sob-a-lideranca-de-michelle-bolsonaro/>.
- PL Mulher (2025). Projeto Alicerça Brasil (PAB) Temário 1. Edição Encontro Nacional de Mandatárias 2025.
- Prevital, F. S. & Fagiani, C. C. (2017). Estado de Bem-Estar Social, Neoliberalismo e Estado Gestor: aproximações globais. In: Lucena, C.; Prevital, F. S. & Lucena, L. (orgs.). *A crise da democracia brasileira – Volume I*. Uberlândia: Navegando publicações.
- Rechmann, A. (2024). Com Michelle Bolsonaro, PL aumenta filiações femininas e aposta no engajamento de conservadoras. *Gazeta do Povo*. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/com-michelle-bolsonaro-pl-aumenta-filiacoes-femininas-e-aposta-no-engajamento-de-conservadoras/>.
- Renton, D. (2024). *Fascismo: história e teoria*. São Paulo: Usina Editorial.

- Resende, N. S. (2023). Contribuições da Crítica Materialista Histórica Feminista Para Confrontar a Hegemonia Psicológica: opressão das mulheres e família no Brasil para além da Psicologia Crítica e do Feminismo. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás]. Repositório do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás.
- Richter, E. P. (2017). Influências da psicanálise na constituição da Psicologia Política: Reich, Fromm e Adorno. [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUC-SP.
- Rosa, L. & Silva, A. S. (2012). A Psicologia Política: um breve olhar sobre as Américas. In: Almeida, M. A. B. D., Silva, A. S., & Pedro, F. C. (orgs.). Psicologia Política: debates e embates de um campo interdisciplinar. São Paulo: EACH/USP.
- Sabucedo, J. M. (1996). Psicologia Política. Madrid: Editorial Síntesis.
- Saffioti, H. (2013). A mulher na sociedade de classes: mito e realidade (3ª ed.). São Paulo: Expressão Popular.
- Sandoval, S. A. M. (1997). O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da sociologia e da psicologia social. In: Camino, L.; Lhullier, L. & Sandoval, S. (orgs). Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Santana, J. C. (2020). Psicologia Política, Marxismo e América Latina. Curitiba: Editora CRV.
- Santos, A. (2024). Conservadorismo e Adesão Política na vida Cotidiana. In: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental (Vol. 5, No. 1, pp. e3671-e3671).
- Santos, M. S. (2024). Limites absolutos do capital na crise estrutural: uma análise em Mézáros. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, (56).
- Santos, D. B. M. (2025). A feminização da pobreza advinda da divisão sexual do trabalho: uma análise da desigualdade social no Brasil pela perspectiva de gênero e raça. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório UFMG.
- Silva, A. M. (2025). Antifeminismo de Estado: uma análise sociopolítica da ascensão das parlamentares antifeministas no Brasil [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório UFBA.
- Silva, A. S. (2012). A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. *Revista Psicologia Política*, 12(25), 409-426.
- Silva, A. S. (2015). Produção de conhecimento em psicologia política e a avaliação de periódicos no Brasil. *Revista Psicologia Política*, 15(33), 243-253.

- Silva, A. S. & Aron, M. L. (2020). O ensino da psicologia política como prática transformadora. In: Hernandez, A. R. C. & Guareschi, P. (orgs.). *Psicologia Política Marginal*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Silva, L. B. & Sousa, A. A. S. (2024). Crise capitalista e irracionalismo: fundamentos das expressões conservadoras e reacionárias. In: Ramos, A., Silva, L. B. & Paula, L. G. P. (orgs.). *Serviço social, política de saúde e conservadorismo: entre retrocessos e resistências*. Juiz de Fora: Editora UFJF.
- Silva, P. & Veras, C. (2013). Psicologia Latino-Americana: desafios e possibilidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33, 32-41.
- Soares, A. G., Simões, C. L. R., & Romero, T. G. (2020). Crises econômicas, ascensão da extrema direita e a relativização dos direitos humanos. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, (28), 193-223.
- Sousa, F. P. (1994). *Histórias inacabadas: um ensaio de psicologia política*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá – EDUEM.
- Sousa, R. S. (2021). A identidade da direita bolsonarista em narrativas de seus militantes. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório UFPB.
- Sousa, V. F. F., & Bezerra, T. C. E. (2024). Mulheres trabalhadoras em tempos de capital: fundamentos, resistências e sobreposições do trabalho. *Perspectivas Sociais*, 10(02), 177-195.
- Souza, J. A. M. (2024). Os ásperezos tempos da psicologia: do fechamento dos espaços institucionais à luta revolucionária durante a ditadura empresarial-militar. Marília: Lutas Anticapital.
- Supremo Tribunal Federal (2025). AP 2668: publicado acórdão da condenação do ex-presidente Bolsonaro e outros sete réus por tentativa de golpe. <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/ap-2668-publicado-acordao-que-condenou-o-ex-presidente-bolsonaro-e-outros-sete-reus-por-tentativa-de-golpe/>.
- Tabler, M. & Riddell, J. (2019). Introdução. In: Zetkin, C. *Como nasce e morre o fascismo*. São Paulo: Autonomia Literária.
- Tonelo, I. (2019). *A crise do capital e seus efeitos: a nova dinâmica internacional do capitalismo pós-2008* [Tese de Doutorado, Universidade de Campinas]. Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp.
- Torres, I. C. (2002). *As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e de poder*. São Paulo: Cortez.
- Veja (2016). *Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>.
- Vilaça, G., & d'Andréa, C. (2021). Da manosphere à machosfera: Práticas (sub)culturais masculinistas em plataformas anonimizadas. *Revista Eco-Pós*, 24(2), 410-440.

Walkerdine, V. (2001). *Critical Psychology: the international journal of critical psychology*. Londres: Lawrence & Wishart.

Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da psicologia*. São Paulo: Edicon.

Zetkin, C. (2019). *Como nasce e morre o fascismo*. São Paulo: Autonomia Literária.